

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

BRUNO WEBER RIBEIRO

**DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE ENSINO: SENTIDOS SUBJETIVOS NA PARTICIPAÇÃO DIRETA DE UM
CAMPUS AVANÇADO**

Varginha/MG

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

BRUNO WEBER RIBEIRO

**DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE ENSINO: SENTIDOS SUBJETIVOS NA PARTICIPAÇÃO DIRETA DE UM
CAMPUS AVANÇADO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha. Área de concentração: Administração Pública.

Orientador: Cláudio Vilela Rodrigues

Varginha/MG

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

Ribeiro, Bruno Weber.
R484d Democracia e participação na gestão das instituições federais de
Ensino: sentidos subjetivos na participação direta de um campus
avançado / Bruno Weber Ribeiro. - Varginha, MG, 2019.
120 f. -

Orientador: Cláudio Vilela Rodrigues.
Dissertação (mestrado em Administração Pública) - Universidade
Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2019.
Bibliografia.

1. Administração pública. 2. Participação. 3. Institutos Federais de
Ensino. I. Rodrigues, Cláudio Vilela. II. Título.

CDD – 351

BRUNO WEBER RIBEIRO

**DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
ENSINO: SENTIDOS SUBJETIVOS NA PARTICIPAÇÃO DIRETA DE UM CAMPUS
AVANÇADO**

A Banca examinadora abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
Administração Pública pela Universidade Federal
de Alfenas, campus Varginha. Área de
concentração: Administração Pública.

Aprovada em: 12 de dezembro de 2019.

Prof. Dr. Cláudio Vilela Rodrigues

Instituição: Faculdade CNEC Varginha (MG) – FACECA

Assinatura:



Prof. Dr. Antônio Carlos Andrade Ribeiro

Instituição: Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG

Assinatura:



Prof. Dr. Benedito Geovani Martins de Paiva

Instituição: Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS

Assinatura:



Prof.ª Dr.ª Vânia Aparecida Rezende

Instituição: Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ

Assinatura:



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer à CAPES, pelos incentivos aos programas de pós-graduação no Brasil, pela oportunidade oferecida pela UNIFAL-Varginha/MG, com a oferta do programa de Mestrado em rede PROFIAP, e ao IFSULDEMINAS, pelo seu programa de afastamento para incentivo à qualificação. Não menos importante, agradecer a toda minha família que me apoiou de forma direta ou indireta, principalmente à minha esposa e meu filho pela compreensão pela ausência quase que interminável na reta final e à minha mãe e minha sogra pela paciência e disposição em me ajudar nos cuidados com o Gael, para que pudesse me ausentar por horas para dedicar a esta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

A institucionalização da gestão democrática para os Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia ocorreu com a promulgação da Lei 11.892 de 2008, que normatizou o modelo hegemônico de democracia e deixou a prerrogativa para as instituições de ensino normatizarem a sua própria estrutura administrativa. A estrutura administrativa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), está legitimada no regimento geral e no estatuto da instituição e passou a normatizar a construção dos espaços democráticos deliberativos e a estrutura do poder decisório, marcada por uma forte concentração das decisões no poder hierárquico. Desta forma a participação direta dos servidores nas deliberações e nas influências das tomadas de decisões não fazem parte da gestão democrática da instituição e a forma de distribuição do poder fez emergir uma coerção simbólica, resultando no afastamento dos servidores das instâncias de participação e no silenciamento das reivindicações e dos debates, devido aos sentimentos de medo, insegurança e frustração que fomentou a subjetividade social da instituição. Por conseguinte, a gestão democrática da unidade de ensino se aproxima mais de uma oligarquia do que de uma democracia, contribuindo muito pouco para a formação de personalidades com alto grau de eficiência política (PATEMAN, 1992), devido a sua estrutura hierárquica, de baixa participação direta e de forte concentração de poder autoritário no controle das subjetividades e dos espaços sociais de partilha do poder. Assim, partindo de uma visão crítica das organizações e do pressuposto que a estrutura administrativa adotada dificulta ou favorece a emergência de esferas públicas deliberativas e de influência nas tomadas de decisões, optamos por uma abordagem crítica de organizações e de democracia para efetuarmos essa pesquisa da participação em uma Instituição Federal de Ensino.

Palavras-Chave: Participação. Subjetividade. Instituição Federal de Ensino.

ABSTRACT

The institutionalization of democratic management for the Federal Institutes of Professional Education, Science and Technology occurred with the promulgation of Law 11.892 of 2008, which standardized the hegemonic model of democracy, however, opened the prerogative of educational institutions to normalize their own administrative structure. The administrative structure of the Federal Institute of Education Science and Technology of Southern Minas Gerais is legitimized in the general regiment and in the statute of the institution and began to normalize the construction of deliberative democratic spaces and the structure of decision making, marked by a strong concentration of decisions. in hierarchical power. Thus, the direct participation of the servants in the deliberations and influences of decision-making are not part of the institution's democratic management and the form of power distribution has given rise to a symbolic coercion, resulting in the removal of the servants from the instances of participation and the silence of the institutions. claims and debates due to the feelings of fear, insecurity and frustration that fostered the social subjectivity of the institution. Therefore, the democratic management of the teaching unit is closer to an oligarchy than to a democracy, contributing very little to the formation of personalities with a high degree of political efficiency (PATEMAN, 1992), due to its hierarchical structure, of low direct participation and strong concentration of authoritarian power in the control of subjectivities and social spaces of power sharing. Thus, starting from a critical view of the organizations and the assumption that the adopted administrative structure hinders or favors the emergence of deliberative public spheres and influence in decision making, we opted for a critical approach of organizations and democracy to carry out this research of participation. in a Federal Education Institution.

Keywords: Participation. Subjectivity. Federal Educational Institutions.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	OBJETIVOS.....	10
1.1.1	Objetivo Geral.....	10
1.1.2	Objetivos Específicos.....	11
2	METODOLOGIA.....	12
2.1	EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA PARA PESQUISA DA SUBJETIVIDADE.....	15
2.2	SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL, SOCIAL E SENTIDOS SUBJETIVOS	20
2.3	INSTRUMENTOS DE PESQUISA E CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	24
3	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO.....	34
3.1	AFINAL, NO QUE CONSISTE A PARTICIPAÇÃO DIRETA NAS DEMOCRACIAS?.....	34
3.2	PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE LIBERAL BURGUESA.....	38
3.3	TEORIAS DEMOCRÁTICAS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	42
4	GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	65
5	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IFSULDEMINAS.....	71
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	76
6.1	PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA: TRAJETÓRIA HISTÓRICO- SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES.....	78
6.2	MODELO TEÓRICO: CONSTRUINDO O CONHECIMENTO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DIRETA NO CAMPUS AVANÇADO DO IFSULDEMINAS.....	82
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
8	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	105
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICES.....	114

1 INTRODUÇÃO

A legitimação da participação na gestão da Educação Pública ocorreu com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 ao inserir em seu artigo 206 a expressão gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL, 1988). Outra forte institucionalidade está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que deixou a prerrogativa para os sistemas de ensino definir as formas da Gestão Democrática, assegurando apenas a participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica e a participação das comunidades escolar e local através dos conselhos (BRASIL, 1996). O que ocorre após CF de 1988 é a disputa político-ideológica pela concepção de democrático para as gestões das unidades de ensino, cujos embates concentram na polaridade privatista e publicista com relação a gestão escolar. A partir da década de 1990 ocorre o alinhamento com as diretrizes recomendadas por organismos nacionais e internacionais representantes do capital como o Instituto Liberal, a Câmara Americana do Comércio Brasil-Estados Unidos e organismos transnacionais como o Banco Mundial, expresso pelo Estado Brasileiro através das reformas administrativas, o que de certa forma viriam a impactar o modelo de democracia para a gestão das escolas públicas (BRUNO, 2015)

Para os Institutos Federais de Ensino, um dos instrumentos normativos está na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), o qual introduziu o parâmetro da escolha através do voto para Reitores e Diretores-gerais de Campi e dos servidores efetivos para atuação nos órgãos colegiados, fixando na representatividade e no processo eleitoral a base de legitimação das decisões institucionais, alinhado aos pressupostos da democracia elitista (SCHUMPETER, 1961). Apesar das diretrizes do modelo democrático espelhar a teoria hegemônica de democracia, a Lei deixou a cargo das próprias instituições definirem quais seriam os processos que adotariam na sua estrutura administrativa, deixando margem para se aprofundar a democracia direta nos processos deliberativos e de tomadas de decisões.

Apesar de a estrutura democrática da Gestão Escolar das Instituições Federais de Ensino estarem previstas em lei e nos seus regimentos internos, a institucionalização da Gestão Democrática não é condição suficiente para que a participação nas deliberações e tomadas de decisões ocorra em sua efetividade (SANTOS; AVRITZER, 2002; AVRITZER, 2008). O modelo democrático adotado e a estrutura administrativa implementada terá um grande peso na participação dos atores sociais pertencentes a estes espaços, já que elas podem favorecer a

porosidade (RIBEIRO, 2010) social para uma participação direta ou restringir a participação às meras formalidades de mitos e cerimônias (MEYER; ROWAN, 1977).

Para Avritzer (2012), Bruno (2015), Freire (2011) e Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a baixa participação decorre do arranjo da estrutura administrativa, que contribui ou afasta os indivíduos das tomadas de decisões, da vontade dos gestores em implementar outras formas de Gestão Democrática, como por exemplo a transparência, a prestação de contas locais, a responsabilização e a abertura de canais dialógicos deliberativos com a comunidade interna e externa, introduzindo mecanismos mais participativos, e o nosso desinteresse em participar do que é público e coletivo, devido a natureza humana estruturante da vida psíquica dos indivíduos pertencentes às sociedades capitalistas (MÉSZÁROS, 2009; LUKAS, 2003).

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a Gestão democrática não pode ficar restrita ao discurso da participação e às suas formas externas – eleições, assembleias, reuniões. Para que uma gestão escolar seja de fato democrática ela deve permitir que a comunidade interna e a sociedade civil participem de forma direta nas deliberações e nas tomadas de decisões. O arranjo da estrutura administrativa assume papel fundamental na participação nas decisões, uma vez que são elas que criam as condições para que os espaços deliberativos aconteçam e a influência nas decisões ocorra. Modelos hierarquizados e com forte verticalidade acabam por dificultar a participação direta, uma vez que verticalizam os processos democráticos e centralizam as decisões. Por outro lado, existem concepções sociocríticas de estruturas de gestão que favorecem a participação direta, pois a sua própria estrutura administrativa inclui de forma sistemática as pessoas em processos deliberativos e de tomadas de decisões (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

As concepções sociocráticas de organizações de ensino estão refletidas nas suas estruturas administrativas e caracterizam-se pelo fato de possibilitar a participação das pessoas no processo de gestão, considerando o caráter intencional de suas ações e as interações que estabelecem entre si e o contexto sociopolítico, ressaltando as formas democráticas de tomadas de decisões em contraponto à concepção técnico-científica, onde prevalece uma visão burocrática e tecnicista das instituições de ensino, afastando a comunidade da tomada de decisões, mesmo que ela congregate a participação em seu discurso (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

Para Alvesson e Deetz (2012), as concepções de administração moderna, com sua racionalidade instrumental, tem uma relação direta com as democracias. O discurso modernista trabalha na base do controle, da racionalização e colonização da natureza e das pessoas. Desta forma, podemos inferir que os modelos de gestão ou de estrutura administrativa verticalizada e

centralizada alinha-se com a teoria elitista de democracia, que encara o voto e a representatividade como legitimadoras das decisões políticas. Já as concepções sociocríticas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012) ou críticas (ALVESSON; DEETZ, 2012) estariam alinhadas à corrente da teoria crítica de democracia.

Para autores como Bobbio (1987), Dahl (1997) e Schumpeter (1961), a participação na democracia está restrita ao processo eleitoral, regulamentado pelo voto dos cidadãos na escolha dos representantes das elites, sendo que a legitimidade das deliberações e das tomadas de decisões estariam na regra da maioria e na liberdade de escolha dos representantes (BOBBIO, 1986), sendo que a operacionalidade ocorre dentro de uma estrutura hierarquizada e verticalizada de deliberação e de tomadas de decisões. Já para autores da teoria crítica como Bohman (1996), Cohen (1997) e Habermas (1995;2002), a participação vai além do *input* de votos e *output* de poder (HABERMAS, 1995) cuja participação configura-se como a presença dos cidadãos nas esferas públicas deliberativas e na influência nas tomadas de decisões. Para estes autores, a legitimidade das decisões só ocorre quando as pessoas afetadas pelas decisões tomadas participam de forma direta dos processos. Diferente do modelo elitista, a participação para a teoria crítica de democracia não está apenas no processo eleitoral, mas nas condições de porosidade (RIBEIRO, 2010) desses espaços deliberativos como legitimadora das decisões tomadas.

A participação pode assumir duas centralidades dentro das perceptivas teóricas de democracia e o modelo de estrutura administrativa pode refletir os valores democráticos de uma ou de outra corrente democrática. Para Alvesson e Deetz (2012) a teoria crítica nos estudos organizacionais têm focado na relação de organizações na sociedade e seus possíveis efeitos sociais, no domínio ou destruição da esfera pública e nos controles das subjetividades dos trabalhadores através do domínio do raciocínio instrumental, pelo cerceamento do discurso e pelos processos de consentimentos no local de trabalho. Desta forma, compreender a democracia e a participação nas instituições federais de ensino dentro da visão crítica de democracia e de organização, só são válidas se a participação for de forma direta. Deliberações e tomadas de decisões, dentro das instituições ou organizações que se denominam democráticas, só possuem legitimidade se todos os afetados pelas decisões participarem dos processos deliberativos através das esferas públicas, seja ela institucionalizada ou não.

Como esta pesquisa pretende ir ao encontro de formas mais profundas de democracias, tomaremos por base a teoria crítica de democracia e a visão sociocrítica para as concepções de organização escolar para compreendermos a participação na gestão democrática do Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) no campus Avançado do município de Três Corações/MG.

Deliberação e influência nas decisões serão os critérios objetivos para essa pesquisa qualitativa das subjetividades dos sujeitos da pesquisa pertencentes a este espaço social. Escolheu-se a subjetividade para essa pesquisa qualitativa da participação direta por configurar as subjetividades individuais como fontes de informação legítimas das estruturas sociais objetivas e estar revestida do histórico-social dos sujeitos como elemento do conhecimento histórico das organizações sociais, uma vez que o social integra as subjetividades dos indivíduos (GONZÁLEZ REY, 2012). Propomos assim, para essa pesquisa do empírico, a aplicação da Epistemologia Qualitativa para estudos da subjetividade proposta por González Rey (2012) para a produção de sentidos sobre a participação direta no campus Avançado de Três Corações/IFSULDEMINAS.

Para elaboração deste trabalho propomos a seguinte estrutura: discussão da metodologia, com apontamentos sobre os conceitos de subjetividade individual, social e de sentidos subjetivos, passando pelos procedimentos para levantamento e tratamentos das informações geradas. Na proposta de discussão teórica, no primeiro momento, abordaremos a participação social nas sociedades liberais burguesas, propondo a discussão sobre o que consiste a participação direta, o indivíduo que emerge nas sociedades capitalistas e, por último, as teorias democráticas com suas implicações para a participação. Em seguida discutiremos a gestão democrática e a participação na educação pública, finalizando com a descrição da estrutura administrativa do IFSULDEMINAS e o organograma do Campus Avançado de Três Corações. Concluído os aspectos teóricos, trataremos de expor os resultados e discussões, encerrando o trabalho com as conclusões e a proposta de intervenção.

Espera-se com esse trabalho gerar informações sobre a participação nos espaços deliberativos e nas tomadas de decisões através dos sentidos subjetivos dos atores pertencentes a este espaço social de forma a compreendermos a participação direta na gestão democrática do Campus Avançado de Três Corações – MG e a sua relação com a estrutura administrativa adotada.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender a participação direta dos professores e técnico-administrativos nos espaços deliberativos e de tomadas de decisões Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais/ *campus* de Três Corações/MG a partir do simbólico e subjetivo, em vistas a propiciar a construção de um modelo teórico sobre a participação e gestão democrática.

1.1.2 Objetivos Específicos.

- a) Estimular a produção de sentidos subjetivos nos sujeitos da pesquisa para geração de informações sobre a participação nos espaços deliberativos e nas tomadas de decisões;
- b) Construir um modelo teórico para compreender a participação da comunidade interna do Campus Avançado de Três Corações na estrutura administrativa da Gestão Democrática do IFSULDMEINAS;
- c) Apresentar uma proposta de intervenção no sentido de contribuir para uma participação direta no IFSULDEMINAS.

2 METODOLOGIA

Para realização dessa pesquisa qualitativa de estudo de caso na temática das ciências sociais aplicadas, em que o que se pretende observar é a participação social por intermédio do simbólico produzido pelos indivíduos que compartilham estes espaços sociais, a aproximação de metodologias que consigam abarcar toda complexidade das produções de sentidos dos sujeitos constitui-se no primeiro passo crítico em relação à pesquisa. Assim, a transdisciplinaridade nos pareceu a ótica mais adequada para realizar esta pesquisa nas organizações onde o imperativo está no sujeito como fonte reveladora de informações acerca dos fenômenos organizacionais. Para Nicolescu (1999), em *O Manifesto da Transdisciplinaridade*, as pesquisas disciplinar e transdisciplinar não são antagônicas, mas complementares e “a transdisciplinaridade como o prefixo ‘trans’ diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina” (NICOLESCU, 1999, p. 22).

Nesta visão holística de se fazer ciência aproximar da psique humana e suas manifestações psicológicas constituem-se em um marco para esta pesquisa, já que pretendemos capturar o simbólico através da subjetividade das pessoas pertencentes ao espaço social estudado. A subjetividade como sistema complexo humano nos pareceu o mais pertinente para a compreensão da participação social através do simbólico, uma vez que a subjetividade é “produzida a partir de sistemas simbólicos e emoções que expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares, de instâncias sociais e de sujeitos individuais, em contextos sociais e culturais multidimensionais” (PAULA; PALASSI, 2007, p. 208).

Para seguirmos o caminho da transdisciplinaridade e emprendermos na pesquisa da participação social através das emoções das pessoas, preciso foi buscar no campo temático da psicologia uma metodologia aplicada também às ciências sociais. Neste campo temático do estudo do simbolismo das organizações através da subjetividade dos sujeitos, Paula e Palassi (2007), sugerem o trabalho de Fernando González Rey para estes tipos de pesquisas e apontam que o enfoque histórico-cultural adotado pelo autor converge para o desenvolvimento de uma teoria da subjetividade que aborda mudanças epistemológicas e metodológicas que passam a considerar o caráter sistêmico, dialético e dialógico da realidade na produção de conhecimentos (PAULA; PALASSI, 2007).

Silva (2015), ao tratar de novas abordagens simbólicas não hegemônicas nos estudos organizacionais, também, ressalta o trabalho de González Rey, destacando que, para o

psicólogo cubano, o protagonismo está no sujeito do pensamento, que vai além das condições cognitivas da relação sujeito-objeto, mas um pensamento que passa a ser suportado pela dimensão da emoção fundamentada nos sentidos subjetivos produzidos nas diferentes zonas de trajetória da vida pessoal e dos diferentes espaços sociais em que ele transita.

Veja, portanto, que a subjetividade como forma de estudo do simbólico nas organizações não só é possível como, também, nos revela que a pesquisa transdisciplinar nos estudos das organizações posiciona-se como um caminho a ser explorado nas pesquisas em que o ponto chave das informações apanhadas da realidade observada estejam nos sujeitos. Não que outras metodologias não possam ser aplicadas neste contexto e em outros tantos de pesquisas qualitativas que envolvam pessoas, contudo, buscou-se na transdisciplinaridade o suporte metodológico que implicasse o aspecto subjetivo dos indivíduos para estudo do simbólico nas organizações.

Além de abarcar nosso objeto de estudo para alcançar nosso objetivo, acreditamos que a transdisciplinaridade, que consiste na introdução das pesquisas métodos utilizados em outros campos das ciências, possa contribuir para o leque de opções metodológicas utilizadas nos estudos do simbolismo nas organizações, em especial para aquelas pesquisas que pretendem fazer ciência social através das emoções, buscando nessa forma de expressão humana uma contextualização do social.

Mas afinal, como aplicar uma pesquisa da subjetividade? Amatuzzi (2006), psicólogo brasileiro, nos aponta duas prerrogativas que devem anteceder à aplicação do estudo da subjetividade: em primeiro lugar é preciso conceituar adequadamente a subjetividade, correndo o risco de se não o fizer estarmos pesquisando outra coisa e a conceituação está indissociável de uma epistemologia, pois, o conceito de subjetividade “foi criado justamente para expressar outra relação com o real” (AMATUZZI, 2006, p. 95).

Dentro desta perspectiva colocada por Amatuzzi (2006), a Epistemologia Qualitativa para estudos da subjetividade construída por González Rey (2012), aborda estes dois aspectos uma vez que traz para reflexão na construção da pesquisa o construtivo-interpretativo, a valorização do singular e os sistemas conversacionais como três atributos, que consistem na espinha dorsal do método e na base da proposta epistemológica para se aplicar na pesquisa. Conceitua, também, a subjetividade de forma ontológica, considerando-a como um sistema complexo humano indissociável dos outros aspectos culturais e dos espaços sociais em que o sujeito compartilha a vida.

Assim, entendermos a Epistemologia Qualitativa e os conceitos de subjetividades e sentidos subjetivos trazidos pelo autor é de fundamental importância para legitimar o método

dentro do campo dos estudos organizações e situar o leitor sobre os princípios que regerão a pesquisa. Isto posto a termo, passaremos a discutir os instrumentos de pesquisa próprios da Epistemologia Qualitativa com destaque para os que serão aplicados nesta pesquisa, e finalizaremos com a processualística do tratamento das informações geradas.

Elaboramos um quadro demonstrativo dos principais aspectos da metodologia para familiarizar a leitura dos princípios epistemológicos e do conceito de subjetividade da metodologia, a fim de ambientarmos o leitor no trânsito pela Epistemologia Qualitativa para estudos da subjetividade nas organizações (QUADRO 1).

Quadro 1 – Principais aspectos da epistemologia qualitativa

Epistemologia	Construtivo Interpretativo	A pesquisa é entendida como uma construção de um modelo teórico interpretativo do empírico e não uma descrição de teorias preexistente para justificar a realidade.
	Valorização do Singular	O teórico não se reduz às teorias preexistentes, expressa-se pela atividade pensante e construtiva do pesquisador e as informações de casos singulares legitima o processo de construção do modelo teórico.
	Sistemas Conversacionais	Compreende a pesquisa como um processo de comunicação, um processo dialógico, uma vez que a característica humana reside na comunicação nos diferentes espaços sociais em que compartilha a vida.
Conceitos	Subjetividade	A subjetividade é encarada de forma ontológica, onde estruturas psíquicas e estruturas sociais, modificam-se, adaptam-se e expressa todos os aspectos que caracterizam o ser humano em seu estado psicológico e material, ou seja, físico, sociológico, econômico, histórico, demográfico e social.
	Sentidos Subjetivos	Integração de diferentes aspectos psicológicos que se fixa na consciência através da palavra e são portadores das unidades de expressão das subjetividades dos sujeitos.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

2.1 EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA PARA PESQUISA DA SUBJETIVIDADE

A Epistemologia Qualitativa inicia uma aproximação com a realidade objetiva por intermédio da subjetividade considerando as manifestações simbólicas pela fala e outras formas de expressão da emocionalidade, nos quais o histórico-social, as individualidades dos sujeitos e o social são considerados. Um dos pontos centrais da metodologia é a consideração dos sujeitos da pesquisa como ativos e participantes do processo de construção da pesquisa e o resgate de princípios epistemológicos para utilização do método como uma aproximação da realidade social, considerando os sujeitos que compartilham os espaços sociais como produtores legítimos de informações da realidade social observada. Realidade esta que nunca será compreendida em sua totalidade, teremos sempre uma observação limitada sobre o que se observa, contudo as subjetividades individuais são capazes de fornecer elementos e gerar informações consistentes acerca do social, mesmo que de forma limitada, assim como em qualquer outro método de pesquisa que se utilize nas ciências sociais aplicadas.

As proposições da Epistemologia Qualitativa estão fundamentadas nos três atributos, que são três princípios ou três requisitos que passam por uma discussão epistemológica da pesquisa. Ao tratar da epistemologia o autor nos provoca uma reflexão sobre a construção da pesquisa; reflexões que podem gerar certo incômodo se não nos abirmos para uma postura filosófica sobre se fazer ciência através das emoções, já que a abordagem não é muito comum nas pesquisas científicas geralmente utilizadas, principalmente nas organizações. O pesquisador, no método apresentado, é deslocado da posição de observador passivo para o ponto central da pesquisa, onde é considerado ativo no processo de aplicação dos instrumentos e da própria produção teórica sobre as informações extraídas do observado. Outro ponto da epistemologia é em relação ao pesquisado que é resgatado da passividade em dar resposta para ocupar o protagonismo de suas falas através dos sistemas conversacionais.

As reflexões epistemológicas dos três atributos propostos por González Rey (2012) consistem em criar parâmetros que rompem com alguns paradigmas das pesquisas em psicologia. Criticando os métodos mais recorrentes nas pesquisas da sua área, propõe através da sua reflexão epistemologia e da definição ontológica de subjetividade uma metodologia que consagre a transdisciplinaridade e permita sua aplicação em outros campos das ciências sociais.

Como apontado por Amatuzzi (2006), González Rey (2012), preocupa-se em conceituar a subjetividade e a discutir a epistemologia norteadora da pesquisa, validando a sua utilização em outros campos das ciências sociais, revestindo-a do caráter transdisciplinar. Como veremos

adiante além das definições epistemológicas e conceituação de subjetividade, o autor estabelece critérios de aproximação da realidade através dos instrumentos aplicados à metodologia e os procedimentos para tratamento da informação. Verificaremos, agora, as epistemologias que são as norteadoras da Epistemologia Qualitativa, constituindo-se em três atributos: o caráter Construtivo-Interpretativo, a valorização do Singular e o processo de Comunicação, que entende a pesquisa como um processo dialógico.

Nas reflexões propostas por González Rey (2012), o Construtivo-Interpretativo consiste em tratar a pesquisa como uma produção teórica a partir do empírico, no qual o pesquisador construirá a teoria a partir das informações extraídas da observação das informações geradas na pesquisa. Alerta para o cuidado de não partirmos de teorias preexistentes para justificar a realidade observada, mas defende o papel do pesquisador em extrair zonas de sentidos que se converterão em zonas de inteligibilidade que servirão de suporte para a construção de um modelo teórico com base nas informações geradas. Na aproximação construtivo interpretativa o conhecimento está em constante produção e não configura-se como uma apropriação linear de uma realidade. Defende que não temos um acesso direto e ilimitado do real, mas ao contrário, este acesso é sempre parcial e limitado, por isso a pesquisa configura sempre como uma eterna construção interpretativa da realidade observada.

Para González Rey (2012, p. 5), apesar de a realidade configurar como um “domínio infinito de campos inter-relacionados que independem de nossas práticas” será sempre modificada quando nos aproximamos dela com nossas ações, “formando um novo campo de realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade”. O que nos provoca é a reflexão de que a realidade está em constante transformação e nossas práticas, incluindo aí as de pesquisas científicas, modifica esse complexo sistema do real. O que abre a seguinte questão para refletirmos enquanto pesquisadores: existe pesquisa imparcial, consegue o pesquisador mesmo com a utilização de instrumentos pré-elaborados, mantendo a distância do campo estudado pela passividade na aplicação dos instrumentos de pesquisa não modificar a realidade da qual ele se aproxima? Para o autor as pesquisas hegemônicas que advogam a passividade do pesquisador não conseguem a isenção que essas correntes defendem.

Para González Rey (2012), sempre ocorrerá a interferência na realidade, queira ou não queira, seja pelo posicionamento ativo do pesquisador provocando reflexões sobre o tema da pesquisa nos sujeitos, ou seja, pela passividade do pesquisador e protagonismos direcionado aos instrumentos, que devido a relação de sujeito-objeto em que coloca a pesquisado, leva ao ocultamento de informações. A física quântica é uma ciência que reforça este entendimento do autor, onde considera que nossas ações sempre interferirão na realidade que presenciamos.

Para o autor, esse argumento de não interferência está fundamentado na dicotomia do pensamento ocidental com a realidade, onde concebe o mundo como externo e independente em relação a nós, como se não fôssemos parte da realidade e não nos relacionássemos com o mundo de forma orgânica. Está concepção anorgânica de natureza e humanidade está acentuada na visão de indivíduo elaborada pela ideologia liberal burguesa, fator que refletirá nas condições de baixa participação, uma vez que a tendência do imaginário social nessas culturas é o afastamento do que é comunitário e público.

O que ganha visibilidade na proposta de González Rey (2012) é essa visão do real numa dimensão em que as ações, sejam de qual maneira for, implicam em modificações da realidade. Essas são reflexões colocadas pelo autor acerca do construtivo interpretativo na pesquisa, que servirão de entendimento epistemológico sobre a aplicação da metodologia por ele proposta. Em resumo, a noção do construtivo interpretativo pode ser enfatizada nas próprias palavras do autor quando posiciona que “o conhecimento é uma construção, uma produção humana, e não algo que está pronto para conhecer uma realidade ordenada de acordo com categorias universais do conhecimento” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 6).

Dessa reflexão sobre o construtivo interpretativo, González Rey (2012), extraiu o conceito de zonas de sentido, definido como espaços de inteligibilidade que se produz no interior da pesquisa, que – ao contrário de esgotar o que significam, abrem novas possibilidades de aprofundamento do campo de construção teórica. O que o autor aponta é que as informações extraídas na pesquisa configuram em zonas de sentido que podem ser analisadas de diversas lentes, daí o caráter ativo do pesquisador na construção interpretativa do teórico, uma vez que a realidade nos apresenta de forma complexa e o seu entendimento passa pela valorização do humano e não por uma categorização em teorias preexistentes. O que reforça o caráter vivo e mutável da realidade e a forma como o autor atribui valor ao conhecimento através da significação epistemológica do conceito de zona de sentido (GONZÁLEZ REY, 2012).

Para González Rey (2012, p. 5) as zonas de sentido

confere valor ao conhecimento, não por sua correspondência linear e imediata com o “real”, mas por sua capacidade de gerar campos de inteligibilidade que possibilitem tanto o surgimento de novas zonas de ação sobre a realidade, como de novos caminhos de trânsito dentro dela através de nossas representações teóricas.

O que podemos entender do conceito de zona de sentido é que a produção teórica na pesquisa está em construção permanente do conhecimento a partir da observação do empírico, que não será uma representação linear, mas uma eterna construção que não tem por finalidade definir de forma estática a realidade, mas a de gerar informações que possam servir de análise para outras construções teóricas, numa permanente rede sistêmica de observação da realidade.

Para González Rey (2012), a legitimidade desse processo de construção do conhecimento está na capacidade de produção permanente de novas construções quando da confrontação do pensamento do pesquisador com a multiplicidade de eventos que coexistem no processo investigativo da realidade e na tranquilidade de que, mesmo não sendo nossas construções atuais as mais adequadas para dar conta do problema que estudamos, nossas construções permitiriam novas construções e novas articulações entre elas capazes de aumentar a inteligibilidade sobre o estudado e a criação de novas zonas de sentido. Ou seja, na Epistemologia Qualitativa o caráter construtivo interpretativo coloca a pesquisa como produtora de informações acerca do estudo para fomentar a produção de novas informações e daí por diante, abrindo espaço para as diversas visões advindas dos diferentes observadores que estudam o mesmo problema, colocando a metodologia como orientadora para “a construção de modelos compreensivos sobre o que se estuda” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 8).

A construção teórica da epistemologia do construtivo interpretativo é entendida como um processo permanente e não como uma estática teorização, logo, o caráter construtivo interpretativo defende a construção teórica a partir da observação do empírico pelo pesquisador, atribuindo um dinamismo teórico que acompanhe a evolução histórico-social das culturas e dos sujeitos, pois, compreender a realidade será sempre um processo em construção (GONZÁLEZ REY, 2012).

O segundo atributo está na legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico. Essa outra proposição epistemológica está diretamente relacionada ao construtivo interpretativo, pois consiste na valorização da pesquisa como fonte de teorização na produção do conhecimento.

Para González Rey (2012, p. 10), é justamente nessa articulação entre os dois princípios que permite “fundamentar a Epistemologia Qualitativa para o desenvolvimento de uma forma particular de metodologia qualitativa”. Para o autor este é o ponto mais difícil da pesquisa para o pesquisador que assume aplicação do método epistemológico, conferir legitimidade ao singular na produção do conhecimento, uma vez que o teórico não se reduz às teorias preexistentes, mas expressa-se pela atividade pensante e construtiva do pesquisador.

Assim, legitimar o singular na pesquisa como fonte de conhecimento é considerar a pesquisa como produção teórica, entendendo por “teórico a construção permanente de modelos de inteligibilidade que lhe deem consistência a um campo ou um problema na construção do conhecimento” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 11).

Para o autor a produção teórica apresenta-se em diferentes níveis, mas o que a caracteriza “é uma produção intelectual sistemática que permite organizar, de diferentes formas,

o material empírico e que integra as ideias dos pesquisadores como parte essencial do conhecimento em elaboração” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 11).

Outro aspecto importante na legitimação do singular está na questão de que as informações que aparecem decorrentes de casos singulares subsidia a pesquisa de informações que darão legitimidade ao processo de construção do modelo teórico que o pesquisador vai desenvolvendo. Para o autor, caso o critério resida na legitimação da informação de forma acumulativa ou estatística, o caso singular não tem legitimidade como fonte de informação. Assim, o singular na pesquisa qualitativa de base epistemológica reconhece a singularidade como fonte de informação legítima para a produção de modelos teóricos, residindo, talvez, na valorização do singular e na produção construtivo interpretativa o seu maior paradigma dentro do campo das pesquisas utilizadas em ciências sociais aplicadas, pois converge a pesquisa para um campo de reflexão e de produção teórica em que o pesquisador assume o protagonismo, diferente do que ocorre na maioria das pesquisas onde a centralidade está nos instrumentos e no posicionamento descritivo da realidade observada.

O terceiro atributo geral da Epistemologia Qualitativa reside no fato de compreender a pesquisa como um processo de comunicação, um processo dialógico, uma vez que a característica humana reside na comunicação nos diferenciados espaços sociais em que compartilha a vida. Além do fato de constituir a linguagem expressão simbólica das pessoas, a ênfase dada na comunicação como princípio epistemológico está “no fato de que uma grande parte dos problemas sociais e humanos se expressa, de modo geral, na comunicação das pessoas seja direta seja indiretamente” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 13).

Para González Rey (2012), o objetivo não é o de conhecer a organização e significação de um contexto discursivo, mas o de conhecer os arranjos e os processos de sentidos subjetivos expresso pelos sujeitos. A comunicação assume na Epistemologia Qualitativa uma via privilegiada de conhecer o modo como as diversas manifestações objetivas da vida social afetam as pessoas. O conhecimento do evento ou condição social através da subjetividade por meio de sistemas dispersos em que o sujeito se inspira em diferentes formas de expressão simbólica constitui-se em vias de expressão dos sentidos subjetivos. Apesar de a comunicação assumir papel central na pesquisa as formas de expressão do sujeito não se restringem apenas ao momento dialógico, defende que a subjetividade revela-se não só pela fala, mas também por outras vias de expressão dos sujeitos como a escrita ou desenhos. Essa via de viabilização para as manifestações subjetivas assumirá nos instrumentos de pesquisa um grande peso, que para a epistemologia converte-se em um espaço legítimo de produção de informações.

Para González Rey (2012), o espaço da pesquisa, com base na epistemologia da comunicação, adquire sentido para as pessoas uma vez que elas são introduzidas de forma dialógica nesses espaços, que estimulam as pessoas a se expressarem em toda sua riqueza e complexidade por diferentes vias do simbólico, o que terá grande valor na produção de sentidos subjetivos, que são portadores das emocionalidades do sujeito. Portanto, ao considerar o momento de diálogo um gerador simbólico de sentidos subjetivos, o princípio epistemológico da comunicação nos conduz a ressignificar o espaço social da pesquisa em que a adoção do princípio está diretamente ligada à qualidade da informação produzida (GONZÁLEZ REY, 2012).

Exposto os três atributos epistemológicos trabalhados por González Rey (2012), pontuando os princípios gerais que regem a Epistemologia Qualitativa, introduziremos o conceito de subjetividade, compreendido pelo autor como uma ontologia do humano, e o conceito de sentido subjetivo, tão caro à metodologia, pois aí reside as expressões da emocionalidade e o campo informacional sobre o objeto estudado.

De forma breve e sucinta, descreveremos os conceitos de subjetividade individual, subjetividade social e sentido subjetivo, verificando que a metodologia proposta por González Rey (2012) aborda os dois pontos apontados por Amatuzzi (2006), sobre as pesquisas da subjetividade.

2.2 SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL, SOCIAL E SENTIDOS SUBJETIVOS

Quando Amatuzzi (2006), nos dá uma referência de requisitos a se considerar para iniciarmos uma pesquisa da subjetividade, o tomamos apenas como ponto de partida para que as explanações sobre a pesquisa da subjetividade tenham algum critério de análise e comparabilidade. Longe de definir o melhor método de pesquisa para subjetividade nas organizações, a proposta é a de apresentar mais uma metodologia possível para o estudo do simbólico nas organizações através da subjetividade das pessoas, apresentando a Epistemologia Qualitativa como um método aplicável nas pesquisas transdisciplinares.

Para González Rey (2012), os princípios norteadores da metodologia estão estreitamente ligados ao conceito ontológico de subjetividade e sua unidade de expressão, que são os sentidos subjetivos. Para tal, caracteriza sua definição de subjetividade como as características dos sistemas complexos, articulando uma visão ontológica da subjetividade.

Como sistema complexo, a subjetividade se organiza de forma plurideterminada, sistêmica e em multiplicidade de aspectos dos fenômenos sociais e psicológicos, apresentando-se em complexas relações entre si. A subjetividade encarada de forma ontológica estará sempre em processo de construção, de elaboração, de reinvenção, criando e recriando estruturas psíquicas e estruturas sociais, modificando-se, adaptando-se e expressando todos os aspectos que caracterizam o ser humano em seu estado psicológico e material, ou seja, físico, sociológico, econômico, histórico, demográfico e social.

Como a subjetividade expressa-se no formato de sistemas complexos, no qual sempre haverá uma tensão entre estímulos diversos e reações individuais, a forma de se aproximar das subjetividades também deve ocorrer de forma complexa, uma vez que os sistemas complexos não aparecem de forma imediata ao observador. Extrair, portanto, informações desse sistema humano os seus processos e formas de acesso devem ser organizados e construídos a partir de inúmeras formas de expressão simbólica que possibilitem aos sujeitos transitar por diferentes zonas de sentido (GONZÁLEZ REY, 2012).

Esta visão de González Rey (2012) sobre a subjetividade como sistema complexo humano e essa necessidade de entendê-la dessa forma tem reflexo na sua epistemologia do sistema conversacional e nas características dos instrumentos aplicados na metodologia, enfatizando essa necessidade de provocar as expressões subjetivas de diversas formas, com o intuito de facilitar o trânsito das pessoas por diferentes zonas de estímulos para a expressão dos sentidos subjetivos.

A visão sistêmica de subjetividade e sua legitimação – quando da aproximação dos fenômenos sociais – reside em teóricos como Freud, Vygotsky, Castoriadis e Elliot. Freud lhe dá a base para conceber a psique humana como um sistema dinâmico, interconectado e inter-relacionado com os fenômenos psicológicos e sociais. Já Vygotsky, subsidia o conceito de mente inseparável da cultura, o que foi possível atribuir à sua teoria de subjetividade a visão histórico-cultural como funcionamento complexo da realidade, e a integração do afetivo e do cognitivo na concepção de indivíduo que se expressa e se forma na e pela palavra. Já Castoriadis e Elliot, com suas posições de que os sentidos provocam reações subjetivas, apesar de os autores não ter explorado este conceito, permitiu à González Rey (2012), a concepção do conceito de sentido subjetivo como expressão das subjetividades estimuladas pelos sentidos, como frutos das reações simbólicas (González Rey, 2012).

Com base na visão dos autores citados, González Rey (2012), firma sua posição no entendimento do conceito de subjetividade como um “sistema complexo capaz de expressar

através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 19).

Para o autor a subjetividade enquanto sistema complexo permite repensar o sujeito além da visão fragmentária de mente humana defendida por outras correntes da psicologia e tratá-la como um sistema cuja unidade e forma de organização se dão através dos sentidos subjetivos definidos nas diferentes áreas da atividade humana (GONZÁLEZ REY, 2012).

Para prosseguirmos com a conceituação de subjetividade e chegarmos nas duas categorias propostas por González Rey (2012), devemos entender a dimensão do sentido em termos psicológicos para nós indivíduos e qual a definição de sentido subjetivo tratada pelo autor, esta compreensão nos facilitará entre o trânsito para entendermos melhor o conceito de subjetividade. Para nos situar sobre a definição de sentido, o autor cita Vygotsky e sua obra *Pensamento e Linguagem* (1987), para categorizar o sentido como:

[...] um agregado de todos os fatos psicológicos que surgem em nossa consciência como resultado da palavra. O sentido é uma forma dinâmica, fluida e complexa que tem inúmeras zonas que variam em sua instabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto da fala. É mais estável, unificada e precisa dessas zonas (VYGOTSKY, 1987 *apud* GONZÁLEZ REY, 2012, p. 20).

A teoria vigotskiana define sentido como sistema dinâmico que se caracteriza pela integração de diferentes aspectos psicológicos e se fixa na consciência através da palavra. González Rey (2012), com ajuda de outros autores como A. A. Leontiev (1992) – que retoma o legado de Vygotsky, passa a estabelecer o sentido pela sua relação inseparável com a subjetividade, caracterizando-o como sentido subjetivo, conceituando como “unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções em um mesmo sistema, na qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro.” (LEONTIEV, 1992 *apud* GONZÁLEZ REY, 2012, p. 20).

O que González Rey (2012) pretende ao definir o conceito de sentido subjetivo é atribuir à sua denominação em uma síntese ontológica, a qual abarca a multiplicidade de aspectos que caracteriza a vida social, a história de cada pessoa e os espaços sociais concretos, incluindo aí o simbólico e as emoções produzidas nesses espaços sociais. Denomina o sentido subjetivo com uma especificidade própria desse sistema e o configura como uma complexa unidade nos quais circulam diferentes formas de emoções associadas de múltiplas formas a vários processos simbólicos.

Com este posicionamento, pretende especificar a natureza do sentido, o qual se separa da palavra e se encerra em espaços simbolicamente produzidos pela cultura. Espaços estes que

são referências fixas do processo de produção subjetiva dos indivíduos. Para González Rey (2012), acessar esses processos simbólicos e emocionais produzidos nos espaços sociais compartilhados é impossível por processos padronizados e externos ao sistema do subjetivo em que o sentido é produzido.

Desta forma, para realizar a pesquisa da subjetividade precisamos dar ênfase ao caráter subjetivo da pesquisa, provocando de diversas formas a emocionalidade das pessoas sobre o tema da pesquisa, uma vez que os sentidos subjetivos possuem certa autonomia do emocional e se revelam apenas por intermédio de estímulos para sua manifestação. O conceito de sentido subjetivo nos auxiliará na aplicação dos instrumentos próprios para esse tipo de pesquisa.

Para González Rey (2012), a categoria de sentido subjetivo possibilita explicar que o desenvolvimento da emocionalidade é resultado da convergência e da confrontação de elementos de sentidos, sentidos que são produzidos quando da observação do caráter dialógico da epistemologia, conforme podemos apreender do que nos foi apresentado até aqui.

Com base no entendimento das conceituações de González Rey (2012), o sentido subjetivo caracteriza-se pela sua inter-relação com a subjetividade individual e é capaz de gerar informações do social, o que reforça o aspecto histórico-social dos sujeitos e a capacidade dos indivíduos de gerar informações dos espaços sociais por onde compartilham a vida.

De acordo com González Rey (2012), a subjetividade legitima-se por uma produção de sentidos subjetivos e desenvolve-se no interior e na realidade dos processos objetivos que caracterizam a organização social. Afirma, também, que a subjetividade é uma categoria tanto da psicologia quanto de todas as ciências sociais, entendendo que a subjetividade está constituída tanto nos sujeitos individuais como nos diferentes espaços sociais, uma vez que ela nos revela uma dimensão de “todos os fenômenos da cultura, da sociedade e do homem” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 22).

É justamente nesse caráter relacional e institucional da vida humana que implica a subjetividade, uma vez que essa configuração permite entender que a subjetividade não está apenas restrita ao sujeito individual e nos seus diversos momentos interativos, mas também produz-se nos espaços sociais concretos em que as relações são produzidas.

Tal entendimento permitiu a González Rey (2012) desenvolver os termos subjetividade individual e subjetividade social para caracterizar as implicações subjetivas dos diferentes espaços de uma sociedade. Para o autor, subjetividade individual e subjetividade social se articulam da mesma forma e “estão atravessadas pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 24).

González Rey (2012) discorre que o conceito de subjetividade aplica-se tanto para a individual e a social; a diferença entre subjetividade individual e subjetividade social é que enquanto a individual configura-se pela maneira singular da história das pessoas concretas, a social apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos, etc., ou seja, em todos os níveis e aspectos que compõe uma instituição social, passando pela família, escolas, grupos étnicos, associações, agremiações e diversas outras formas e manifestações das interações sociais da vida humana.

Com as explanações realizadas sobre a epistemologia norteadora da metodologia e as conceituações de zonas de sentido, sentidos subjetivos e subjetividade individual e subjetividade social, podemos entender que os fenômenos sociais vivenciados dentro das organizações constitui-se em objeto de estudo através da subjetividade dos indivíduos pertencentes a estes espaços e as informações geradas neste tipo de pesquisa reveste-se de legitimidade para a compreensão do social.

Tal parâmetro nos dá o entendimento de que aplicação da Epistemologia Qualitativa, como abordagem transdisciplinar, configura-se em método pertinente para a compreensão da participação social dentro da estrutura da gestão democrática de uma Instituição Federal de Ensino. Passaremos agora para os instrumentos de pesquisa e o processo de construção da informação na pesquisa qualitativa de base epistemológica proposta por González Rey (2012).

2.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA E CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Como ficou exposto acima os sistemas conversacionais e a dinâmica do diálogo é que assumem o protagonismo nos instrumentos de pesquisa. Caracterizada pelo seu posicionamento epistemológico, a pesquisa qualitativa proposta por González Rey (2012) converte os espaços da pesquisa em locais de interação entre pesquisador e pesquisado, em que o imperativo do diálogo espontâneo acerca do tema da pesquisa vai dando o tom das informações geradas.

Interpretado como uma forma de dinâmica, o espaço social da pesquisa vai se convertendo em um espaço produtor de sentidos subjetivos para os participantes ao ponto em que desloca tanto pesquisador enquanto sujeitos pesquisados para o núcleo da pesquisa. A base conversacional que domina a dinâmica vai gerando no grupo ou pessoa novas necessidades de expressão, uma vez que implica uma “relação permanente entre o profissional, o científico e o pessoal no interior desses espaços” (GONZÁLEZ REY, 201, p. 45).

Com o intuito de facilitar o trânsito do pesquisador pelas diferentes formas de expressão simbólica dos sujeitos, González Rey (2012) dividiu os instrumentos, que assumem o papel de indutores dos sentidos subjetivos, em duas categorias: os individuais e os grupais.

Nos instrumentos individuais teremos as entrevistas em formato dialógico com os participantes. Ainda na categoria dos instrumentos individuais temos os questionários abertos, o completamento de frases, as redações e até apresentação de estímulos de natureza diversa como as fotos, pranchas, desenhos, etc. Incluí também no contexto de instrumentos individuais os testemunhos escritos em diferentes momentos da vida da pessoa como os diários e cartas. Instrumentos estes também objeto de outras metodologias, o que reforça ainda mais a transdisciplinaridade da Epistemologia Qualitativa e sua aplicabilidade nos estudos organizacionais.

Os instrumentos grupais caracteriza-se por uma atividade coletiva e pelo desenvolvimento de dinâmicas grupais, como as entrevistas conversacionais em grupos, que assumem o caráter de debate, que pode ser, também, sobre um filme, um teatro, uma competição desportiva, a organização de uma peça de teatro, etc.. O que diferencia as duas categorias são as formas de interação coletiva ou de manifestações individualizadas.

Para González Rey (2012), os instrumentos individuais e os instrumentos grupais assumem três configurações e se dão nas formas de diálogos, documentos escritos ou imagéticos, que estimulam e induzem a produção de sentidos subjetivos. Para o autor, os instrumentos são gerados pelo pesquisador no contexto da pesquisa, independentemente de que se acumule, o pesquisador, uma experiência de uso que facilite sua aplicação.

Dentro das formatações dos instrumentos conversacionais, escritos ou não escritos, o que ganha destaque é o sistema de conversação. Esta formatação de instrumento constitui a base central dos indutores da pesquisa da subjetividade. Os principais instrumentos escritos são os questionários abertos, o completamento de frases, as redações e o conflito de diálogo. Como instrumentos não escritos de expressão simbólica temos as pranchas, as fotos, os desenhos, os fantoches e os filmes, dentre outros. O objetivo desses tipos de instrumentos é o de facilitar o trânsito dos sujeitos por diferentes estímulos simbólicos que acarretem nas expressões de sentidos subjetivos.

Para González Rey (2012), a aplicação de instrumentos variados na realização da pesquisa facilita o trânsito por diferentes campos de emocionalidade dos sujeitos, o que facilita as expressões da subjetividade em toda sua amplitude e complexidade. Destaca que estes instrumentos funcionam como indutores de expressão da subjetividade dos indivíduos, pois leva ao pesquisado a posicionar de forma rápida e simples, o que facilita a possibilidade de

produção de sentidos subjetivos distintos auxiliando a complexidade e amplitude de suas diversas expressões. Utilizar dois ou mais instrumentos, mesclando os de conversação com os escritos ou imagéticos produzem uma teia de informações que enriquecerão o trabalho quando da construção do modelo teórico, uma vez que os instrumentos não nos revelam produtos acabados, mas sim informações sobre a realidade social observada (GONZÁLEZ REY, 2012).

Como vimos, o papel dos instrumentos são o de facilitar as expressões do sujeito e auxiliá-lo no trânsito por diferentes zonas de suas experiências para estímulo das expressões subjetivas, ou seja, expressões dos sentidos subjetivos que se converterão em trechos de informação para a pesquisa. Os instrumentos funcionam como indutores de expressões dos sentidos subjetivos e tem por resultante os trechos de informações que serão passíveis de categorização empírico teórica pelo pesquisador. Os trechos de informações caracterizam-se por uma peça complexa de informação que expressa os sentidos subjetivos de quem fala: rá uma expressão viva da pessoa e não reconhece limites formais. Destaca-se como trecho de informação as matizes de expressões, as emoções, a densidade e a amplitude do que está sendo expresso pelo sujeito pesquisado. Os trechos de informação que carregam os sentidos subjetivos, apresentarão sempre inacabados, tensos, contraditórios, manifestando as mesmas características que possuem as expressões autênticas em qualquer campo da vida (GONZÁLEZ REY, 2012).

Observamos até aqui a existência de uma gama de instrumentos que podem ser utilizados na pesquisa da subjetividade de base epistemológica, muitos dos quais utilizados em outros métodos de pesquisa. Diante a variedade de formas de aproximação do objeto da pesquisa, selecionaremos para esta pesquisa dois indutores, que serão situados na categoria individuais e aplicados nos formatos de sistemas de conversação representados pelas entrevistas dialógicas e de indutores escritos, no formato de questionário aberto.

As entrevistas serão registradas através de áudios gravados no momento da pesquisa e ocorrerão no formato próprio dos sistemas conversacionais defendidos por González Rey (2012). O questionário aberto será aplicado logo após a dinâmica conversacional. Pretende-se dessa forma possibilitar o trânsito dos sujeitos por diferentes formas de expressão simbólica a fim de que produzam os sentidos subjetivos, para que em momento posterior sejam transcritos os trechos de informações e através da categorização de fatores comuns produzam o tecido informacional que servirá para a construção do modelo teórico sobre a participação da comunidade interna na Gestão Democrática do Campus Avançado de Três Corações-MG.

Os sistemas conversacionais, por permitir ao pesquisador deslocar-se do centro das perguntas e passar a integrar a dinâmica de conversação, resgata a epistemologia do diálogo

defendida pelo autor na aplicação da Epistemologia Qualitativa e o papel ativo que assume perante a pesquisa e a construção do modelo teórico. Devido a esse deslocamento de papel o pesquisador passa a integrar o grupo de pesquisa e os participantes sente-se sujeitos integrados na pesquisa, pois o que ocorre é a quebra da hierarquia na pesquisa, acarretando em meio simbólico de relação de igualdade nos espaços pesquisados. Esse posicionamento de González Rey (2012), pode se converter em um ponto dicotômico para a pesquisa científica, uma vez que várias metodologias assumem a imparcialidade do pesquisador quando da aplicação dos instrumentos. Mas como discutido no tópico anterior o posicionamento do autor é de que não há possibilidade de não interferirmos na realidade mediante nossas ações.

Longe de ser um direcionamento da pesquisa, essa integração do pesquisador no momento da pesquisa, defendida na Epistemologia Qualitativa, assume o caráter epistemológico de produção de sentidos e a construção de uma dinâmica de conversação, facilitando aos participantes as expressões com naturalidade e autenticidade, que toma diversas formas e que é responsável pela produção de um tecido de informações (GONZÁLEZ REY, 2012)

A abertura de espaço dialógico no âmbito da pesquisa, cuja consequência é o estímulo no sujeito pesquisado para sentir-se livre de coerções ou sentimento de inferioridade, facilita as expressões da emocionalidade dos sujeitos. Os sistemas conversacionais permitem ao pesquisador deslocar-se do centro e passar a integrar o núcleo da pesquisa trazendo para diálogo suas experiências, dúvidas e tensões, além de incluir as pessoas em uma dinâmica de igualdade este processo facilita a afloramento dos sentidos subjetivos no curso das conversações. Para González Rey (2012), ao converter os participantes em sujeitos da pesquisa eles atuam de forma reflexiva, ouvindo e elaborando hipóteses, facilitando a expressão de cada um por meio de suas necessidades e interesses (GONZÁLEZ REY, 2012).

A qualidade da informação gerada, ou seja, a capacidade de estimular pela reflexão a emocionalidade das pessoas e aflorar os sentidos subjetivos nas conversações, está vinculada à qualidade do espaço conversacional a medida em que se converte em um espaço de sentido e de diálogo franco e aberto. Para González Rey (2012), as conversações geram uma corresponsabilidade em cada um dos participantes por se sentirem sujeitos do processo de pesquisa, o que facilita o trânsito pelo emocional e a emergência dos sentidos subjetivos, uma vez que as reflexões estimulam a subjetividade dos participantes.

Uma das críticas nesse tipo de pesquisa é que os indutores podem não estimular a dinâmica conversacional e podem não funcionar, e conversações inesperadas ou até fora de contexto podem surgir. González Rey (2012), orienta para que o pesquisador respeite a

expressão do sujeito e busque conversar sobre as respostas dadas pelo próprio sujeito, utilizando da criatividade em reelaborar perguntas que reflitam em valorização para o sujeito e para o tema da pesquisa, o que justifica seu posicionamento em não ter perguntas pré-elaboradas quando da conversação, atribuindo liberdade na formulação das perguntas no momento da conversação. Contudo, aconselha a elaboração de um roteiro para guiar o pesquisador quando das entrevistas, embora sem se limitar a este roteiro.

Diante dessa posição do autor, podemos inferir que o pesquisador funciona como instrumento de produção de sentidos valorativos que induzem expressões do sujeito carregadas de sentido subjetivo para a pesquisa. Fato que descarta sua interferência no resultado da pesquisa, mas destaca o seu papel ativo enquanto facilitador dos sentidos subjetivos. As expressões emergem quando ocorre a produção de sentido. Produzir sentido para o sujeito da pesquisa em relação ao tema da pesquisa não deve ser confundido com interferências nas respostas dos sujeitos, mas apenas o papel de elaborar produções de sentido para a pesquisa através de suas experiências com o tema da pesquisa, estimulando dessa forma a reflexão dos sujeitos das condições dos espaços sociais em que transita.

González Rey (2012), defende que nesse tipo de pesquisa não há perguntas pré-elaboradas, elas surgem exatamente no momento da aplicação dos instrumentos e o roteiro é apenas um guia e não uma fórmula. Esse tipo de dinâmica pode ser observada em outros tipos de pesquisa, também, como a etnografia, onde o imperativo está em facilitar as expressões dos sujeitos pesquisados. Desta forma podemos observar linhas gerais que caracterizam a aplicação dos instrumentos e o peso da conversação como norteador dos espaços das pesquisas.

Como requisito para aplicação da metodologia de base epistemológica, em momento que antecede à aplicação dos instrumentos, devemos introduzir um ponto chave, que é a construção do cenário de pesquisa. A construção do cenário de pesquisa tem como objetivo levar o conhecimento sobre o tema da pesquisa com a finalidade de provocar reflexões nos sujeitos potenciais da pesquisa e despertar o interesse em participar do grupo da pesquisa. A construção do cenário de pesquisa constitui em requisito básico para a pesquisa da subjetividade de base epistemológica.

Para González Rey (2012) a pesquisa da subjetividade deve ser um processo ativo e que estimule a reflexão dos participantes sobre o tema estudado para que este fator implique no estímulo de sua subjetividade sobre o objetivo do estudo e possibilite as expressões de sentidos subjetivos. Por mais que seja dicotômica com relação à não interferência no campo da pesquisa, como ficou claro nas discussões epistemológicas a produção de sentido é essencial para se realizar a pesquisa da subjetividade, uma vez que ela se expressa apenas pelo estímulo através

da reflexão e do conhecimento, pois, como podemos inferir sobre a teoria do autor, se não forem provocados através dos sentidos a emocionalidade não emerge nos centros psíquicos e não há possibilidade de captar os sentidos subjetivos produzidos nos espaços sociais compartilhados.

Como construção do cenário de pesquisa foi realizado um seminário no Campus Avançado de Três Corações sobre o tema Gestão Democrática na Educação – Diálogos Possíveis: Gestão Democrática Participativa, que assumiu o formato característico dos seminários com a introdução de um momento dialógico que teve como objetivo replicar o sistema conversacional e facilitar o diálogo livre entre os participantes a respeito do tema discutido no seminário. O momento dialógico superou as expectativas e foi possível verificar que o clima do espaço baseado no diálogo e no posicionamento do mediador como instrumento de reflexão possibilitou entre aos participantes uma dinâmica de falas espontâneas e expressões autênticas, fazendo uma ruptura com os sistemas de perguntas e respostas que geralmente acompanham as finalizações dos seminários, integrando os participantes em uma dinâmica conversacional que foi aos poucos convertendo o espaço em gerador de sentidos. O seminário foi registrado em áudio e vídeo e não será transcrito, uma vez que as informações geradas pelo sistema conversacional do cenário de pesquisa não serão considerados para a construção do modelo teórico, passando a compor apenas para registro da criação do cenário de pesquisa.

Quanto ao processo de construção da informação o princípio epistemológico do caráter construtivo interpretativo é o que dará o norte a este momento da pesquisa. González Rey (2012), adverte que não devemos encarar as informações obtidas como uma verdade absoluta sobre a realidade social observada e não optarmos pelo caminho descritivo dos dados, mas atentarmos para o desenvolvimento de um modelo teórico sobre a informação produzida que permita uma visibilidade ontológica, holística, sobre a realidade observada.

De acordo com González Rey (2012), a construção da informação na Epistemologia Qualitativa está centrada no caráter construtivo interpretativo e não no método descritivo dos dados apurados no momento da pesquisa. Devemos ter em mente que o tratamento das informações neste tipo de pesquisa não descreverá uma realidade e não associará a uma teoria respectiva, mas tratar-se-á as informações como um produto humano que carrega em si formas de organizações sociais e que deverão ser utilizadas para a construção de um modelo teórico. Modelo teórico este que busca uma interpretação das informações considerando um processo mais flexível e dinâmico onde a reflexão do pesquisador assume o sentido da pesquisa, passando por uma construção, reconstrução intelectual e de experiências. Não quer dizer que a metodologia qualitativa de base epistemológica descarta as teorias preexistentes, renegando-as ou não considerando o seu valor, pelo contrário, ele as valoriza até o ponto em que assume

valorização para o tema da pesquisa, mas não as considera como encerramento do marco teórico, já que considera a realidade em modificação quase que permanente.

A valorização do construtivo interpretativo está no ponto de partida para uma elaboração teórica inédita e inovadora construída no processo da pesquisa. Desta forma traz para debate a metáfora da lógica configuracional, que para González Rey (2012), não é uma lógica, é uma organização do processo construtivo interpretativo e tem como conceito destacar o processo construtivo e enfatizar o lugar central do pesquisador no processo da pesquisa e na sua responsabilidade pelo modelo teórico a ser desenvolvido.

Os modelos, por sua vez, são espaços concretos de produções singulares que mantêm a capacidade de diálogo com as teorias, contudo sem descrevê-las, mas interagindo com elas e criando novas perspectivas onde a flexibilidade, a abertura e a criatividade do pesquisador na produção teórica ganha destaque.

O que fica claro nessa perspectiva metodológica é que a análise dos dados, ou informações, não buscará na teoria tomada como base o seu enquadramento e descritividade. Mas, por se tratar a subjetividade uma forma de organização da realidade social e carregar em si os aspectos históricos e culturais dos sujeitos, tratará as informações como uma característica que pertence à realidade observada. Por ser um aspecto da realidade não há encerramento teórico, assim os modelos desenvolvidos retratam alguns aspectos dessa realidade. Não a considera uma verdade, uma vez que as realidades estão sujeitas a modificações no decorrer do tempo e das ações ou atitudes tomadas pelos sujeitos pertencentes a estes espaços sociais.

Pesquisar determinada objetividade social através da subjetividade é o mesmo que dizer que compreenderemos como determinado fator social concreto impacta na vida humana naquele momento histórico, como ela afeta a emocionalidade das pessoas, como determinada configuração institucional é experienciada e vivida pelos sujeitos.

Dessa forma não cabe dizer que produziremos teorizações sobre a participação social na gestão democrática de uma instituição federal de ensino, ou dizer qual é o seu melhor ou pior aspecto, mas sim compreendermos como se revela parte dessa realidade objetiva a fim de gerar informações que servirão de reflexões para entendimento de como a estrutura participativa de fato acontece no contexto social do Campus Avançado de Três Corações.

Para converter os sentidos subjetivos em informações que possam ser analisadas pelos pesquisadores, González Rey (2012), explica como produzir indicadores e hipóteses de modelos considerando as informações geradas a partir da aplicação de instrumentos variados. Indicadores esses que se traduzem em elementos de sentidos que podem ser observados nos

trechos de informações ao confrontarmos as expressões dos sujeitos e das diferentes informações que se repetem nos diferentes instrumentos.

Vale destacar que não são repetições de palavras ou significados, como se processa na análise do discurso, mas em elementos de sentidos que assumem as características próprias do sistema complexo da subjetividade e de seu elemento mais caro: o sentido subjetivo, que se apresenta de diversas formas de organização envolvidas simultaneamente nas subjetividades individuais e sociais. Assim, o valor da informação está na densidade e na riqueza dos trechos de suas expressões, que constituirão a unidade interpretativa essencial na construção do modelo teórico (GONZÁLEZ REY, 2012).

Para González Rey (2012), as informações valorativas são aquelas que expressam-se de forma crescente o mundo, as necessidades, os conflitos e as reflexões, características estas que envolvem as emoções das pessoas. Assim, para essa presente pesquisa, as informações valorativas como: a visão de mundo, as necessidades das pessoas, os conflitos e as reflexões dos sujeitos, serão os critérios norteadores para as construções dos nossos indicadores, que serão extraídas quando da aplicação dos instrumentos individuais de entrevistas e questionário aberto. Com base no cruzamento das informações dos diferentes sujeitos e através dos instrumentos distintos os indicadores se converterão em elementos para a construção interpretativa do modelo teórico a ser desenvolvido nesta pesquisa. Espera-se dessa forma captar as emoções das pessoas através dos sentidos subjetivos expressos nos instrumentos e construir uma compreensão sobre a participação social na gestão democrática do Campus Avançado de Três Corações.

Observamos que para González Rey (2012), a definição de instrumento é toda situação ou recurso que permite ao outro expressar-se no contexto de relação que caracteriza a pesquisa. Trata-se de uma ferramenta interativa na pesquisa, é um processo de comunicação que se organiza progressivamente e tem por consequência o estímulo à livre expressão dos sujeitos devido ao lugar que ele ocupa no processo. Verificamos, também, que essas informações geradas na pesquisa são provenientes das subjetividades dos indivíduos expressas através dos sentidos subjetivos e convertidas em trechos de informações, que acarretarão em zonas de sentidos para a elaboração do modelo teórico da pesquisa. Outro fator importante para aplicação deste método são as epistemologias do construtivo interpretativo, da valorização do singular e dos sistemas conversacionais como norteadoras do processo de pesquisa. Os sentidos subjetivos constituem-se em objeto da construção da informação e reveste-se de legitimidade, pois configura-se em expressões dos aspectos sociais e carregam em sua complexidade elementos reveladores dessa realidade. Aspectos sociais que a metodologia aqui proposta, assim como

outras, não dão conta de reproduzi-los em sua totalidade, porém consegue organizá-la em um tipo de realidade distinta, propriamente humana (GONZÁLEZ REY, 2012).

Observamos até aqui que a pesquisa da subjetividade terá legitimação diante da produção de informações acerca do social se reconhecermos a sua epistemologia como legitimadora da produção de informações sobre o social, que são possíveis de aproximação por meio das expressões das subjetividades individuais através dos seus sentidos subjetivos.

Ao considerarmos os aspectos da Epistemologia Qualitativa, no sentido de trazer alternativas para aproximação do social através das pesquisas científicas, conhecemos mais uma perspectiva de construção da informação, que expressa uma aproximação valorativa do humano na compreensão de realidades, onde a subjetividade se caracteriza por seu nível diferenciado de conhecimento do social.

Para critério de análise dos resultados, como construção do conhecimento, o caráter construtivo interpretativo e a legitimação do singular, próprios da Epistemologia Qualitativa para estudos da subjetividade, serão os norteadores para a construção do modelo teórico.

Foram aplicados dois instrumentos individuais na pesquisa, uma entrevista conversacional e um formulário aberto, com 4 perguntas. Elaborou-se um roteiro para a entrevista, que serviu como norteador para o momento conversacional, sendo suas perguntas utilizadas apenas como um norteador para as entrevistas, semcontudo assumirem o protagonismo das conversações, que desenvolveu a sua própria dinâmica de acordo com cada entrevistado. Logo em seguida foi aplicado um questionário aberto, com 4 perguntas. O roteiro da entrevista e o questionário aberto constam dos Apêndice A e B deste trabalho. Os instrumentos foram aplicados em dia distinto da realização do Seminário sobre gestão democrática, que consistiu na criação do cenário da pesquisa. Ao todo tiveram 06 (seis) participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas e o questionário aberto foi respondido pelos participantes livremente, alguns, responderam logo após a entrevista, outros optaram por responder em momento distinto, todos foram transcritos.

Para compreendermos a participação direta no Campus estudado, discutiremos os trechos de informações sobre os sentidos expressos pelos sujeitos da pesquisa quando das entrevistas conversacionais e do questionário aberto, objetivando os espaços deliberativos e a influência nas tomadas de decisões, através dos princípios da Epistemologia Qualitativa.

Para sintetizarmos a metodologia da pesquisa qualitativa para estudos das subjetividades, elaboramos um quadro com os principais pontos que envolvem a pesquisa de base epistemológica (QUADRO 2).

Quadro 2 – Principais pontos da pesquisa com base na Epistemologia Qualitativa

Criação Cenário de Pesquisa	Seminário, mesas redondas, exposição de fotografias, de filmes, quadros, apresentações de peças teatrais, etc.	Pré-requisito que antecede a aplicação dos instrumentos e, tem por intuito levar conhecimentos relacionados ao tema da pesquisa para a formação de um grupo, funcionando como uma produção de sentidos para os potenciais sujeitos pesquisados.
Grupo de Pesquisa	Sujeitos interessados em participar da pesquisa.	Formado após a execução do cenário de pesquisa, não há critérios para números mínimos de participantes.
Instrumentos da Pesquisa: Grupais e Individuais	Conversacionais	Entrevistas individuais ou debates em grupo.
	Escritos	Completamento de frases, questionários abertos e conflitos de diálogos.
	Não Escritos	Pranchas, fotos, filmes, desenhos, etc.
Análise dos Resultados	Construção do Modelo Teórico	O resultado da pesquisa é construído com base nos trechos de informações, que são estimulados pelos instrumentos da pesquisa e são carregados de sentidos subjetivos, o qual passa pela valorização do singular e pela construção interpretativa de um modelo teórico, onde o protagonismo e criatividade do pesquisador são valorizados.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

3 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

3.1 AFINAL, NO QUE CONSISTE A PARTICIPAÇÃO DIRETA NAS DEMOCRACIAS?

A emergência da democracia nas sociedades contemporâneas, principalmente nos países do norte sucederam nos pós-guerra e carregava em seu espírito a superação dos governos autoritários (PATEMAN, 1992; SANTOS; AVRITZER, 2002). De lá para cá o que vimos foi a sua consolidação como forma de organização dos governos nas principais sociedades pós-industriais do mundo ocidental, tanto do norte quanto do sul (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Santos e Avritzer (2002), destacam que a consolidação das democracias, principalmente no norte, adotaram a concepção hegemônica, aquela restrita à legitimação das decisões no processo eleitoral. Por outro lado, no sul, países como o Brasil, a Índia, Moçambique e a África do Sul, resgataram princípios da teoria clássica de democracia e introduziram, cada qual à sua experiência, procedimentos de participação social nas suas democracias representativas.

Para Schumpeter (1961), a democracia consiste em um método político, por isso necessita de um arranjo institucional para tomada das decisões políticas, tanto legislativas como administrativas. Defende, ainda, que o ponto de partida para sua definição não pode ser um fim em si mesmo, uma vez que as decisões são produzidas em determinadas condições históricas. Essa definição de Schumpeter (1961), de democracia como método político, nos permite inferir que os estudos sobre as democracias devem ser observados três eixos: as institucionalidades produzidas para o arranjo operativo da democracia adotada em determinada sociedade ou organização, as tomadas de decisões e seus mecanismos autorizativos que revestem-nas de legitimidade e as sociedades, devido às condições históricas ressaltadas pelo autor, o que para nosso estudo constitui, o histórico-social (GONZÁLEZ REY, 2012) dos indivíduos em elemento para se compreender a participação nas democracias.

Pateman (1992), destaca que o conceito de participação foi visto com maus olhos pelos teóricos e sociólogos da política, sobre a justificativa que ela não cabia na democracia real, sendo que o conceito de participação só era possível se assumisse um papel menor. O que a autora toma como uma ironia, já que a ideia de participação se tornou popular, principalmente entre os estudantes que reivindicavam maior participação no sistema de ensino (PATEMAN, 1992).

A questão da participação da sociedade nas democracias contemporâneas passa por conceituações de duas correntes teóricas, uma que literalmente abomina a participação social, justificando que essa prática abalaria a estabilidade das democracias (PATEMAN, 1992; RIBEIRO, 2010), e outra que entende que as democracias só são efetivas se houver a participação direta dos cidadãos impactados pelas decisões (HABERMAS, 1995; SANTOS; AVRITZER, 2002; RIBEIRO, 2010).

Para entendermos, portanto, a participação direta devemos conhecer um pouco melhor os aspectos das correntes teóricas da democracia e encontrar um elo comum entre ambas, para entendermos qual é o produto final das democracias. Esboçaremos algum preâmbulo sobre ambas as correntes para tentarmos definir quais seriam os pontos objetivos em que a participação social tenha efeitos para definirmos o que seria uma participação direta nas democracias, contudo, trataremos mais demoradamente sobre as correntes no próximo capítulo.

A corrente elitista, que buscou um processo mais descritivo das democracias, mas sem, contudo, deixarem de construir aspectos normativos para o bom funcionamento das democracias reais, centram seus esforços nos processos de legitimação das decisões e na defesa do processo eleitoral como única forma de participação viável nas sociedades complexas (DAHL, 1997). Na outra vertente, temos os teóricos deliberacionistas, que não reivindicaram o caráter descritivo das democracias, mas, posicionaram suas teorias no intuito de normatizá-las, aprofundando os aspectos da participação dos cidadãos como legitimadora das decisões, indo além do processo eleitoral, com o intuito de ampliar os espaços de soberania popular (RIBEIRO, 2010).

Para Ribeiro (2010), a denominação de democracia como forma de organização dos governos nas sociedades pós-industriais tornou-se a discussão central das correntes das teorias democráticas do século XX e a preocupação de ambas concentrou-se em propiciar os meios para sua manutenção e aprofundamento. Destaca que apesar da convergência nesse aspecto de garantir o sucesso da democracia como estrutura de governo das sociedades complexas os paradigmas que as dividem estão centradas na legitimidade das tomadas de decisões e no processo deliberativo, aspectos que Santos e Avritzer (2000), constituem em indicadores da efetividade da participação.

Para Santos e Avritzer (2002), estes dois aspectos, deliberação e influências no processo decisório, constituem pontos nevrálgicos para se diagnosticar a efetividade da participação social nas instituições participativas, uma vez que a legitimidade passa por essas duas questões. Se na corrente elitista a legitimidade do processo está na competição entre elites, na representatividade da liderança e na participação social restrita ao voto (BOBBIO, 1986;

SCHUMPETER 1961). Na corrente deliberativa buscou-se questionar esses fundamentos e normatizar formas que permitissem a democratização da democracia com a ampliação da participação dos cidadãos em espaços deliberativos e, principalmente, sua influência nas tomadas de decisões (FARIA, 2010; HABERMAS, 1995; PATEMAN, 1992; SANTOS; AVRITZER, 2002; RIBEIRO, 2010).

Como podemos verificar, neste breve relato sobre as correntes teóricas que se preocuparam com a democracia, seja defendendo a participação apenas através do voto ou seja pelo aprofundamento da participação para além do processo eleitoral, dois procedimentos estão intrínsecos e constituem a espinha dorsal de qualquer instituição, seja ela um governo ou uma organização para caracterizar uma democracia: a legitimidade da deliberação e da tomada de decisões.

Assim a participação direta neste trabalho considerará a participação efetiva dos servidores efetivos nos espaços deliberativos e nas tomadas de decisões no Campus Avançado de Três Corações. Considerando como efetiva a participação pela capacidade de influenciar, controlar e decidir sobre as políticas pedagógicas, administrativas, de desenvolvimento e de alocação dos recursos públicos na instituição, deliberação e tomada de decisões serão considerados os espaços onde a participação direta acontece e a efetividade será medida através da capacidade de influenciar, controlar e decidir dos servidores técnico-administrativos e docentes.

Para Avritzer (2008), mesmo o Brasil sendo um país com várias formas de participação, a realidade mostra que a efetividade das ações participativas ainda são bem reduzidas, principalmente para a população de baixa renda. Contudo, de forma otimista, relata que mesmo num cenário centralizado de decisões, marcado pelos modelos de democracia do século XX, surgiram algumas formas de viabilidade de participação da sociedade, como a figura do Orçamento Participativo que ganha destaque nos municípios brasileiros pela sua forma direta de participação na aplicação dos recursos públicos. Além de outras formas que contribuíram para o avanço democrático brasileiro como o Plano Diretor dos Municípios e os Conselhos de Saúde e Assistência Social. No caso dos orçamentos participativos, eles constituem aquilo que a literatura denomina de desenhos participativos de baixo para cima, no qual a sociedade é que define a forma como os dirigentes políticos aplicarão os recursos e fomentar as políticas públicas, há no caso uma influência direta na agenda e, portanto, nas decisões (AVRITZER, 2008).

Contudo, Avritzer (2008), destaca um ponto importante das instituições participativas quanto à institucionalização das ações sociais e da política, visto que os sistemas deliberativos

são em sua maioria definido pela forma legal, que acabam afastando o conceito de participação e priorizando a sistema de representatividade. As instituições são definidas de forma convencional como um conjunto de normas e de regras que estruturam a ação social e política. Essa redução dos espaços deliberativos às formalidades acabam por comprometer a efetividade da participação, uma vez que poderão funcionar apenas como mitos e cerimônias dentro das instituições (MEYER; ROWAN, 1977).

Avritzer (2008), aponta que autores da segunda metade do século XX, como por exemplo Helmke e Levitski (2006) e Meyer e Rowan (1991), caracterizam as instituições de forma convencional como um conjunto de normas e de regras que estruturam a ação social e política. Ao excluir as formas de participação do hall das instituições, esta literatura continua operando com uma oposição entre participação e institucionalização e não é capaz de gerar um entendimento adequado do fenômeno da participação. Assim, o autor tece duas críticas à maneira de compreender as instituições participativas pela Teoria Democrática hegemônica.

A primeira crítica decorre de que um punhado de instituições participativas não estão nem formal nem legalmente constituídas e elas abordam temas importantes de comportamentos e expectativas dos atores sociais. E a segunda está no próprio conceito de instituição política que não trata das práticas participativas, mas apenas das instituições resultantes do processo de autorização da representação. Como forma de romper com a visão limitadora de participação, Avritzer, lança o conceito de instituição participativa, como forma de superar essa exclusão institucional.

Para, Avritzer (2008), o conceito de instituições participativas está nas formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas. Para melhor compreender essas instituições participativas delineou o que chamou de desenho institucional e defende que existem três maneiras de diferenciar as formas pelas quais os cidadãos ou associações da sociedade civil podem participar do processo de tomada de decisão política.

O primeiro desenho participativo é o formato de baixo para cima, onde as decisões dos atores sociais são implementadas pelo poder público, constituindo o orçamento participativo como um dos exemplos mais conhecidos no Brasil. A segunda consiste na partilha do poder, neste desenho tanto atores do estado como da sociedade civil participam simultaneamente do processo decisório. O terceiro formato de instituição participativa é o de ratificação pública, onde os atores da sociedade não tomam as decisões, apenas referendam as decisões tomadas pelos agentes públicos (AVRITZER, 2008).

Não obstante, Avritzer (2008), realça como os desenhos institucionais podem influenciar sobremaneira na forma como se organiza as participações e como o processo participativo instaurado se torna mais efetivo e destaca que os desenhos institucionais variam em, pelo menos, três aspectos: 1) na maneira como a participação se organiza; 2) na maneira como o Estado se relaciona com a participação e 3) na maneira como a legislação exige do governo a implementação ou não da participação. Outra importante variável detectada nos arranjos dessas instituições foram a iniciativa na proposição do desenho participativo, a organização da sociedade civil e a vontade política do governo em implementar a participação.

Como vimos a participação direta consiste no processo de inclusão dos atores sociais afetados pelas decisões políticas ou administrativas nos processos de deliberação e de tomadas de decisões, ao ponto que estes possam manifestar suas opiniões de forma racional e livre e influenciarem e controlarem o processo decisório. Observamos, também, que os desenhos institucionais podem influenciar diretamente na participação desses dois processos cruciais para qualquer instituição social, principalmente as democráticas.

Agora, introduziremos sobre como a participação social se desenrola nas sociedades capitalistas do ponto de vista da formação psicológica dos indivíduos, cujo ponto central está na relação social alienada pela fragmentação da personalidade através da natureza humana da ideologia liberal burguesa e das relações do modo de produções capitalistas. Após, no capítulo seguinte, veremos como estas questões de estruturas institucionais e indivíduos estão para as teorias democráticas, bem como as instituições participativas estão para a formação psicológica da eficiência política dos indivíduos (PATEMAN, 1992).

3.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE LIBERAL BURGUESA

Para entender o contexto da participação social no Brasil devemos conhecer um pouco da concepção liberal burguesa sobre o indivíduo e a participação política, que através da sua ideologia delineou a Democracia Moderna e o contexto histórico-social nos moldes do elitismo político. Assim, a ideologia liberal burguesa sustenta na natureza humana fixa no individualismo, egoísmo e na concorrência feroz entre homens e nas relações sociais decorrentes do modo de produção a base para a formação psicológica do indivíduo nas sociedades capitalistas (MÉSZÁROS, 2009).

Para Mézáros (2009), a personalidade que se forma é a do indivíduo reificado nas suas relações sociais e políticas, transformando-o em sujeito desprovido de qualquer vínculo com a

sociedade em que vive, representando as características da alienação e da desvinculação orgânica com a sociedade.

Nota-se que essa concepção de indivíduo é observada na Epistemologia Qualitativa de González Rey (2012), onde aponta as características sociais dos indivíduos inseridos na dicotomia do pensamento ocidental que nos leva a conceber o mundo como externo e independente em relação a nós, como se não fizessemos parte dele e não estivéssemos de maneira orgânicas relacionadas ao seu próprio funcionamento.

Para Goldman (1979), a extensão da lógica liberal econômica se estende progressivamente ao complexo sistema da vida psíquica dos homens, cuja relação de produção burguesa faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo. Para Horkheimer e Adorno (1973), assim como apontado por Goldman (1979), as instituições burguesas que emergiram da autoexpansão sem controle do capital validaram as relações sociais sem vínculo comunitário, tornando o processo vital da humanidade uma abstração.

Freire (2011), aponta que a fixação da natureza humana no egoísmo tem fundamento na obra de Thomas Hobbes e é acentuada em Adam Smith com sua obra *Economia Política Burguesa*, no qual o homem não proprietário dos meios de produção é visto apenas como trabalhador e não como uma pessoa dotada de objetividades materiais e de subjetividades afetivas, mas reduzindo-o a uma força animal cuja única necessidade é o trabalho. Essas serão as bases do liberalismo burgues para sua consolidação como sistema econômico e social nas sociedades capitalistas, que se darão pelo uso instrumental de controles produtivos e sociais, incluindo o modelo de democracia.

Para Chauí (1980), este controle das forças sociais se dá por meio da ideologia liberal burguesa que enquanto teoria, concentrou o papel de comando sobre a prática dos indivíduos, que deveriam se submeter aos critérios e mandamentos do teórico antes de agir. A princípio a ideologia tem por base uma suposta harmonização entre teoria e ação e todo movimento contrário a teoria concebida é considerada uma anomalia (CHAUÍ, 1980).

Para Freire (2011), o que se observa como fenômeno social dessa fixação da natureza humana no egoísmo é o desenvolvimento histórico da ascensão total do indivíduo isolado e sem vinculação orgânica com sua comunidade, que concentra suas energias não na solidariedade mas na constante concorrência feroz com os outros indivíduos. A força ideológica ganha expressão notória na constituição da personalidade do indivíduo e conseqüentemente na sua participação em sociedade devido a reificação da natureza e das relações sociais oriundas da formatação político-econômico social do capitalismo burguês, aprofundando as raízes antagônicas da nossa natureza social, o que faz emergir instituições que propiciam a formação

psicológica fragmentada da nossa personalidade e relações sociais. O resultado é a desassociação da realidade humanista da psique humana e a associação a uma segunda personalidade (LUKÁCS, 2003).

Para Lukács (2003), a construção da subjetividade dos indivíduos pertencentes ao modo de produção capitalista acaba por criar uma segunda personalidade, a qual o sujeito buscará emancipar-se durante sua vida, porém irá vivê-la e viver suas relações sociais a partir desta ótica da segunda personalidade. Para Mészáros (2009), essa segunda personalidade advém da alienação do sistema produtivo, da fetichização das relações sociais e da equivocada natureza humana individualista, que é a base de funcionamento das sociedades capitalistas modernas.

Para Lukács (2003) está desassociação da personalidade humana, que tem fruto do antagonismo entre realidade e ideologia, resulta no indivíduo reificado. O indivíduo reificado emerge na sociedade capitalista diante o antagonismo que se dá na relação de trabalho, em que o trabalhador é vinculado apenas ao objeto da produção, e não com a relação social entre trabalhador e produtor. Esse conceito é extraído da concepção marxista sobre a relação social do trabalho nas sociedades capitalistas e esse arranjo fragmentador impactará a formação psíquica da sociedade e nas condições da participação em sociedade. Sobre o impacto das instituições na formação da personalidade, Pateman (1992), traz valorosas contribuições empíricas, que serão discutidas no próximo capítulo.

Mészáros (2009), reforça a visão de Lukács (2003) sobre a formação de uma segunda personalidade advindo das culturas capitalistas, apontando que essa desassociação da psique humana contrapõe-se ao sujeito real. Para o autor o sujeito real significa a confluência entre as necessidades objetivas e subjetivas dos indivíduos que são capazes de se auto afirmar coletivamente e conscientemente como ser soberano no mundo social realizando de forma autônoma os intercâmbios produtivos com a natureza e os membros da sociedade, são sujeitos conscientes de suas próprias ações. Já o sujeito reificado é aquele em que as condições gerais de reprodução sociometabólica entre a relação sujeito objetivo são dominadas por uma força estranha que frustra seus desígnios e desconsidera de forma autoritária os seus objetivos e valores de autorrealização social, que nós indivíduos, procuramos estabelecer nas nossas relações sociais (MÉSZÁROS, 2009). O que autor coloca é que a influência da ideologia burguesa e o seu modo de produções capitalistas, refletidas em instituições autoritárias, formará a personalidade dos indivíduos que se relacionam com ela, e essa força será lhe estranha a sua verdadeira natureza. E essa ruptura entre sujeito real e emergência do sujeito reificado no sistema de produção capitalista impactará diretamente na participação social dos indivíduos.

Freire (2011), destaca que a forma como foi pensado e elaborado o conceito ideológico do liberalismo burguês resultou numa dessocialização onde a participação social ficou comprometida. Com base em Mészáros (2009), aponta que o sujeito a medida que interage, apreende e processa os fenômenos dessa institucionalidade liberal burguesa no convívio social do mundo objetivo e do mundo subjetivo, emerge como indivíduo formado psicologicamente nas premissas dessa estrutura. A característica da personalidade é a do indivíduo reificado, que implica diretamente nos processos de mediação social, o que para Mészáros (2009), acaba por transfigurar em forma de alienação e fetichização das relações.

Esta mediação do social, baseada na alienação e no princípio de competição feroz, formará a personalidade do indivíduo e refletirá no modo de conduzir administrativamente as instituições sociais. O que vale especular que, por mais que existam teorias democráticas e estruturas administrativas que transcendam o autoritarismo do modelo liberal burguês de democracia e de administração técnico-científica, o que encontraremos, a princípio, serão as replicações de uma estrutura ideológica de instituições sociais e as relações sociais que daí emergem, portanto, a predisposição à participação nos espaços deliberativos e de tomadas de decisões serão guiados por essas estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2012).

Considerando o indivíduo reificado e a maneira como se dá a mediação das relações sociais podemos inferir que a participação nos espaços democráticos das organizações ficam comprometidas, pois haverá sempre uma resistência por parte dos indivíduos em envolver pelo que é público e social e as estruturas administrativas dessas instituições, via de regra serão de bases autoritárias, uma vez que é aí que a ideologia se consolidada como prática social. Desta forma, é justo especular que a Gestão Democrática das escolas públicas, por conseguinte, estarão comprometidas à alienação da participação restrita ao voto e à representatividade, descartando outras formas de conceber a administração escolar que não a hegemônica, devido à natureza estruturante das personalidades que constroem as normas-ações (HABERMAS, 1995) das instituições, uma vez que os indivíduos estariam preparados psicologicamente para um único tipo de relação dentro das instituições sociais, e o que se espera daí é o modelo de democracia verticalizada e as estruturas administrativas priorizarão as concentrações das decisões na elite burocrática dos dirigentes políticos ou administrativos do Estado. Casos de organizações outras que adotem institucionalidade que não a verticalizada e a autoritária, por via de regra, serão exceções.

Ao lançarmos o barco nas águas turbulentas do social para compreensão da participação dos indivíduos na Gestão Democrática da Educação Pública Federal, navegar pelo utilitarismo da ideologia liberal burguesa e pela forma como se dão as relações sociais a partir do indivíduo

que emerge nas sociedades capitalistas contemporânea é fundamental para entendermos melhor a relação entre indivíduo e sociedade e a dicotomia entre público e privado. Até aqui, podemos observar que a forma como uma sociedade arranja o seu modo de produção, que são refletidos nas suas instituições sociais, determinam as relações sociais e formam o caráter psicológico dos indivíduos.

Vimos que nas sociedades capitalistas a formação da personalidade converge para a reificação do indivíduo que se afasta do seu conteúdo humanista e passa a encarar a vida através da competição feroz entre outros indivíduos e pela alienação decorrente da organização do trabalho, cuja relação social é suspensa e passa a vigorar a lógica mercantilista da relação sujeito-objeto. Todo esse arranjo social produtivo, que reflete nas instituições autoritárias, impacta sobremaneira de forma negativa na participação e, como veremos no próximo capítulo, na formação psicológica dos indivíduos em relação a sua eficiência política (PATMAN, 1992), que está vinculado à maneira como as instituições sociais encaram a participação em suas estruturas administrativas.

Agora, passaremos para as correntes teóricas dentro do pensamento democrático que defenderão esse estado de coisas liberais e outros que irão aperfeiçoá-lo, questionando suas estruturas e propondo uma alternativa de normatização das democracias com base no diálogo e na participação direta dos cidadãos em espaços deliberativos e nas tomadas de decisões.

3.3 TEORIAS DEMOCRÁTICAS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A principal corrente na Teoria Democrática contemporânea é a elitista, minimalista ou hegemônica. Uma das explicações possíveis para esta nomenclatura pode decorrer do posicionamento de que a única possibilidade de racionalidade política nas decisões resida em uma elite detentora do capital intelectual e econômico, haja vista uma acentuada descrença nas massas populares de realizarem a melhor escolha (SCHUMPETER, 1961); hegemônica devido a adoção de sua operacionalização pelas diversas democracias do mundo ocidental (PATEMAN, 1992; SANTOS; AVRITZER, 2002) e minimalista por reduzir os aspectos da participação social apenas a elementos eleitorais (AVRITZER, 2008; FARIA, 2010; RIBEIRO, 2010).

Consagram-se nesse campo das correntes de Democracia autores como Joseph Schumpeter, Anthony Downs e Robert A. Dahl. Para as teorias minimalistas da democracia, que se baseiam na análise dos regimes democráticos contemporâneos, três eixos devem estar

inseridos nos elementos institucionais e são importantes para se medir o nível democrático, sendo eles: a existência de um conjunto de liberdades cidadãs, a competição eleitoral e multiplicidade de grupos de pressão (MEDEIROS, 2015).

Para Bobbio (1986), as liberdades individuais, base do estado liberal, constitui um pressuposto não só histórico mas jurídico do estado democrático. Sem as garantias fundamentais como direito de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. a democracia não teria condições de funcionamento (BOBBIO, 1986). Para o autor, democracia e liberalismo andam de mãos dadas e a queda de um resultaria automaticamente na queda do outro.

Dentro desse arranjo de estado liberal, Bobbio (1986), entende como democracia qualquer forma que garanta que as decisões de grupos sociais sejam tomadas por um pequeno grupo de indivíduos, independentemente de quantos decidam juntos. O que importa para o autor é o funcionamento das regras do jogo, sendo que as liberdades fundamentais constituem as regras preliminares para o desenrolar do jogo democrático. Entendendo por democracia o conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a decidir coletivamente e com quais procedimentos. O que importa para Bobbio (1986), na caracterização de um regime político como democrático não é a abrangência dos que votam, mesmo que os votantes sejam apenas um segmento social de uma sociedade complexa, composta por várias identidades e minorias, mas a predominância das regras por ele descrita que enquadraria o regime como democrático ou não. Veja que esta posição do autor nos permite compreender o minimalismo na sua teoria, a centralidade das decisões no processo político e a dicotomia que envolve a reivindicação de teoria isenta de normatividade, restrita apenas a descrição, uma vez que ele dita as regras do jogo democrático para caracterizar um regime como democrático, o que seria este posicionamento se não a própria normatização de democracia?

Bobbio (1986), descreve três regras fundamentais que podem caracterizar o regime político como democrático e estão diretamente relacionadas à legitimação das tomadas de decisões. A primeira regra consiste na autorização para a tomada de decisões vinculatórias para todo o grupo da sociedade, seja por leis escritas ou não, porém a legitimidade deve caracterizar este atributo de poder político decisório. A segunda é a regra da maioria, que são consideradas quando das decisões coletivas, ou seja, as decisões válidas são aquelas aprovadas pela maioria dos que decidem. A terceira regra é a liberdade de escolha entre opções para aqueles que são revestidos do poder de decidir ou de escolher quem toma as decisões. Para o autor, os pressupostos do estado liberal de liberdades individuais configuram nas condições mínimas de democracia, nem mesmo um número elevado de cidadãos com direito de participar diretamente

ou indiretamente, nem a regra da maioria ou consenso, tornaria um regime democrático sem os fundamentos das liberdades individuais. Por isso que afirma “estado liberal e estado democrático, quando caem, caem juntos” (BOBBIO, 1986, p.20)

Para Bobbio (1986), Dahl (1997), Sartori (1994) e Schumpeter (1961), as eleições e a representatividade consistem na forma legitimadora das decisões políticas. O primeiro a defender a participação representativa dentro do Estado Democrático Burguês foi John Stuart Mill, um dos principais expoentes do Liberalismo Clássico, manifestando sua defesa da inclusão das camadas populares na Inglaterra no início do século XIX através do voto e da representatividade. Entretanto, Balbachevsky (2001) ao sintetizar Mill (2001), destaca que o que ocorre de fato é um interesse utilitário ao incorporar as camadas populares nas regras do jogo democrático. Essa visão utilitarista decorre do fato de Mill (2001) vislumbrar no sufrágio universal a pacificação dos ânimos sociais e levá-los a acreditar que estavam participando da política.

Para Pateman (1992), o que caracteriza as obras de Stuart Mill é a sua ambiguidade, pois demonstrou pontos controversos no decorrer da construção das suas teorias, configurando num primeiro momento a defesa dos princípios benéficos da participação direta como valores morais para uma sociedade e, mais na maturidade delas, apresentou propostas mais práticas de um estado ideal, defendendo a garantia da participação universal através do voto para governos representativos (PATEMAN, 1992).

Uma das chaves para o triunfo da democracia representativa presente na obra de Mill (2001) e, principalmente, dos Federalistas (FREIRE, 2011), é a legitimidade do Poder referendados pela população. A solução para a legitimidade das decisões coletivas tomadas por poucos estaria no sistema eleitoral universal, abrangendo mais classes sociais e outras minorias, como mulheres e negros, incluindo-as no processo de escolha dos representantes. Este processo de voto e representatividade passou a legitimar a delegação de poderes decisórios legítimos e institucionalizados, tanto dentro do Estado como fora dele, na sociedade, para a elite econômica que emergia no seio do Estado Liberal Burguês.

Medeiros (2015), com base em Cromartie (2003), destaca o papel da teoria do contrato social na concepção da participação indireta e na tentativa de dar solução à legitimidade das decisões. A legitimidade encontra fundamento nas obras de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau e traz para debate a questão, que é o cerne de sustentação da Democracia Representativa. Anastásia e Nunes (2007), destaca que para Dahl (1997) e Sartori (1994) a representatividade constitui na forma mais adequada para viabilidade da democracia, uma vez que a sociedade é complexa e os custos envolvidos são menores.

Para Dhal (1997), foi a apenas com a invenção da representação que a democracia nas sociedades contemporâneas, que são complexas e heterogêneas, compostas por milhões de pessoas e atravessadas por múltiplos vieses e fontes plurais de formação de identidades coletivas, foi possível. Sartori (1994), constitui outro autor que endossa a representatividade como solução para diminuir os custos internos e os custos externos associados ao processo decisório, vislumbrando no processo eleitoral e na representatividade a minimização dos custos e a maximização dos resultados.

Podemos entender que a centralidade nos principais autores da democracia elitista é a questão da operacionalidade das democracias e a configuração de validação dos processos decisórios através do voto e da representatividade. Veremos, agora, que existem críticas a esse modelo de democracia e que nem sempre os ideais defendidos por essa corrente de democracia são alcançados em sua efetividade.

Para Freire (2011), apesar do seu protagonismo e inclusão das camadas populares na escolha dos seus representantes a Democracia representativa, com base no princípio Liberal Burguês de participação política, acaba por institucionalizar a exclusão das massas populares de processos substantivos de tomadas de decisões, uma vez que a participação nesse tipo de modelo democrático é restrita ao voto e a representação. A autora acentua críticas ao modelo representativo por não aproximar a sociedade das tomadas de decisões, afastando-as dos processos substantivos da política: a deliberação e a apropriação de recursos públicos. Santos e Avritzer (2002), reforçam este entendimento ao criticarem a estrutura democrática da representatividade enquanto propiciadora de distribuição equânime de recursos e políticas públicas.

Um dos questionamentos críticos que se pode colocar sobre os processos democráticos defendidos por Bobbio (1986), Dhal (1997), Sartori (1994) e Schumpeter (1961), que podem endossar o posicionamento crítico de Freire (2011), apesar dessas teorias defender a apropriação desses espaços pela elite e não questionarmos suas decisões, é com relação à capacidade do atual sistema em absorver representantes das minorias historicamente marginalizadas como os negros, pobres, mulheres e LGBTs nos espaços deliberativos de tomadas de decisões institucionalizados na democracia brasileira e a sua capacidade em proteger os responsáveis pela decisão das influências dos interesses de grupos privados em relação às decisões tomadas, valores defendidos por Bobbio (1986) e Schumpeter (1961), quando da regra de garantia das liberdades individuais. Sobre este aspecto da influência de grupos de interesses privados podemos citar o lobby pesado das indústrias armamentistas,

agroquímicas, do setor financeiro, empresarial, ruralistas e evangélicos, que além de constituir maioria no congresso, apropriaram da maior fatia dos recursos e políticas públicas.

Mesmo os canais participativos abertos como plebiscitos e referendos, que marcam a democracia brasileira como híbrida (AVRITZER, 2008), por mesclar a representatividade e a participação direta dos cidadãos, a utilização destes instrumentos constitucionais, foi baixíssima desde a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 (AVRITZER, 2008).

O que podemos compreender das regras do jogo (BOBBIO, 1986) colocadas como mínimas para uma caracterização de democracia, conforme apontado pelos autores elitistas é a questão da legitimidade das tomadas de decisões e da liberdade de escolha. Podemos inferir que na atualidade a representatividade, quando um cidadão (eleitor) outorga ao outro o direito de decidir (representante) por toda a sociedade, reveste de legitimidade para escolher a melhor opção que o representante julgue melhor, sem, portanto, considerar as aspirações dos representados, uma vez que devemos respeitar o direito à liberdade de escolha dos que estão autorizados a decidir (SCHUMPETER, 1961).

Schumpeter (1961), reforça essa questão de legitimidade das decisões outorgada aos representantes e a liberdade de escolha dos escolhidos a decidir através do voto presentes nas condições mínimas de democracia de Bobbio (1986), ao desenvolver sua teoria sobre liderança e a deslegitimação de pressões exercidas pelos eleitores sobre os membros do parlamento através de cartas ou telegramas. O que vale dizer, nos tempos atuais, é que os eleitores não poderiam pressionar os seus representantes através de redes sociais, abaixo-assinados ou mobilizações sociais sobre qual a melhor decisão para a coletividade. Na visão de Schumpeter (1961), devemos deixar que as lideranças decidam por sua consciência, pois devemos respeitar suas liberdades de opiniões e de expressão. Nas próprias palavras do autor, “os eleitores comuns devem respeitar a divisão de trabalho entre si e os políticos que elegendem [...] e necessitam compreender que, uma vez tendo eleito determinado cidadão, a ação política passa a ser dele e não sua” (SCHUMPETER, 1961, p. 351).

As regras do jogo (Bobbio, 1986) defendida pela democracia elitista congrega em instituições políticas que gera um *modus operandi* na sociedade e isso acarreta na formação psicológica dos indivíduos, conforme podemos inferir com base nas discussões do capítulo anterior e nas contribuições de Pateman (1992), sobre a influência na formação psicológica dos sujeitos decorrentes das experiências vividas em instituições participativas e autoritárias, no seu livro *Participação e Teoria Democrática*, e no posicionamento de González Rey (2012), com base em Freud, Vygotsky, Castoriadis e Eliot, sobre a influência dos espaços culturais, compreendidas aí as instituições sociais e políticas, na subjetividade dos indivíduos.

Tais discussões nos levam ao seguinte questionamento: qual predisposição psicológica a teoria hegemônica forma na personalidade dos indivíduos pertencentes às sociedades que valorizam a democracia e as organizações verticalizadas? Uma vez que fica claro que as predisposições psicológicas são decorrentes das influências dos espaços sociais na formação da personalidade das pessoas, essa problematização nos leva a construção de um paradigma para as organizações de ensino públicas que congrega a gestão democrática em sua estrutura. Qual forma de democracia escolher? A do sujeito tutelado ou a de sujeito crítico e autônomo, se os últimos princípios são os norteadores na sua missão enquanto organização de ensino, qual modelo democrático lhe melhor caberia?

Sobre o aspecto psicológico das experiências da participação como formadora da personalidade política dos sujeitos, Pateman (1992), aponta que a teoria democrática participativa afirma que a experiência da participação torna o indivíduo psicologicamente melhor preparado para participações futuras. Investigações empíricas sobre comportamentos e atitudes políticas trouxeram relações positivas entre experiências de participação e “o sentido de eficácia política ou sentido de competência política” (PATEMAN, 1992, p. 66).

Investigações sobre os efeitos da participação realizadas em organizações voluntárias em cinco países, revelaram que o senso de eficiência política era maior nos membros desta organização do que nas pessoas que não eram membros. Cabe aqui destacar, para os propósitos deste trabalho e como contribuições pedagógicas para as escolas públicas, as evidências dos autores Almond e Verba (1965) no livro a Cultura cívica (The Civic Culture) citados por Pateman (1992), onde o principal destaque recai sobre a eficiência no desenvolvimento de uma cidadania competente e o preparo para atuação política a nível macro nos indivíduos que tiveram experiências de participação nas tomadas de decisões a nível local, desenvolvendo o sentido de competência política e, principalmente, a emancipação das autoridades, favorecendo a autogestão (PATEMAN, 1992).

Para Pateman (1992), Almond e Verba (1965), apontam que as estruturas de autoridades funcionam como uma das variáveis mais importantes no que tange às restrições para a participação política e não-política e para o desenvolvimento do sentido de eficiência política, este estreitamente ligado às experiências de participação local. Cabe aqui citar o trecho das conclusões dos autores Almond e Verba (1965),

se na maioria das situações sociais o indivíduo se acha subserviente a alguma figura de autoridade, é provável que ele espere uma relação de autoridade como essa na esfera política. Por outro lado, se fora da esfera política ele dispõe de oportunidades de participar de um amplo leque de decisões sociais, provavelmente esperará ser capaz de participar do mesmo modo das decisões políticas. Além disso, a participação na tomada de decisões não-políticas pode dar-lhe a destreza necessária para se engajar

na participação política (ALMOND; VERBA, 1965, p.271-2 *apud* PATEMAN, 1992, p. 68).

O aspecto da emancipação dos cidadãos coloca em risco o ideal de sociedade liberal burguesa discutida no capítulo anterior, uma vez que o seu maior potencial de estruturação econômica, política e social, reside no indivíduo reificado (LUKÁCS, 2003; MÉSZÁROS, 2009).

Para a teoria clássica, ao institucionalizar a participação nas tomadas de decisões a nível local, além do impacto psicológico na constituição de cidadãos com alto índice de eficiência política (PATEMAN, 1992), o indivíduo isolado e fragmentado do social, imaginado pela ideologia liberal burguesa e colocado em formação psicológica pelo arranjo autoritário das instituições sociais e políticas, deixaria de existir, emergindo daí, talvez um outro ideário de sociedade e de indivíduo, baseado na solidariedade e no senso de comunitarismo, tão caro aos teóricos da participação.

Talvez, na concepção de indivíduo e na sua formação política resida um dos paradigmas da participação nas democracias modernas capitalistas, pois a experiência da participação social, como exposto, teria uma função psicológica formadora de uma personalidade com forte senso de eficiência política, enquanto a personalidade formada em estruturas autoritárias desenvolvem uma baixa competência política (PATEMAN, 1992).

Uma vez invertida a lógica da não-participação para a participação nas tomadas de decisões, tanto no local de trabalho, quanto na política local e nacional, conforme apontado pelos teóricos clássicos e pelos estudos empíricos apresentados por Pateman (1992), a constituição psicológica dos indivíduos seria para o autogoverno, ou seja, a capacidade de conduzirem a própria vida e de tomarem a melhor decisão para eles e para coletividade.

O que nos leva a construir uma resposta para a problematização colocada acima e uma reflexão sobre a intervenção proposta neste trabalho: introduzir elementos horizontais na tomada de decisões na gestão democrática de uma instituição federal de ensino contribuiria para a formação crítica e cidadã dos indivíduos pertencentes a estes espaços, essa ação teria impacto na eficiência política? Como observado por Pateman (1992, p. 71), se “viu que a participação tinha efeito cumulativo: quanto maior o número de áreas em que o indivíduo participava, maior a sua pontuação na escala de eficiência política”, contudo isto carece de observações e estudos empíricos para se medir a eficiência política neste espaço após as intervenções.

Mészáros (2009), é um autor que critica de forma contundente a concepção liberal burguesa de sociedade e suas institucionalizações arraigadas ideologicamente na natureza humana imutável e em constante concorrência feroz dos indivíduos e as suas consequências na

formação de uma personalidade apolítica, utilitária e calculista. Aponta, ainda, que o que ocorre na sociedade burguesa é uma ideologização elitista de democracia, considerando que as classes populares estão destituídas de capacidade racional da melhor escolha devido à sua baixa formação para lidar com assuntos complexos do estado.

Essa visão de indivíduo, no liberalismo burguês, é incorporada na teoria elitista como o sujeito incapaz de racionalizar escolhas, uma vez que não teria a formação acadêmica e nem cultural para realizar a melhor escolha (SCHUMPETER, 1961). Segundo Pateman (1992), e suas conclusões dos estudos empíricos dos impactos psicológicos das instituições no caráter formativo da personalidade, o que fica claro com os exemplos trazidos para discussão é que as classes econômicas mais baixas tendem a criar dificuldades de gerir a própria vida e a construção de sentimentos de inferioridade e de submissão frente as vivências em instituições predominantemente autoritárias durante boa parte da sua vida.

Essa questão da desigualdade social é questão estrutural das sociedades capitalistas (MARX, 2014; 2017) e as desigualdades constituem em um dos principais fatores inibidores da participação (DAHL, 1997) da sociedade nos assuntos políticos locais e nacionais (PATEMAN, 1992). E a democracia convive muito bem com a desigualdade, para Rômulo Paes de Sousa, pesquisador da Fiocruz Minas, citado na matéria publicada sobre a democracia que não se construiu, *capa* da RADIS 2019 nos dá uma noção da abrangência da desigualdade e sua relação com a democracia atual e o caráter reacionário das políticas redistributivas. Para o cientista político as democracias podem ajudar a reduzir a pobreza, mas não conseguem acabar com as desigualdades, uma vez que as políticas sociais não favorecem o aspecto redistributivo e sempre quando surgem são alvos duramente atacados por uma resistência conservadora muito bem articulada em impedir que esses modelos avancem. Para Manin (1997), a democracia moderna ou representativa aproxima-se mais de uma oligarquia do que de uma democracia ao compará-la aos modelos antigos de democracia direta, que rejeitavam a representatividade como expressão da legitimidade da opinião pública.

Para Silva (1999), os teóricos da participação destaca mais atenção ao mecanismo da representação política em combinação com formas mais participativas de gestão. Nesta concepção de democracia o *locus* do trabalho seria o *locus* da participação o que contribuiria para formação do indivíduo mais participativo da política em esferas nacionais. A participação local despertaria a autoconfiança na relação do sujeito com o mundo para o agir político global, configurando a participação do indivíduo no local de trabalho como condição necessária para a viabilidade de um sistema político mais participativo.

Para Pateman (1992), assim como Rousseau (2013), Mill (2001), defendia que a política exercida em âmbito local, não só serviria de formação para atuação na política nacional, como no desenvolvimento de uma cidadania competente. Já ao citar Cole (1920a), que atualizou as teorias clássicas para as sociedades industriais, ressalta que ele defendia que seria a participação nas indústrias que abririam as portas para um governo verdadeiramente democrático. O que fica claro na discussão de Pateman (1992), sobre os autores clássicos, é que a convergência de Rousseau (2013), Mill (2001) e Cole (1920, *apud* PATEMAN, 1992), sobre a preparação das massas para participar de uma democracia direta aconteceria em âmbito local como forma de experiência acumulada e a formação política para a cidadania. Outro aspecto é o caráter de formação psicológica da personalidade, atribuindo aos sujeitos sua emancipação, rompendo com a dicotômica relação de subordinação dentro das instituições autoritárias.

Segundo Pateman (1992), o ponto de convergência entre Rousseau (2013) e Mill (2001), é que ambos concordavam que o desenvolvimento de um tipo de caráter ativo de espírito público só se desenvolve pela participação. A assertiva dos teóricos da participação está na “inter-relação e conexão existentes entre os indivíduos, suas qualidades e características psicológicas, por um lado, e os tipos de instituições do outro” (PATEMAN, 1992, p. 44). Destacando que a ação social política e responsável depende do tipo de instituição que o indivíduo tem que agir politicamente (PATEMAN, 1992).

A necessidade de abolir a participação direta na democracia contemporânea pode-se dizer que consistiu num dos maiores esforços da corrente elitista, uma vez que não poupou críticas aos teóricos clássicos do século XVIII e XIX, como Jean Jacques Rousseau, John Stuart Mill e George Douglas Howard Cole, que defendiam a participação social como processo de legitimação das decisões e, principalmente, o seu efeito psicológico na formação social dos sujeitos que experimentaram esse tipo de democracia (PATEMAN, 1992).

Se uma corrente defende a restrição da participação apenas ao voto e a representatividade como portadora legítima de atender aos interesses da maioria, adotando uma democracia verticalizada (RIBEIRO, 2010), para as tomadas de decisões sobre a apropriação dos recursos públicos (SANTOS; AVRITZER, 2002), a corrente deliberativa quer horizontalizar a democracia (RIBEIRO, 2010), aprofundando os espaços de deliberação pública que tenham como fim a influência nas decisões políticas, emergindo como uma nova institucionalidade para as democracias contemporâneas, normatizando uma alternativa de institucionalização de democracia para as instituições, capaz, talvez, de reverter a lógica da formação da personalidade apolítica que emerge no centro das instituições hierarquizadas.

Como podemos perceber até aqui, as correntes democráticas transitam em opiniões distintas com relação aos procedimentos democráticos e o que está em jogo é a participação da sociedade comum nos assuntos políticos das instituições. O ponto central da discussão da democracia, seja ela no seio do Estado nacional ou local e, até mesmo, nas instituições, perpassaria pelo processo de legitimidade, onde os pontos centrais estão na deliberação e nas tomadas de decisões, entendidas por Santos e Avritzer (2002) como indicadores da efetividade da participação.

O grande problema suscitado pelos autores elitistas para desacreditar a corrente horizontal (RIBEIRO, 2010) com sua proposta de participação da sociedade nas deliberações e nas tomadas de decisões, residiria no problema da escala. Essa discussão já havia sido posta em discussão por autores participativos como Cole (1920) e Mill (2001), quando defenderam a participação local como preparatória para uma atuação política nacional (PATEMAN, 1992).

Autores como Sartori (1994) e Schumpeter (1961) esforçaram-se em comprovar que a participação no processo deliberativo e de tomadas de decisões não se aplicaria às sociedades complexas devido ao problema de escala, cujo volume de indivíduos e as diversidades de moral e ideologias colocariam em xeque o próprio funcionamento das democracias (FARIA, 2000; PATEMAN, 1992; SANTOS; AVRITZER, 2002).

Por outro lado, a corrente deliberativa tenta resgatar estes princípios participativos e acentua críticas à corrente elitista ou hegemônica na sua concepção de legitimidade das decisões apenas através do voto, ressaltando que uma democracia para ser efetivamente democrática deve considerar os cidadãos impactados pelas decisões tomadas pelos governantes no processo deliberativo (HABERMAS, 1995).

Assim, na terceira via das correntes democráticas emergem as Teorias Democráticas Deliberativas, que convergem para a deliberação e o diálogo e a participação ativa dos indivíduos. Autores como Jüng Habermas, Joshua Cohen e James Bohman tentaram articular um novo conceito de participação dentro das democracias complexas.

Para Faria (2000), esses autores defendem que a legitimidade do processo democrático deriva principalmente da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão. E essa participação vai além do ato de votar defendido pela corrente da Democracia Representativa e tem por característica outra racionalidade, que não só a instrumental pelo voto (FARIA, 2000).

O ponto de tensão das democracias para Habermas (1995) está no processo de legitimidade das decisões, que não pode-se valer apenas dos *input* de votos e *outputs* de poder de ação estratégica. O autor destaca dois modelos normativos de democracia, cujos pontos centrais de análise estão nos conceitos de cidadão, de direito e de processo político que as

norteiam. Apesar de aproximar dos ideários republicanos de concepção política, irá propor uma alternativa a estes dois modelos, com fortes críticas ao modelo liberal.

Para Habermas (1995), o republicanismo entende a política como um princípio ético com bases no comunitarismo e como um elemento constitutivo da formação da sociedade como um todo. Em constante processo de reflexão, os membros de comunidades solidárias entendem que eles estão interligados, numa interdependência recíproca, onde o status de cidadão são os direitos positivos de cidadania, sobressaindo o direito de participação e convertendo os sujeitos em atores políticos responsáveis, livres e iguais. Já na concepção do liberalismo, o processo político e os procedimentos democráticos está na programação do estado para realização dos interesses da sociedade privada, cujas relações e interesses fundamentam-se apenas no interesse econômico de mercado e nas relações entre pessoas privadas. O direito garantido é o subjetivo diante o estado e os demais cidadãos, onde o Estado garante fazer valer seus interesses, permitindo que agreguem-se na política por meio das eleições, garantindo a concorrência e a liberdade para a ação estratégica para conservar ou adquirir posições de poder (HABERMAS, 1995).

A crítica de Habermas (1995) ao modelo liberal está na concepção estratégica, que para ele se vincula mais com o fim de coordenação para atingir interesses privados do que o de cooperação. Ressalta, que diferente do liberalismo, na concepção republicana a comunicação pública é orientada para o entendimento. Para o autor, “o paradigma da política no sentido de autodeterminação cidadão não é o do mercado e sim a do diálogo” (HABERMAS, 1995, p. 43).

Diante o paradigma da política, Habermas (1995), quer propor uma alternativa para a normatização do modelo democrático, pois, para ele, a democracia é sinônimo de auto-organização da sociedade. Habermas (1995), aponta a necessidade de ruptura extrema com o modelo liberal e uma aproximação comedida ao modelo republicano, uma vez que vê vantagens e desvantagens nesse modelo.

A alternativa de Habermas (1995), para normatização da democracia está na concepção dialógica, que idealiza a política como uma atividade normativa, concebendo-a como uma contestação sobre valores e não de meras questões de preferência. Elaborou para tanto uma solução à questão da legitimidade que chamou de princípio D, onde somente são válidas aquelas normas-ações com as quais todas as pessoas possivelmente afetadas possam concordar como participantes de um discurso racional (HABERMAS, 1995 p. 107).

Para Habermas (2012), tal procedimento democrático ao incluir considerações pragmáticas, compromissos, discursos de autocompreensão e de justiça, fundamenta o pressuposto de que os resultados racionais e justos serão obtidos por meio de um fluxo de

informação relevante cujo emprego não deve ser obstruído. O autor defende duas esferas de participação uma institucionalizada e a outra constituída de espaços informais de deliberação. Para que esses espaços informais de deliberação atinjam os objetivos da participação da sociedade nos assuntos decisórios resgatou o conceito de esfera pública, onde as ações e percepções de mundo decorrem da própria informalidade que constituem as relações sociais.

O conceito de esfera pública ganha centralidade na democracia deliberativa e configura para os teóricos dessa corrente como o espaço legítimo da participação social na política. A convergência dos autores está no conceito de esfera pública como o local de participação por excelência dos não políticos (RIBEIRO, 2010). Contudo haverá uma tensão sobre a informalidade ou a formalidade da constituição de esfera pública para os autores da teoria crítica de democracia.

Habermas (2012) idealiza uma esfera pública não institucionalizada e capaz de influenciar as instâncias formais de decisão. Já Bohman (1996) e Cohen (1997), preocupam como a influência das decisões da sociedade influenciam o sistema político e entendem como necessário institucionalizar a esfera pública para empoderar a sociedade, no sentido que as decisões tomadas na esfera pública sejam obrigatoriamente acatadas pelas instâncias formais de decisão. Será, portanto, na esfera pública que a participação social ocorrerá e influenciará o mundo do sistema (HABERMAS, 2012).

O que Habermas (2012) propõe é uma outra forma de se resolver o problema da legitimidade, que não se restringe à expressão da vontade da maioria (BOBBIO, 1986) pelo voto e pela representatividade nas tomadas de decisões, mas em uma prioridade ao processo de deliberação coletiva, onde os cidadãos de forma racional chegariam a um consenso sobre agendas. Para dar aplicabilidade à sua alternativa de normatização da democracia, formulou a Teoria da Ação Comunicativa que tem duas dimensões centrais: a primeira é a construção de um mundo social reflexivamente adquirido, a segunda é a ideia de uma forma de ação que seja intersubjetiva e voltada para o consenso comunicativo. Essa ideia de mundo social reflexivo e ação intersubjetiva está vinculada à definição de uma ordem social onde os participantes em um processo de comunicação atribuem os seus valores ao julgar determinada ação. Esses valores estão ligados ao mundo da vida pré-determinado que incorporam três mundos: o objetivo, o social e o subjetivo (HABERMAS, 2003; 2012)

A grande chave para a funcionalidade da teoria dialógica habermasiana reside na interação do mundo da vida com o mundo do sistema, mediados pela esfera pública, os quais, mundo da vida e mundo do sistema se inter-relacionam num processo sociometabólico entre instituições formais e informais, ou seja, os aspectos valorativos para a sociedade passariam a

influenciar as políticas públicas. O mundo do sistema, que configura a estrutura institucionalizada dos procedimentos e das condições de comunicação, manteria uma inter-relação de processos deliberativos institucionalizados com as opiniões públicas informais discutidas na esfera pública. Essa intermediação da esfera pública com o mundo do sistema abriria as portas para que o mundo da vida fizesse parte dos procedimentos deliberativos e de tomadas de decisão (FARIA, 2000).

Para Faria (2000), as decisões para assumir grau de legitimidade na democracia deliberativa habermasiana devem refletir a vontade coletiva organizada através da participação política em fóruns públicos de debate. Na teoria habermasiana um dos aspectos importantes a serem observados nas tomadas de decisões, principalmente na esfera pública, seria as pressões dos grupos de interesses que de certa forma tenderiam à formação das opiniões.

Dois pontos cabem destaque para a teoria da ação comunicativa habermasiana com relação ao mundo reflexivo e ação intersubjetiva. A primeira é que divergências de opiniões entre as partes ou de um de nós com os outros coloca um problema de tipo peculiar, pois, em um processo cooperativo de interpretação ninguém possui o monopólio da interpretação correta. O outro é, que para o processo de comunicação deliberativa as ações dos indivíduos teriam as seguintes características: utilização pragmática da linguagem, as orientações em relação ao mundo, uma posição teleológica, ou seja, um estudo filosófico dos fins, analisando propósito, objetivo ou finalidade, e, por último, devemos assumir características reflexivas em relação ao mundo (HABERMAS, 2012).

Se nas sociedades capitalistas contemporâneas, como nos aponta algumas teorias discutidas ao longo do trabalho, o que predomina é o indivíduo reificado (MÉSZÁROS, 2009; LUKÁCS, 2003) e a ação comunicativa de Habermas (2012), nos aponta para uma reflexão constante para que a esfera pública racionalize a melhor decisão, o preparo psicológico no sentido da autogestão, ou como colocado pelo próprio Habermas (1995) autodeterminação cidadã, deveria ser redesenhado no seio das sociedades para funcionamento da teoria habermasiana. Ao considerarmos que a formação dessa personalidade participativa nos indivíduos é construída ao passo do acúmulo de experiências de participação nas tomadas de decisões no local de trabalho, fato que lhe proverá o sentido da competência ou eficiência política (PATEMAN, 1992), e o imperativo comum das instituições políticas real (RIBEIRO, 2010) da teoria hegemônica (SCHUMPETER, 1961; BOBBIO 1986) e das instituições sociais (família, algumas instituições religiosas, Estado Liberal Burguês e uma sorte de organizações lucrativas e não-lucrativas) são as estruturas de poder hierárquico (CASTORIADIS, 1982; BOURDIE, 2012), seja ela personificada na autoridade social dominante ou na burocracia e na

centralização das decisões, e somando-se a isso a grande desigualdade econômica e social das sociedades capitalistas e a modernidade líquida (BAUMAN, 2001) que experienciamos cotidianamente e o posicionamento de Habermas (1984) sobre a ação comunicativa nos dá elementos para refletir sobre o paradigma do indivíduo apontado aqui no texto como uma possível dicotomia para a participação social. Veja que para o autor o posicionamento dos sujeitos nos espaços deliberativos é uma constante reflexão sobre o mundo, exigindo das pessoas saber ouvir e pensar coletivamente, assim, nessa perspectiva o sujeito deve estar preparado psicologicamente para participar da esfera pública, uma vez que a racionalidade política é uma premissa para Habermas (2003; 2012). Paixões, ideologias, interesses individuais (SCHUMPETER, 1961) não caberiam nesses espaços de deliberação coletiva. Poderíamos especular que a esfera pública proposta por Habermas (2012) depende em grande parte do paradigma do indivíduo participativo.

Com base no paradigma do indivíduo participativo e no princípio D de Habermas, bem como na sua normatividade da influência da esfera pública nas decisões tomadas formalmente, nos dá base para refletir e criticar a Gestão Democrática das Instituições Federais de Ensino na seguinte questão: O mundo do sistema, as normas, resoluções procedimentos para tomadas de decisões administrativas, pedagógicas e de desenvolvimento institucional institucionalizadas, levam em conta todos os atores sociais que são afetados pelas decisões tomadas? Existem canais institucionalizados de deliberação que são influenciados pela esfera pública, ou seja, pelos grupos de interesse dessa instituição? Os grupos de interesse se mobilizam para a criação espontânea da esfera pública para deliberar sobre os assuntos que lhe são afetos? A organização favorece as condições materiais e espirituais necessárias para o incentivo e surgimentos de esferas públicas? E, por último, e não menos importante – talvez o principal ponto de partida para compreensão dos demais aspectos levantados, qual o modelo de democracia adotado para a estruturação dos procedimentos democráticos para legitimação das decisões, elas favorecem experiências para a formação da personalidade participativa ou replicam modelos de autoridade hierárquica?

Com relação aos grupos de interesses nos sistemas educacionais, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), aponta a existência de duas categorias: os grupos internos e os grupos externos. Como grupo interno podemos destacar a figura dos gestores públicos, dos professores, dos alunos e dos técnico-administrativos. Já o grupo externo à instituição estão o próprio governo, os políticos, que exercem grande pressão na indicação de diretores, a sociedade civil e outras instituições representantes do capital. Uma crítica que se faz a Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), quando da descrição dos atores pertencentes aos grupos de interesses de uma instituição

de ensino, é a não menção aos servidores terceirizados, que após a Reforma Administrativa do Estado na década de 1990, adotou o modelo gerencial para administração pública (PAULA, 2005), passou a configurar como atores sociais nas diversas órgãos públicos federais, principalmente na área meio das instituições de ensino, devido às extinções de cargos como os de motoristas, limpeza e conservação, vigias, etc. Ao considerarmos a visão habermasiana sobre a legitimidade das decisões administrativas e considerarmos que na divisão de tarefas da sociedade liberal são posições de status intituladas como inferiores, devido a divisão dicotômica entre trabalho intelectual e não-intelectual, encontrando amparo nas preocupações de Bohman (1996) e Cohen (1997) com a inclusão nos espaços deliberativos dos historicamente marginalizados, são sujeitos que devem ser considerados no processo decisório das instituições se aplicarmos os fundamentos da teoria dialógica para a legitimação das decisões.

Para Ribeiro (2010), o que marca esta corrente da teoria crítica, além da convergência para a deliberação e a participação nas tomadas de decisões, é a tensão gerada pelo conflito interno da corrente teórica. Bohman (1996) e Cohen (1997) fazem uma crítica à teoria habermasiana no intuito de aprimorá-la. Habermas (2012) defendia o princípio de esfera pública não institucionalizado como espaço deliberativo local para a construção de um consenso que impactariam significativamente as decisões tomadas nas instâncias deliberativas institucionalizadas. A crítica de Bohman (1996) e Cohen (1997) está centrada na questão da não institucionalização da esfera pública defendida por Habermas, o que os autores propõe é a institucionalização desse espaço deliberativo de modo a garantir que os assuntos e expressões sejam os mais plurais possíveis, ou seja, que as identidades minoritárias não fossem silenciadas e as desigualdades econômicas e sociais, como as étnicas e de gêneros, por exemplo, tivessem os mesmos direitos aos espaços conquistados por grupos mais homogêneos.

Para Faria (2000), Habermas, ao fundar sua teoria discursiva/deliberativa preocupa-se como os cidadãos fundamentam as regras do jogo democrático. Cohen e Bohman partem da teoria deliberativa habermasiana para fundamentar suas teses de democracia. Cohen (1997) sustenta sua teoria através da Poliarquia Diretamente Participativa e Bohman (1996) através da Deliberação Dialógica. A corrente da teoria discursiva ou crítica tem por medida a convergência de que a esfera de participação pelo voto não é suficiente para legitimar a democracia, assim propõe um procedimento ideal para a deliberação e influências nas tomadas de decisões.

Cohen (1997), defende a estrutura de uma Poliarquia Diretamente Deliberativa, diferente da ideia de Habermas (2012) sobre os fóruns de debates extrainstitucionais, as decisões coletivas que influenciarão as tomadas de decisões do sistema político ocorreriam por meio da deliberação pública em arenas formais abertas aos cidadãos. Para Faria (2000), a ideia

de Cohen (1997), compreende três elementos centrais para o funcionamento da Poliarquia Diretamente Deliberativa (PDD), consistindo em: 1) tomadas de decisões locais; 2) institucionalização de canais entre as localidades; 3) a mudança no papel do legislativo.

Para Cohen (1997) estabelece um diálogo com Habermas e aponta problemas na operacionalização da democracia deliberativa. Para o autor a proposta de Habermas de democracia deliberativa dentro da lógica centro periferia, onde este último representado pelos movimentos sociais e minorias levariam aos centros formais do poder propostas de políticas públicas e de influências nas tomadas de decisão, o que acaba por se tornar impraticável em relação a sua eficiência pois torna a democracia estranha às rotinas institucionais estabelecidas pela política moderna, além de configurar como uma quebra momentânea na rotina do circuito oficial do poder (COHEN, 1998).

Esse posicionamento de Cohen (1997), com relação à estranheza dos mandatários de poder com relação à participação direta nas decisões, que assume um problema da operacionalização da efetividade da esfera pública em influenciar as decisões dos ocupantes do poder de decisão nas instituições de estrutura da democracia elitista, configura como um entrave para a democracia deliberativa, assim, aponta três condições necessárias que configurariam outras formas de participação, que de fato realize a promessa da democracia radical e, com isso, o governo legítimo (FARIA, 2000).

Os três elementos da teoria de Cohen (1997) estão no encorajamento de *inputs*, nas avaliações disciplinadas e na institucionalização da participação. O encorajamento de *inputs* está configurado na forma de sensores fundamentados na experiência local e na informação, permitindo e encorajando entradas de informações que reflitam as experiências e preocupações que podem não ocupar a agenda normal, ou seja, informações do mundo da vida como se posicionou Habermas (2012). O segundo elemento, que consiste em avaliações disciplinadas, no sentido de oferecer avaliações dentro de um conjunto de regras formais, de propostas através da deliberação que envolvem valores políticos fundamentais e, terceira, na institucionalização da participação para oferecer ocasiões mais institucionalizadas, regularizadas para a participação dos cidadãos na tomada de decisão coletiva (COHEN, 1997).

Para Faria (2000), essas três ideias constituem o cerne fundamental da Poliarquia Diretamente Deliberativa (PDD), cuja ideia fundamental é a de “institucionalizar soluções de problemas diretamente pelos cidadãos e não simplesmente promover a discussão informal com promessas de influências possíveis na arena política formal” (COHEN, 1998 p. 38).

Para Cohen (1997), para o funcionamento da Poliarquia Diretamente Deliberativa (PDD), três procedimentos devem ser adotados: 1) tomadas de decisões locais – soluções de

problemas locais através da participação diretamente deliberativa. A participação direta é importante pois veicula conhecimento e valores locais relevantes à tomada de decisões; 2) institucionalização de canais entre as localidades, através da institucionalização de *links* entre as unidades locais, uma vez que a decisão deliberativa necessita, também, de uma coordenação deliberativa; 3) a mudança no papel do legislativo – o Legislativo deve dar poder e facilitar a solução de problemas através das arenas diretamente deliberativas, revendo, em intervalos regulares, as atribuições de recursos e responsabilidades.

Para Faria (2000), o elemento de tomadas de decisões locais encoraja a expressão das diferenças e a provisão de informações, sendo que, o ponto central deste elemento é o respeito manifestado pela argumentação mútua (*reason-giving*) que assume a característica da deliberação e reforça um compromisso com as normas do diálogo como a sinceridade, a confiança e com a solução dos problemas. A institucionalização do intercâmbio entre as arenas locais permite que os tomadores de decisões locais tomem conhecimento de outras arenas e assim considerem suas próprias propostas à luz dos critérios oferecidos por outras unidades.

A Poliarquia Diretamente Deliberativa, como podemos observar, constitui uma teoria democrática que carrega em seu teor procedimentos para normatização da lógica dialógica imaginada por Habermas (1995; 2012), porém, com forte procedimentalismo através da institucionalização de arenas públicas para as tomadas de decisões locais e as formas de comunicação entre outras arenas e a influência direta desse poder decisório coletivo no âmbito do poder legislativo, que muda a lógica elitista de representação como outorga de poder, mas como uma representação no sentido de se fazer valer as opiniões da sociedade.

Para Bohman (1996), em sua teoria da Deliberação Dialógica, para as instituições públicas tornarem-se mais democráticas o que deveria ocorrer é a “qualificação dos métodos e condições do debate, da discussão e da persuasão dos indivíduos num espaço de deliberação pública” (BOHMAN, 1996, p. 2). Para o autor a deliberação é um processo dialógico de intercâmbio de razões (*reasons*), o objetivo desse intercâmbio é de solucionar situações problemáticas que não seriam resolvidas sem a coordenação e a cooperação impessoal. Por se tratar a deliberação de uma atividade social por se constituir na base do diálogo, a propensão é a oferta e recebimento de razões entre os indivíduos. Esse *input* e *output* de razões é o que equaciona o problema das divergências de opiniões que fazem parte desses espaços e torna um resultado de uma decisão real aceitável, uma vez que “as razões por trás dela são suficientes para motivar a cooperação de todos” (BOHMAN, 1996, p. 33).

Para Faria (2000), a principal diferenciação entre as teorias deliberativas de Bohman e Habermas, além da questão da institucionalização da esfera pública, é que para Bohman (1997),

o diálogo é que deve presidir as deliberações nas esferas públicas e não o discurso. A deliberação se torna pública através do diálogo e não do discurso. A Crítica a Habermas está na sua versão discursiva que tenta reconstruir os ideais de convergências, unanimidade e imparcialidade em termos políticos.

Bohman (1996), entende que esses ideais não são os pressupostos da discussão democrática ou da argumentação Pública, para o autor a proposta discursiva não são pressupostos da discussão democrática ou da argumentação pública. É no diálogo que a interação pública produz os efeitos práticos nos participantes que elaboram razões convincentes, ao passo que no discurso o que predomina é o interesse pelos argumentos e pelos tipos de justificação.

A saída para operacionalização da democracia dialógica de Bohman (1996), está na resolução das problemáticas políticas de forma cooperativa e pública da ação social. Assim, ele propõe uma mudança alinhada com esses dois pontos em vez de partir para a mudança de consenso ou o convencimento pela razão proposto por Habermas.

Para Bohman (1996), essa mudança para ação cooperativa, enquanto modelo próprio de deliberação, ajudará a mostrar como os problemas políticos são realmente resolvidos nas sociedades complexas e a estabelecer os pressupostos necessários para se chegar a acordos políticos nessas sociedades. A saída para a democracia deliberativa expressa-se em duas ferramentas: na *Accountability* e na Deliberação com bases nos processos da própria *accountability* gerada.

Bohman (1996), propõe, para operacionalização da deliberação, um aspecto diferente de ação social, que está refletida no processo de *accountability* da ação em relação aos atores da esfera pública e a habilidade reflexiva para continuar a cooperar na medida que essa *accountability* é estendida a todos os atores e às novas situações. A *accountability* pública precisa de uma esfera pública política que se estenda para todas as instituições e que as políticas públicas precisam de dar transparência e respostas ao público.

O princípio das esferas públicas nas instituições é o de possibilitar o controle pela sociedade. Assim, a estrutura reflexiva da *accountability* pública e as razões oferecidas na deliberação tornam-se convincentes e efetivamente reparam uma situação problemática. O que Bohman (1996) pressupõe é que as atividades cooperativas demandam um agente plural e não coletivo ou individual, já que o indivíduo não delibera por si mesmo. A deliberação pública seria estruturada de forma que cada um de uma pluralidade de atores distintos cooperaria ao responder questões e influenciar os outros através do diálogo.

Faria (2000) aponta que a solução de problemas com base na pluralidade conjunta é o objetivo principal da deliberação pública, em que os indivíduos atuam juntos com outros indivíduos, e mesmo existindo entre eles ideias e interesses diferentes, precisariam definir de forma compartilhada o problema. O que fica claro nesse tipo de procedimento democrático é que a medida que são dadas transparências, conhecimento e efetuada as prestações de contas dos assuntos e decisões políticas, as esferas públicas seriam provocadas a dialogar sobre determinado assunto ou decisão. Esta estrutura formalizada através da *accountability* estimularia a troca de ideias entre as pessoas ao provocá-las com os assuntos políticos e, principalmente, garantindo que essas vozes fossem ouvidas e os desvios punidos, o que geraria, ao longo da experiência com base no diálogo, chegarem a uma cooperação para resolução dos problemas.

O que fica claro na proposta de Bohman (1996) é que as esferas públicas orientadas por processos de *accountability* e de reflexão mútua entre os indivíduos pela razão, com base no diálogo, a cooperação entre atores de múltiplos interesses e posições se associariam para resolver assuntos complexos e comum a toda a sociedade. Percebemos que sua normatização de democracia difere de Cohen (1997) e apropriada de Habermas (2012) apenas o conceito de esfera pública, elaborando procedimentos de *accountability* e de reflexão dialógica, próprios da sua democracia dialógica.

O ponto central para operacionalização dessa teoria estaria na criação de esferas públicas dentro de cada instituição que execute determinada política pública. Assim, no caso das instituições federais de ensino, como autarquias executoras de políticas públicas educacionais os procedimentos de *accountability* e de esferas públicas para a reflexão dialógica de problemas, nos parece a mais factível de aplicação, uma vez que ela não necessita de adaptações por analogias ao sistema político. O que não quer dizer que as outras correntes da teoria deliberativa (Habermas, 2012; Cohen, 1997) não possam ser aplicadas e adaptadas às organizações, o que reforça a teoria de Bohman (1996), é por dizer respeito justamente às instituições realizadoras de políticas públicas.

Como vimos, a emergência de novos espaços na esfera pública viabilizadores da participação cidadã, na teoria de Bohman (1996) caracteriza-se pela utilização do instrumento de *accountability*. Este instrumento adquire a capacidade de ampliar a comunicação entre governantes e governados, desta forma cabe aqui uma vislumbrada nessa ferramenta gerencial revogada por um teórico crítico da democracia.

Para Pinho e Sacramento (2015), com base em O'Donnell (1998); Schedler (1999) e Taylor e Buranelli (2007), destaca a bidimensionalidade da *accountability*. A

bidimensionalidade da *accountability* diz respeito à maneira de operacionalizá-la, podendo ser de forma horizontal e vertical.

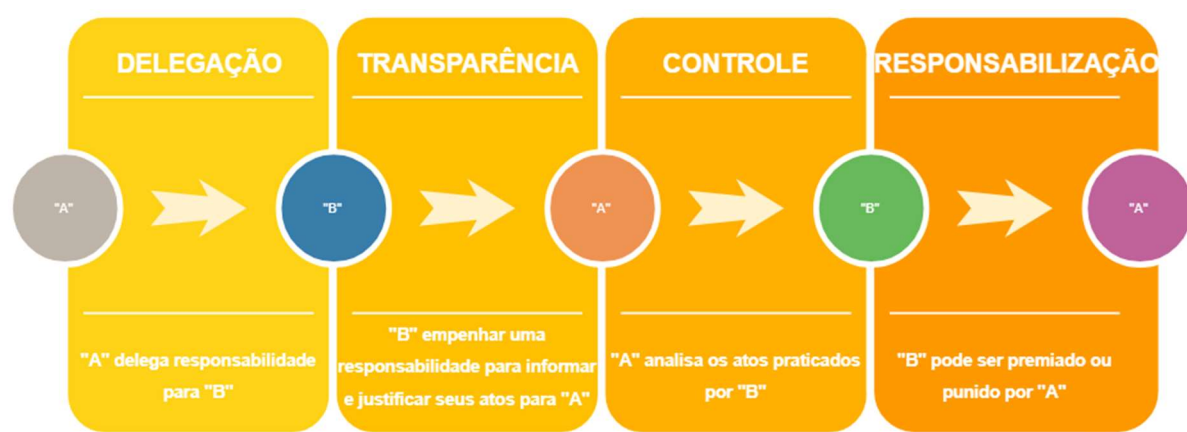
A horizontal é feita entre as instituições dentro da lógica do *checks and balances* e do *enforcement*, que seriam ações institucionais de punição para infratores. Na *accountability* vertical funcionária sobre a lógica da *answerability*, que congrega as atividades da informação e justificação das ações tomadas pelos detentores do poder e ocorreria entre cidadãos e representantes eleitos.

Os estágios do processo de *accountability* podem ser divididos em *ante* e *ex post*. O *ex post* são ações realizadas após a execução de determinada ação, incluindo aí a supervisão e monitoramento, e o *ante post* constituem-se em práticas de investigação para aplicação de punições e sanções aos agentes públicos (PINHO; SACRAMENTO, 2015).

Pinho e Sacramento (2015), destaca que dentro dos mecanismos da *accountability* destacamos dois elementos: os formais e os informais. Os sistemas formais consistiram no pressuposto de recompensa e punições, já os informais seriam bem mais abrangentes, indo além do sistema de punição e recompensa, como por exemplo as pressões da sociedade, coberturas da imprensa, panfletagem, protestos públicos, audiências com o poder público etc. Destacam, com base em Ackerman (2005); Malena, Foster e sighn (2004) e World bank (2005), que em geral, o efeito desses mecanismos de *accountability* se tornam mais sustentáveis à medida que estiverem institucionalizados.

A *accountability* vertical, nos parece estar mais próxima do processo de *accountability* da esfera pública proposta por Bohman (1996), desta forma elaboramos um fluxo que demonstra as múltiplas etapas que compõem o seu processo de funcionamento com base em Pinho e Sacramento (2015) (FIGURA 1).

Figura 1 - Processo da *Accountability*



Fonte: Adaptado de Pinho; Sacramento (2009, p. 1.350) *apud* Pinho; Sacramento (2015, p. 2).

Diante o fluxo da *accountability* vertical, adaptando a uma realidade escolar sobre a lente da democracia dialógica de Bohman (1996), podemos identificar que A seria a comunidade que outorga poder a B, os representantes eleitos, que tem a responsabilidade de informar e justificar seus atos, dando transparências às suas ações a A, que analisa os atos de B. Neste fluxo do controle é que a esfera pública idealizada por Bohman (1996), adquiriria corpo, modificando essa estrutura de *accoubtability* mais próxima à corrente elitista de democracia, e A não só analisaria os atos, mas dialogaria sobre propostas de atos e não dos atos já realizados, exercendo influência direta nas decisões que seriam tomadas, não só controlando, mas decidindo coletivamente. E no fluxo final onde B pode ser premiado ou punido por A, esse processo de responsabilização ocorreria, porém, na democracia dialógica não seria no sentido premiar os atos acertados ou punir as mas escolhas dos representantes, mas no sentido de responsabilizá-los por ter ou não executado aquelas decisões que foram deliberadas e decididas na esfera pública.

Para Faria (2000), tanto Bohman (1996), Cohen (1997) e Habermas (1995; 2003; 2012) convergem para a ideia de que a democracia passa pela deliberação pública e que a legitimidade das decisões de qualquer governo está intrinsecamente ligada ao julgamento crítico dos cidadãos livres e iguais. Outro ponto de concordância entre os três teóricos é que para que as decisões produzidas e testadas nas deliberações públicas se realizem preconiza o diálogo livre e racional, a igualdade entre cidadãos e a voz efetiva desses sujeitos, ou seja, que os dirigentes da administração acatem em igual hierarquia as decisões públicas deliberadas. Para que isso ocorra três pressupostos básicos devem estar presentes e são condições necessárias, sendo a não-tirania, a igualdade e a publicização. A grande divergência e tensão entre os dois autores com a teoria habermasiana está na defesa da institucionalização dos espaços deliberativos, enquanto Habermas idealiza uma esfera pública não institucionalizada

Faria (2000) observa que nem toda ação social pública caracteriza-se como uma ordem reflexiva da deliberação pública, essa característica é exclusiva da comunicação dialógica. O diálogo é diferente de uma atividade pública direcionada para realização de determinados objetivos coletivos, ele não tem meios e fins. O resultado do diálogo é imprevisível da perspectiva de qualquer indivíduo em particular (FARIA, 2000).

Grande crítica recai sobre essa corrente de participação direta e dialógica nas tomadas de decisões principalmente em relação a complexidade social e, principalmente, ao seu pluralismo, que na visão de alguns autores seriam irreconciliáveis. Alguns afirmam que a democracia deliberativa só seria aplicável às pequenas organizações diante a dificuldade de reunir em espaços toda uma coletividade interessada. Se pensarmos no indivíduo egoísta e

autossuficiente imaginado pelo liberalismo burguês os fóruns de debates ecoariam vazios e o debate apenas elevariam os custos internos e externos (SARTORI, 1994).

Contudo ao observarmos as constantes reivindicações por participação nas democracias, principalmente pelos movimentos sociais, e as mais recentes formas de organização e mobilização da sociedade civil ocorridas no século XXI, e, acrescentarmos a toda essa pujança social, os avanços das tecnologias da informação, poderíamos cogitar que a democracia deliberativa, dialógica ou a poliarquia não só se realizam na objetividade das democracias modernas pois os interesses utilitário em afastar o indivíduo dos espaços de tomadas de decisões continuam a estruturar os mesmos objetivos da arquitetura das estruturas institucionais para manutenção do poder das elites econômicas e na constante formação da personalidade apolítica dos indivíduos.

Podemos, talvez, vislumbrar na institucionalização da esfera pública proposta por Bohman (1996) e Cohen (1997), uma saída para a resolução do paradigma do indivíduo participativo, uma vez que a normatização dos autores buscam resolver os desequilíbrios econômicos e sociais entre os atores no protagonismo da deliberação, no intuito de que as desigualdades econômicas e as minorias tradicionalmente excluídas do debate político e do protagonismo social, como mulheres, negros e LGBTs, incluímos aí no caso do Brasil, os índios, os sem-terra, os sem-teto, e no caso das instituições federais de ensino a inclusão dos servidores terceirizados. Apesar da institucionalização de mecanismos de participação direta não resolver o problema da efetividade da participação, conforme apontado por Avritzer (2008), as mudanças nas instituições, que passa pelo caminho da institucionalização, nos parece constituir no primeiro passo para as mudanças sociais, já que as estruturas influenciam de maneira significativa a formação da personalidade dos indivíduos (PATEMAN, 1992; GONZÁLEZ REY, 2012).

Observamos que a teoria crítica formulou procedimentos para a implementação de uma democracia baseada no diálogo racional e na busca do senso de justiça, tecendo críticas ao modelo liberal de democracia e valorizando aspectos legitimadores da decisão que sejam validados e influenciados pelos que são afetados pela decisão. Contudo, sem a participação no local de trabalho, está construção de normatização da esfera pública, seja institucionalizando ou não a esfera pública, não geraria resultados se não se reformarem as relações entre indivíduos e instituições, de forma a contribuir para a formação psicológica para participar na vida política e no local de trabalho. Tarefa que não é fácil e nem pretendemos dar a solução cabal para tal problema de ordem ideológica (CHAUÍ, 1980) de uma nação. Mas, como averiguamos na discussão teórica apresentada até aqui sobre as correntes da teoria clássica (ROUSSEAU, 2004;

2013; MILL, 2001), resguardada a sua ambiguidade teórica, bem como, o reforço empíricos apresentados por Pateman (1992), ao entendimento de que as experiências acumuladas de participação no local de trabalho e em outros aspectos da vida produz sujeitos politicamente ativos e dispostos a participar da política nacional, pois aumentam sua efetividade política (PATEMAN, 1992), encontram nos autores da teoria crítica os procedimentos para as normatizações de uma democracia que aprofunda as participações diretas nas deliberações e nas tomadas de decisões, o que de certa forma aponta para uma nova dimensão social das instituições, dando suporte para institucionalizações mais democráticas e de soberania popular.

Como podemos perceber no decorrer do capítulo, a maneira como os indivíduos se relacionam com a política está estreitamente relacionado com as experiências como as instituições que ele se relaciona durante sua vida. Talvez, nas escolas públicas residam o meio prático e efetivo de se introduzir a lógica da participação local como requisito pedagógico para a formação do cidadão crítico, reflexivo e com alta efetividade política, uma vez que as escolas são formadoras por excelência de personalidades (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

4 GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Freire (2011), com base em Ghanem (2004); Gutierrez e Catani (2008); Paro (2000) e Silva (2006), aponta que nos estudos e pesquisas realizados com o tema participação e sua relação com a escola o foco recai na questão da participação e seus desdobramentos no âmbito da administração ou gestão da educação, problematizando seus desafios e contradições. Contudo, destaca que, para Frigotto (2003), a educação vai além da gestão escolar e está no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social. Diante essa assertiva, aponta que a efetividade da participação adquire papel crucial na materialização da função social da educação. (FREIRE, 2011)

Para Cunha (2009), ressalta que no âmbito educacional os movimentos participativos antecederam a redemocratização de 1988 através dos canais abertos pela participação comunitária ou popular dos movimentos sociais na década de 1970. As lutas dos movimentos sociais constituíram base da redemocratização de 1988 assim como base para o acesso à educação na forma como a entendemos (CUNHA, 2009). Aponta, ainda, que no espectro de lutas, pós Constituição de 1988 até os dias atuais, entre forças antagônicas do controverso desenvolvimento do processo de democratização da educação brasileira observa-se uma luta político-ideológica entre as forças sociais privatistas e publicistas acerca da questão da participação. No bojo das lutas político-ideológicas, o que está em jogo são as diferentes concepções de homem, de sociedade, de educação e, conseqüentemente, de participação.

Cury (2015), destaca que o Art. 206 da Constituição Federal de 1988 e a recriação do Conselho Nacional de Educação (Lei 9.131/1995) constituem em avanços na formalização em lei da quebra da ordem autoritária ou privatista e da emergência de critérios de participação, concebendo-se em formulações inéditas que não aparecem em outras Constituições Federais. Como formas de institucionalização da participação na educação, aponta o inciso VI do Art. 206 da Constituição Federal de 1988, que institui a gestão democrática do ensino público; a Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata em seu artigo 53 do direito à participação dos pais na definição das propostas educacionais; e no Conselho Nacional de Educação, Lei n. 9.131/95 de cunho normativo, consultivo e deliberativo, que em seu artigo 7o assegura a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação.

Freire (2011), com base em Albuquerque (2007), infere que as novas formas institucionais de participação podem ser contempladas de dois ângulos, que remetem a perspectivas diferentes e realçam a compreensão histórica das forças antagônicas. Por um lado

temos a perspectiva democrática, pautadas na ampliação do direito à cidadania, inclusão social e regulação do mercado. Do outro temos a perspectiva neoliberal com suas agendas de reformas enfáticas na responsabilidade fiscal e no equilíbrio econômico e relapsa quanto à responsabilidade social.

Para Motta (2003), na linha privatista participar não é ter poder, mas participar de um poder já instituído, e em principal, não alterando a estrutura de poder vigente. Antagonicamente, a participação na linha publicista, configura-se pela transferência do poder de decisão às forças do trabalho, que de modo autônomo controla as instâncias de mediação social em todos os níveis político, cultural e econômico.

Para Oliveira (2015), o termo Gestão Democrática da educação na constituição brasileira de 1988 por mais que tenha surgido da pressão dos movimentos sociais e apontava para novas formas de organização e administração do sistema de ensino possibilitou que diferentes políticas de gestão fossem apresentadas sobre o pretexto da gestão democrática.

Apesar dos avanços na institucionalização da gestão democrática da educação pública e de mecanismos de participação introduzidos, o que veremos com base na reforma administrativa proposta para a adequação à nova forma de organização da administração escolar é contraditória e conflituosa, pois, apesar de garantir a inclusão da sociedade nas tomadas de decisões o modelo adotado para a gestão escolar reflete em mecanismos de controle social e de gestão de conflitos a fim de garantir a hegemonia do controle nos moldes da nova forma de organização do capital.

Bruno (2015), ao considerar os aspectos da Gestão Democrática na Educação aborda que as formas contemporâneas de organização e do exercício do poder dentro das organizações tem como referências as teorias administrativas estruturalistas, que a partir dos anos sessenta apresentou estudos sobre os ambientes ao considerar as organizações como sistemas abertos em constantes interações com os ambientes internos e externos. A diversificação dos mecanismos de controle focados nas políticas de prevenção de conflitos e a construção do consenso preconizam essa teoria e as principais expressões do controle social estão concentradas nas noções de sistemas de papéis, normas e valores, cultura e clima organizacional.

Um dos destaques que a autora faz com relação às teorias modernas de administração é que a coerção e a manipulação, que eram características da Teoria Clássica de Administração, dão lugar às práticas de motivação, cooperação e integração. A preocupação está dirigida para a integração num contexto altamente diferenciado e para o controle da ação coletiva, uma vez que com a ascensão dos gestores na centralidade das tomadas de decisões, marcada pelo

declínio da burguesia na hierarquia decorrente da dinâmica capitalista das transnacionais, leva a uma adaptação para a estabilidade e coesão política ao grupo dominante (burguesia). O que ocorre é a despersonalização do poder e a abstração das formas de dominação, já que o poder de decisão pessoal desaparece diante de uma estrutura de poder abstrata de regras de funcionamento (BRUNO, 2015).

Para Bruno (2015), essa nova forma de organização do poder que opera em sistema de unidades interconectadas, configuram em um sistema difuso e os novos mecanismos de poder são invisíveis e a hierarquia perde a forma piramidal e monocrática, o que reveste esse sistema de uma aparência de democracia participativa. Destaca que devido aos diferentes perfis sociais de alunos e profissionais da educação que dividem esse espaço social, as reformas propostas para a administração escolar precisavam superar a estrutura burocrática e altamente centralizada. A saída foi pela descentralização administrativa e de recursos financeiros, conferindo maior autonomia para as unidades escolares, ficando a cargo do Ministério da Educação (MEC) o papel de controle como organização focal. Com essa nova estrutura a participação dos sujeitos no âmbito interno das escolas públicas federais torna-se necessária e a promoção de formas consensuais de tomadas de decisões emerge como medida para prevenção de conflitos e resistências que possam prejudicar as medidas necessárias para adequação das organizações escolares às preconizações dos organismos multilaterais (BRUNO, 2015).

Fonseca (2015), aponta que a partir de 1990 o Banco Mundial (BIRD) adquiriu expressividade na formulação das políticas públicas brasileiras, funcionando como estrategista do modelo neoliberal de desenvolvimento no país devido os créditos de pouco mais de 10% da dívida externa brasileira. Aponta ainda que desde, 1971, o Banco Mundial, produziu diversos documentos políticos com diretrizes e prioridades educativas para liberação de seus créditos. Assim o BIRD adquiriu a capacidade de influenciar o desenho de projetos e até mesmo a agenda do setor financiado.

Para Bruno (2015), a escola não ficou de fora da estrutura do Estado Amplo, que na concepção do capital tem por finalidade a produção de uma mercadoria como qualquer outra. Assim, a reestruturação das formas de organização do poder promovidas nas escolas públicas foram formuladas nas propostas dos órgãos governamentais e setores do Estado Amplo como o Instituto Liberal, a Câmara Americana do Comércio Brasil-Estados Unidos e organismos transnacionais como o Banco Mundial, por exemplo (BRUNO, 2015).

Podemos inferir que na visão da autora a implementação da Gestão Democrática prevista no Art. 206 da Carta Magna não aprofunda formas de participação social efetiva que

leve em consideração as aspirações da comunidade local, mas configura apenas como viabilizadora das soluções administrativas hierárquicas que consideram os sujeitos envolvidos nas organizações escolares, sem contudo dar-lhes autonomia para definir as formas de organização do trabalho e as relações de poder nas tomadas de decisões. Assim a estrutura de participação no âmbito das escolas públicas acaba por gerar condições para a construção de uma subjetividade social replicadora de padrões do Estado Amplo e de asfixia das originalidades de organização da estrutura escolar que espelhe a realidade social das comunidades. Este ponto abordado por Bruno (2015), reforça os aspectos estruturantes da ideologia neoliberal na organicidade da vida e, conseguinte, das organizações, que são em sua essência composta pela subjetividade dos indivíduos.

Para Bruno (2015), a melhora da qualidade da educação transpassa a promoção de reformas curriculares e abarca também espaços para criação de novas formas de organização do trabalho que rompam com a hegemonia das formas contemporâneas de organização e exercício do poder baseadas na hierarquia de comando. Ressalta que laços de solidariedade, e não de competitividade, deve ser o princípio das formas coletivas de trabalho que gerem uma outra lógica nas relações sociais.

Uma das observações pertinentes de Oliveira (2015), é que apenas a previsão de um artigo constitucional que institucionaliza a gestão democrática não é suficiente para a efetivação da participação na gestão escolar. Por mais que os métodos de gestão considerados mais democráticos por serem mais participativos, preconiza a desconcentração de certas decisões, a descentralização dos serviços e a participação da sociedade na condução dos processos, não conseguem de fato incorporar efetivamente os segmentos sociais e suas representações em suas estruturas (OLIVEIRA, 2015).

Para evoluir na gestão democrática da educação pública é preciso buscar alternativas que superem o estado de coisas atuais e, ou que de certa forma, aprimore o modelo democrático vigente, visto a incapacidade social de mudar as estruturas sociais da sociedade capitalista. Dentro desta perspectiva de novos arranjos institucionais como formadores psicológicos de uma outra sociedade, pautada em princípios coletivos e racionais, podemos observar que a corrente da teoria crítica de democracia se posiciona como uma alternativa ao modelo do Estado Liberal de democracia, apropriar portanto o conceito de esfera pública e de influência nas decisões nos parece o mais sensato para as Instituições Federais de Ensino, uma vez que, como aponta Pateman (1992), a eficiência política decorre das experiências de participação nas instituições acumuladas ao longo da vida dos indivíduos.

Nessa perspectiva, imaginarmos uma outra institucionalidade para as Instituições Federais de Ensino, é imaginar uma alternativa de estrutura administrativa. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), nas concepções sociocríticas de gestão escolar estaria uma saída para a visão técnico-científica que predomina na organização escolar e réplica está estrutura hierarquizada e concentradora das tomadas de decisões, espelhando a visão privatista de democracia nas escolas públicas. Para o autor os princípios da sociocrítica para uma escola democrática baseia-se em três princípios: experimentação de formas não autoritárias de exercício de poder; oportunidade dos profissionais intervir nas decisões da organização e na definição coletiva dos rumos do trabalho.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), com base em alguns autores as organizações escolares se dividem em duas correntes de estrutura administrativa, uma autoritária com base na linha técnico-científica, e outra sociocrítica, que se refletem nos modelos de gestão escolares autogestionárias, interpretativas e democrático participativa. Para o autor, por mais que as escolas reivindiquem a posição de democrático, podem muitas vezes aplicar uma estrutura organizacional que não espelha princípios de participação, como é o caso da técnico-científica, que acentua a concentração das decisões na elite burocrática (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012)

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, uma vez que possibilita o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões, no funcionamento da organização escolar e na experimentação de formas não autoritárias de exercício do poder. Para o autor devemos pensar a escola como uma comunidade democrática de aprendizagem, já que ao cumprir sua função social de mediação influi na formação da personalidade humana. Assim, a participação, o diálogo, a discussão coletiva e a autonomia, são práticas indispensáveis da gestão democrática (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012)

Essa visão de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), bem como as suas proposições de estruturas administrativas de princípios sociocríticos, vem de encontro com os autores da teoria crítica de democracia como Bohman, 1996; Cohen, 1997 e Habermas, 2002. Dessa forma, pensar em uma estrutura administrativa para o Campus Avançado de Três Corações/IFSULDEMINAS, de modo a introduzir a participação direta na sua Gestão Democrática, parece-nos apropriado, quando pensamos que a escola é por excelência formadora de personalidades e a prática da participação local reveste-se em meios institucionais para formar personalidades participativas e voltadas para a autogestão (PATEMAN, 1992). Sugerir, portanto, uma concepção sociocrítica de organização escolar para o Campus Avançado de Três

Corações, nos parece até agora, a prática mais viável de se atingir o objetivo da proposta de intervenção.

Compreendida as forças que nortearam a Gestão Democrática nas escolas públicas e as alternativas de institucionalização da participação direta através da estrutura administrativa, trataremos de apresentar, agora, o modelo de democracia institucionalizada no IFSULDEMINAS e demonstrar de forma gráfica a estrutura organizacional do Campus Avançado de Três Corações, por meio do seu organograma.

5 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IFSULDEMINAS

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) foi criado nos termos da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O órgão está vinculado ao Ministério da Educação e possui natureza autárquica, o que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, conforme descrito no artigo 1º. do Estatuto da instituição de ensino publicada no Diário Oficial da União em 3 de setembro de 2009.

A Lei nº. 11.892, de dezembro de 2008, mais conhecida como Lei de Criação dos Institutos Federais (IFS), congrega na primeira instância jurídico-legal de institucionalização da participação dentro dos institutos federais de educação. A estrutura de organização administrativa e o processo de escolha de reitores de dos diretores-gerais de campi, são as características que marcam essa gestão democrática representativa das IFS. Mas a inovação com relação à participação nas instâncias de poder decisórios estão na figura do Conselho Superior, que tem no parágrafo 3º, do artigo 10 da lei, a prerrogativa deliberativa e congrega representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

A institucionalidade da participação da comunidade escolar, composta pelo corpo discente, docente e técnico-administrativo em educação, conforme artigo 122 do Regimento Geral do IFSULDEMINAS (IFSULDEMINAS, 2010), está ancorada em dois instrumentos jurídico-legais: o Estatuto e o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. A Resolução nº. 1, de 31 de agosto de 2009 que reveste de legalidade o Estatuto do IFSULDEMINAS (IFSULDEMINAS, 2009), traz no seu capítulo III a sua forma de organização Administrativa, que combinado ao Regimento Geral detalhou as atribuições e competências da estrutura organizacional da autarquia federal.

O artigo 3º do Regimento Geral (IFSULDEMINAS, 2010) dividiu a estrutura básica das instâncias de poder decisório em Colegiados Superiores, Órgãos Executivos e da Administração Geral e em Órgãos Colegiados de Assessoramento. Apesar de não mencionar a nomenclatura de Gestão Democrática nos textos da resolução e do regimento, o modelo adotado em sua organicidade administrativa espelha os moldes de Gestão Democrática híbrida, com eleições de

representantes e a legitimação das decisões através das representações em suas instâncias participativas, como os colegiados e conselhos, como veremos a seguir.

Os colegiados superiores são compostos pelo Conselho Superior de caráter deliberativo e consultivo e pelo Colégio de Dirigentes de caráter consultivo. O Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes é o órgão máximo do IFSULDEMINAS. O Conselho Superior congrega a única instância deliberativa da instituição e é composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, ficando a presidência a cargo do Reitor. Já o Colégio de Dirigentes apenas de caráter consultivo, é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal, reforçando o caráter de concentração das decisões na elite burocrática da instituição. Não só nos conselhos a concentração das decisões nos dirigentes encontra local de manifestação, nos colegiados a presença e concentração são marcantes.

Dentro da estrutura do colegiado superior, além do Colégio de Dirigentes, temos o Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), o Colegiado de Administração e Planejamento Institucional (CAPI), o Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) e o Colegiado Acadêmico do Campus, além da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação (CIS), da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comissão de Ética.

Todos os colegiados possuem natureza democrática representativa, pois congrega em suas estruturas a escolha ou voto e a representatividade como processo democrático. Observando que em sua maioria a presença dos cargos de direção são marcantes, com exceção da CIS e da CPPD, que tem em seus fundamentos apenas o acompanhamento dos planos de carreiras dos servidores. Contudo observa-se um grande protagonismo dessas comissões quando das construções de resoluções e normativas internas, porém, a participação, geralmente, fica restrita aos representantes eleitos dessas comissões, e pouco se observa o amplo debate com a comunidade sobre as alterações ou implementações desses instrumentos. Alterações que partem via de regra da própria direção da unidade central, que é a Reitoria. Todavia, tempos ou outros, emergem núcleos de servidores que contestam essas alterações sem o debate amplo com a comunidade e exercem certa pressão nos dirigentes, o que levou neste ano de 2019 a uma mudança desse cenário no âmbito macro da instituição, que podem ser analisado sobre o prisma da crise de representatividade e na reivindicação por mais participação pelos servidores na construção do arcabouço legal jurídico interno. Ocorre então, mediante pressão de grupos de

interesses a abertura para coleta de opiniões e sugestões com toda a comunidade de servidores quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e as alterações na Resolução de Flexibilização da Jornada, fruto da ampliação do horário de atendimento ininterrupto de doze horas implementado na instituição. No Campus Avançado de Três Corações, campo dessa pesquisa, em assuntos relativos ao plano político-pedagógico acompanha-se a discussão com a comunidade de servidores, com especial participação dos docentes, contudo é a única área que ocorre a participação direta. Para outros assuntos como a execução orçamentária e o plano de desenvolvimento institucional, não há sequer a divulgação das metas e resultados. Já as comissões e colegiados como a CIS e o NAPI figuram apenas como protocolar, tratando de assuntos protocolares ou de referendamentação das decisões dos dirigentes, sem abertura das informações ou discussões com a comunidade. Isto posto, para preâmbulo da ambientação do cenário de pesquisa, voltemos às estruturas.

A CEPE possui caráter normativo e consultivo das políticas de ensino, pesquisa e extensão. Composta pelos pró-reitores de ensino, de extensão e de pesquisa e inovação, e por três representantes, escolhido entre os seus pares, dos servidores docentes, dos técnico-administrativo em educação e dos discentes. E por um membro de cada campi do Núcleo Avançado Institucional de Pesquisa e Extensão (NIPE).

O CAPI, também de caráter normativo e consultivo das políticas de administração, planejamento e desenvolvimento institucional é composto pelos pró-reitores de planejamento e administração e de desenvolvimento institucional, pelas diretorias de administração, de planejamento, de gestão de pessoas e de desenvolvimento institucional, mais três representantes escolhidos entre os seus pares pertencentes ao quadro da diretoria de administração e planejamento dos campi e mais três representantes do Núcleo Avançado de Administração e Planejamento Institucional (NAPI) dos campi, o qual abordaremos mais adiante.

O Colegiado Acadêmico do Campus, é o único que congrega a sociedade civil em seu corpo e é de caráter consultivo para o aperfeiçoamento do processo educativo e pela correta execução das políticas do IFSULDEMINAS. É presidido pelo Diretor-Geral do Campus, cargo que também passa pelo processo de escolha da comunidade acadêmica de acordo com a lei de criação dos institutos federais, com exceção dos Campi Avançados que são indicados pelo Reitor. A presença da gestão como membro é democratizada através da eleição de representantes paritários dos segmentos dos docentes, dos discentes e dos servidores técnico-administrativos em educação. E congrega a participação da sociedade civil, do Diretor do Departamento de Administração e Planejamento e do Departamento de Desenvolvimento Educacional. Apesar da presença no texto da sociedade civil não há indicação de quais

segmentos e como ele é escolhido, o que pode apresentar um agravante para a democratização do espaço caso seja indicado pelo gestor da unidade. Outro ponto crítico é com relação à sua formatação apenas consultiva, como espaço participativo dos campi a deliberação deveria estar presente como no Conselho Superior.

CDP, de caráter normativo e consultivo das políticas de pessoal, é composto pelo Diretor de Gestão de Pessoas na figura de presidente e por três representantes da CPPD Institucional e da CIS Institucional, mais três representantes da Coordenação Geral de Recursos Humanos dos campi. Para os representantes dos Recursos Humanos existe a previsão de escolha entre os pares.

A CIS acompanha as implementações do plano de carreira dos Técnico-administrativos em Educação e na representatividade em outros colegiados do IFSULDEMINAS. Sua obrigatoriedade de criação foi imposta pelo § 3º do art. 22 da Lei nº 11.091/2005 e é composta por dois representantes dos técnicos de cada campi e da reitoria que são eleitos através de voto secreto para as CIS Campi e a CIS Reitoria. A CIS Institucional congrega os membros eleitos das CIS locais, representadas pelos seus respectivos presidentes.

CPPD, exigência da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, é composta por três membros do corpo docente, eleitos entre seus pares. A estrutura da Comissão é dividida em CPPD Campi e CPPD Institucional, composta pelos presidentes de cada CPPD local. Tem em sua pauta a regulamentação da normativa docente junto ao Conselho Superior.

Como vimos a estrutura organizacional do IFSULDEMINAS é composta por apenas uma instância deliberativa que congrega a comunidade escolar e a sociedade civil. A resolução que trata do regimento interno do Conselho Superior determina a participação de 12 membros da sociedade civil que são divididas em número de 04 (quatro) membros de cada indicados por entidades patronais e 04 (quatro) por entidade dos trabalhadores para os segmentos agricultura, indústria, comércio e serviços, mais 04 (quatro) representantes do setor público e/ou empresas estatais dos três entes designados pelo Reitor. Verifica-se que a organização da Gestão Democrática é predominantemente através do voto e da representatividade como regra do jogo democrático e não verificamos em sua institucionalização outras instâncias deliberativas para tomadas de decisões, nem mesmo, a preocupação da criação de espaços de diálogo com a comunidade acadêmica sobre as deliberações dos representantes com seus pares na única esfera deliberativa institucionalizada que é o Conselho Superior.

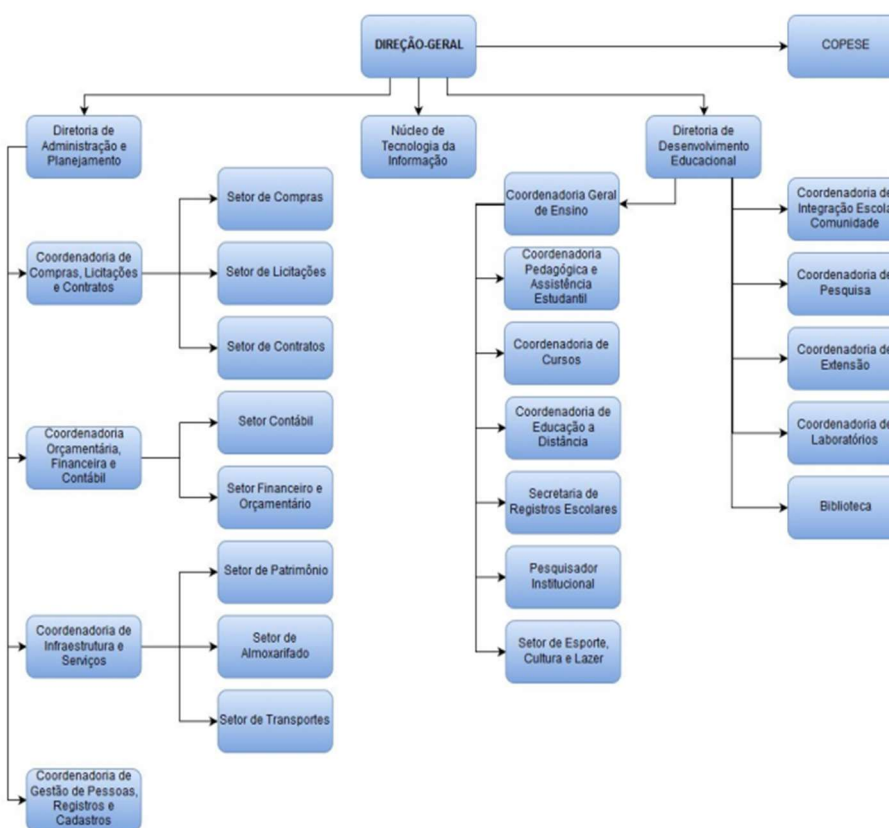
A estrutura organizacional já mencionada, principalmente em relação aos Campus e Campus Avançados, cabe citar o Núcleo Avançado de Planejamento Institucional (NAPI), que tem dois representantes eleitos entre seus pares dos técnico-administrativos, dos docentes e um

dos discentes. De cunho normativo e consultivo, cabe a ele a instância de influência dos trabalhadores com relação à organização do trabalho, às políticas de desenvolvimento, de execução orçamentária e formas de organização administrativa, como o organograma.

A proposta do tópico teve o intuito de descrever a estrutura organizacional participativa do IFSULDEMINAS e constatar a sua aproximação ao modelo de democracia representativa implementada pelo Estado Liberal Burguês, devido sua influência estrutural nos modelos de democracias adotadas em outras instituições sociais. Para demonstrarmos o alinhamento da Gestão Democrática do IFSULDEMINAS ao modelo de gerenciamento proposto pelo Estado Ampla (BRUNO, 2015), demonstraremos agora, de forma gráfica, o organograma do Campus Avançado de Três Corações (FIGURA 2), o que nos permitirá entendermos qual a concepção de gestão escolar (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012) o Campus Avançado de Três Corações se aproxima.

Figura 2 – Organograma do IFSULDEMINAS - Campus Avançado Três Corações

ORGANOGRAMA DO IFSULDEMINAS – CAMPUS AVANÇADO TRÊS CORAÇÕES



Fonte: IFSULDEMINAS (2019)

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para prosseguirmos com o tópico, ambientaremos o leitor sobre o cenário da pesquisa. A ambientação decorre da observação do pesquisador enquanto servidor público efetivo do IFSULDEMINAS desde 2013, com lotação na Reitoria até o ano de 2017 e, desde então, no Campus Avançado de Três Corações.

Como podemos observar no capítulo 5, a estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), como prevê a lei, está no Estatuto (IFSULDEMINAS, 2009) e no Regimento Geral (IFSULDEMINAS, 2010) da unidade de ensino. As suas instituições participativas estão atreladas a estas institucionalizações e foram formatadas sobre a lógica do voto e da representatividade, sem introduzir avanços para a participação direta e dialógica da comunidade interna e externa.

Apesar de congregar a deliberação em seu regimento, apenas um órgão colegiado assume esse caráter, os demais são limitados ao caráter normativo e consultivo. Como podemos observar, através do organograma do Campus Avançado de Três Corações, a estrutura administrativa acentua-se por uma por forte hierarquização e verticalidade de poder, o que favorece a concentração das tomadas de decisões na elite burocrática da instituição.

O IFSULDEMINAS foi criado em 2008, na primeira expansão das Instituições Federais de Ensino produzidas pelo Governo Federal. Sua estrutura institucional absorveu as então Escolas Agrícolas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Além dos 3 (três) Campi preexistentes das escolas agrícolas, congrega 3 (três) Campi pós criação dos institutos federais, 2 Campi Avançados e a Reitoria.

A Reitoria do IFSULDEMINAS é marcada por um forte antagonismo entre os campi pré e pós existentes com relação à ocupação dos espaços de poder na sua estrutura. O corpo docente de Machado e Muzambinho consistem na hegemonia político administrativa dos espaços de poder decisórios eletivos da Reitoria. Desde a sua criação em 2008, os cargos eletivos de reitor são ocupados por docentes efetivos dos campus preexistentes e os de livre nomeação são ocupados, salvo algumas exceções, por servidores, em sua maioria docentes, dos Campi de Muzambinho, Machado e Inconfidentes. Vale lembrar que os Campi preexistentes são formados, em sua maioria, por servidores das escolas agrícolas, que por se tratarem de instituições centenárias produziram suas próprias culturas organizacionais, o que de certa forma vem a refletir no imaginário social dessa coletividade oriunda dessas organizações.

Sobre este aspecto, emergiu uma produção de sentido subjetivo em um dos entrevistados, que nos dá uma compreensão sobre essa cultura organizacional dos campus preexistentes.

Eu peguei o embrião do instituto federal, por volta de 2009, de 2010, então era tudo muito confuso. [...] A gente sabe, percebe, que o instituto federal foi uma ideia de um governo, que partiu de escolas técnicas preexistentes. [...]. Os gestores foram pro tempore, inicialmente, vindos, oriundos dessas escolas mais antigas, então eles trouxeram com eles os vícios democráticos, a sensação de propriedade (ENTREVISTADO 4).

Nos importa a ambientação do cenário da Reitoria, por configurar os Campi Avançados vinculados à sua estrutura administrativa do IFSULDEMINAS, que funciona em rede multicampi. O campus avançado não possui autonomia administrativa e orçamentária, devido ao seu status institucional.

O voto na democracia do IFSULDEMINAS consiste no instrumento de legitimidade para as decisões tomadas pelos cargos eletivos de reitores e diretores-gerais de campi. A escolha pela comunidade para Reitor e para Diretores Gerais de Campi está garantida na Lei de Criação dos Institutos Federais. As eleições para Reitor, desde a criação do instituto, processam-se através de chapa única sem concorrentes e para os Campi Avançados a nomeação para o cargo fica a critério do Reitor, que dentro da lógica da democracia representativa acaba por não atender a este requisito mínimo da democracia liberal. O atual Diretor-Geral do Campus Avançado de Três Corações é pregresso da escola agrotécnica de Muzambinho e está no cargo desde fevereiro de 2014.

Essa peculiaridade das eleições para reitor e a não eleição para os Campus Avançado não garante a disputa entre elites (SCHUMPETER, 1961). Esse aspecto, em especial, revela a fragilidade da democracia representativa para a Gestão Democrática da instituição, que, por se tratar de uma democracia elitista, a competição (BOBBIO, 1986; SCHUMPETER, 1961), nas eleições, é um aspecto valorativo para esse tipo de estrutura e a multiplicidade de candidatos, concorrência entre elites, é que garante a liberdade de escolha dos representantes pelos representados, consistindo na legitimidade do sistema democrático adotado.

Com relação às eleições dos servidores para os colegiados de representação, observa-se, no Campus Avançado de Três Corações, um baixo número de candidatos para representantes dos técnico-administrativos e dos alunos na estrutura da instituição, os docentes se candidatam em maior número e são mais atuantes. Este fato pode ser verificado na última eleição do Núcleo Avançado de Planejamento Institucional (NAPI) do Campus Avançado de Três Corações. Não houve candidatos para os representantes dos discentes e para os técnico-administrativos não

resultou em número suficiente de candidatos para compor o quadro mínimo de representantes dessa categoria, sendo o edital prorrogado por três vezes.

Além das instituições participativas da estrutura formal do IFSULDEMINAS, ocorrem, no Campus Avançado de Três Corações, 2 (duas) reuniões que não estão no regimento geral da unidade. Uma é a reuniões de pais e alunos com o corpo pedagógico, docente e diretor-geral, e a outra são as reuniões gerais que o diretor-geral do campus promove com todos os servidores.

6.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA: TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

Optou-se por trabalhar o perfil dos entrevistados nos resultados por entender que qualquer iniciativa de tratar um dado empírico através da conceituação do pesquisador, correria o risco de estereotipar os servidores efetivos da instituição. Desta forma dedicou-se parte da entrevista para conhecimento do perfil dos entrevistados, que serão expostos neste momento.

Para traçar o perfil dos sujeitos pesquisados optou-se por conhecer elementos que estavam presentes na literatura abordada e que foram considerados para compreensão da participação nos espaços deliberativos e nas tomadas de decisões, como a renda mensal, o grau de escolaridade e a trajetória participativa em outras instituições (AVRITZER, 2000, 2008; PATEMAN, 1992; SANTOS; AVRITZER, 2002).

Para fins de verificação dos critérios adotados para verificar o perfil dos entrevistados, elaboramos um quadro para condensarmos o perfil médio com base na renda, na formação e nas experiências participativas (QUADRO 3).

Quadro 3 – Perfil dos entrevistados

CRITÉRIO	DADOS	PERFIL
RENDA MENSAL	Acima de R\$ 3.000,00	Renda Alta para os padrões brasileiros - 10% mais ricos em MG, com renda mensal de R\$ 5.969,00. (Fonte IBGE 2008.)
NÍVEL DE FORMAÇÃO	Mínimo Especialização até Doutorado	Alto Grau de educação formal.
EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO (histórico-social dos sujeitos nas organizações)	Poucas Experiências de participação nas organizações.	Baixíssima formação psicológica para participação política, prevalece as vivências de relações autoritárias.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A renda mensal dos participantes está entre a casa de no mínimo R\$ 3.000,00 (três mil reais) e rendas que ultrapassam um pouco os R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o que, enquadra os servidores fora da faixa de baixa renda, fator preponderante para a baixa participação. Esse fator remuneratório está relacionado diretamente ao plano de carreira dos servidores docentes e técnico-administrativo em educação.

A idade dos entrevistados está entre os 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos. Esta informação nos serve apenas para posicionar no tempo histórico dos sentidos produzidos pelos participantes da pesquisa com relação a suas trajetórias de vida.

O grau de escolaridade formal dos participantes, é de certa forma elevada. Indo de especializações *latu-senso* a pós-graduações *strictu-senso*, com aplicação direta nas áreas que atuam. Este aspecto observado, pode decorrer da política de incentivo à qualificação promovidas através das condições de afastamentos e do percentual incidente sobre a remuneração, garantidos pelo plano de carreira dos dois segmentos. O que, também, exclui outro fator de baixa participatividade.

Sobre o histórico-social das instituições que os participantes tiveram contato, foi perguntado sobre a estrutura dessas organizações, os canais de participação que existiam e como eles atuavam politicamente nessas organizações. Em unanimidade todas aqueles que passaram pelas iniciativas privadas ou públicas descreveram-nas de forma bem semelhante, caracterizando um padrão de estrutura organizacional verticalizada, inclusive em esferas familiares, como veremos num dos trechos de informações abaixo.

Eu vou resumir mais ou menos (pelas) as áreas. Trabalhei durante muito tempo na roça, com meu irmão ... basicamente ele tomava as decisões e eu cumpria, tinha que cumprir. Após isso, eu trabalhei em uma loja de informática onde eu era técnico de informática e acontecia da mesma forma. [...] O mesmo modelo também, era uma fundação pública do município, porém as decisões eram bem centradas na diretoria e a cúpula de gestores, do corpo de gestores ali (ENTREVISTADO 1).

[...] o funcionário não tem participação nenhuma na organização do trabalho nem da própria Secretaria porque ela é comandada por cargos comissionados, então as pessoas que eram indicadas pelo prefeito detinham todo o poder da estrutura da prefeitura. O nosso cargo era basicamente operacional, só fazíamos o nosso trabalho (ENTREVISTADO 5).

Normalmente existia o chefe e algum gerente. Quando era mecânico trabalhei no comércio, eu era diretamente subordinado ao proprietário do estabelecimento. Quando era metalúrgico a firma tinha um espaço grande, quase 1 mil empregados, toda a hierarquia, mas do chefe imediato eu não lembro qual a função dele até uma diretoria-geral. [...]. Na Copasa era basicamente a mesma coisa, tinha um chefe local da unidade e as funções que a gente desempenhava (ENTREVISTADO 6).

As expressões do Entrevistado 5 (E5), nos permitiram classificar essas instituições como centralizadoras nas tomadas de decisões e com uma forte hierarquia centrada nas mãos dos gestores, tanto a pública, quanto as privadas. Quando provocado através dos sentidos das palavras verticalizada e horizontalizada, para caracterizar o tipo de estrutura, ele manifestou.

Totalmente verticalizada porque todo o planejamento e tudo que fosse meta e era estabelecido era de cima para baixo, a base totalmente operacional. [...]. É curioso, mas era igual, você não conseguia ver diferença. Eu trabalhei em uma grande indústria chamada (inteligível) em Juiz de Fora de produtos cirúrgicos, eu era operário, do chão da fábrica. Para mim era a mesma experiência trabalhar lá e na prefeitura, a gente era totalmente excluído do processo da mesma forma (ENTREVISTADO 5).

Quando perguntado sobre canais de participação nessas instituições que os participantes das entrevistas trabalharam anteriormente, percebemos que a experiência da participação nas deliberações e nas tomadas de decisões não fazem parte da cultura organizacional e nos foi revelado um elemento curioso e controverso na sociedade brasileira, o sindicato como única instância participativa dentro das instituições, tanto públicas quanto privadas.

No setor privado, tinha por força de lei, que era o sindicato, eleições para sindicato; comissões permanentes de prevenção de acidentes (CIPA); tinha uma comissão para discutir a participação no lucro relativo da empresa (ENTREVISTADO 4).

No que a gente tinha mais participação em questão de debate era no sindicato. Quem era sindicalizado conseguia ter a sua voz um pouco mais ouvida, mas em termos de cultura institucional a prefeitura é totalmente engessada (ENTREVISTADO 5)

Havia o sindicato que apontava alternativas de mobilização, era o único que eu me lembro que era organizado. Não era efetivo, eu não posso afirmar que aquela experiência tenha sido algo efetivo, de forma alguma (ENTREVISTADO 6).

Talvez, os sindicatos, configuram em um dos únicos espaços de participação dos trabalhadores nas organizações verticalizadas, fato que carece de pesquisa, contudo os trechos de informações nos dão um forte indicador desta prevalência nessas instituições, ao considerarmos o histórico-social dos sujeitos como legitimadores do social (GONZÁLEZ REY, 2012). Se desconsiderarmos os sindicatos, compreendemos que as estruturas administrativas das organizações, sejam elas, privadas ou públicas, de acordo com o histórico-social dos sujeitos da pesquisa, caracterizam-se como estruturas verticalizadas com forte concentração das tomadas de decisões e nenhum canal de participação direta dos trabalhadores. Essas instituições congregam desde indústrias, prefeituras e hospitais municipais localizadas no sul e sudeste de Minas Gerais. O que nos dá o entendimento que o perfil dos entrevistados é de uma baixa experiência participativa, com pouca formação psicológica para a eficiência política

(PATEMAN, 1992). O único canal era o sindicato, que como verificaremos, não era bem-visto na estrutura quem a ele se associava.

Para Pateman (1992) e Rosseau (2001), a formação da personalidade participativa é construída através da experiência acumulada em participações nos locais de trabalho. Considerando esses fatores, entendemos que a formação da cultura da participação na personalidade do brasileiro médio, com relação ao caráter de formação psicológica dos indivíduos para a participação nos locais de trabalho é baixa, pois a única experiência que acumulam de relacionamento dentro das organizações é de subordinação, devido a acentuada hierárquica, concentração das decisões e acentuado autoritarismo.

Tratando em termos de participação na gestão democrática do Campus Avançado de Três Corações, podemos esperar uma baixa participatividade entre os servidores, uma vez que não acumularam experiências que fortalecessem sua personalidade para uma autogestão (COLE, 1920 *apud* PATEMAN, 1992), talvez aqueles que acumularam experiências através do sindicato possam ter adquirido certo grau de eficiência política, contudo configuram como situações isoladas e de certa forma contraditórias, tendo em vista o estereótipo que se construiu sobre os sindicatos na sociedade brasileira.

Dessa forma, não podemos utilizar como desculpa para a baixa participação dos servidores nas instituições participativas do IFSULDEMINAS, o desinteresse dos sujeitos, devemos considerar os fatores históricos das relações sociais dentro das organizações que moldaram as suas personalidades.

Para encerrarmos sobre a apresentação dos perfis dos entrevistados e demonstrarmos como as personalidades podem ser moldadas pelas experiências nas organizações, e aproveitarmos para ilustramos a produção de sentidos subjetivos, observemos o seguinte trecho de informação, ao ser estimulado a narrar sobre as experiências positivas nos sindicatos.

Pela forma de notar que é pela ação conjunta que você cria uma força que pode resistir a impactos, a agressões (ENTREVISTADO 6).

Um sentido subjetivo muito forte emergiu na expressão do E6, através da palavra agressões. Assim ele foi provocado a expressar sobre que tipos de agressões. Note, que apesar da força na expressão agressões, ela está relacionada a falta de transparência da gestão e a falta de consideração para com as pessoas.

Coisas simples, criação de falsas expectativas, falta de transparência da gestão, falta de cotamento para resolução de problemas (ENTREVISTADO 6).

Quando provocado a expor quais transparências, o Entrevistado 6, narra:

Transparência nessa experiência particular com a situação nossa enquanto um funcionário que deveria ter um direito estabelecido, reconhecido, as perspectivas daquele trabalho. Não havia perspectiva, não havia transparência da gestão a respeito de objetivos, quais seriam os próximos planos daquele empreendimento onde estávamos e isso era muito claro, todas as respostas eram claramente insuficientes. Isso era uma agressão com certeza (ENTREVISTADO 6).

Este ponto se transforma em um marco para nossa pesquisa quando da descrição do perfil dos entrevistados, este fator nos dá a compreensão de que a falta de consideração das pessoas nos assuntos relacionados ao trabalho e aos assuntos da gestão gera uma carga emocional e essa construção hierárquica acaba por gerar um medo, ao mesmo tempo simbólico e material, que impacta diretamente na participação das pessoas no local de trabalho. Pois as relações nas organizações são acima de tudo sociais, e por serem deste aspecto a subjetividade está presente em todos os momentos, espaços e situações, sejam elas produtivas ou de interação em reuniões, no fundo as pessoas querem ser ouvidas, reconhecidas e consideradas.

6.2 MODELO TEÓRICO: CONSTRUINDO O CONHECIMENTO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DIRETA NO CAMPUS AVANÇADO DO IFSULDEMINAS

A necessidade de organização coletiva para a participação é atravessada pelo viés utilitarista que o nosso cotidiano assume, frente as necessidades que são impostas pela forma de organização do trabalho, com a sua visão multitarefa e a orientação para eficiência. Essa questão acaba por distanciar as associações coletivas e a emergência de uma esfera pública, pois, estão todos preocupados em cumprir suas metas e essas metas se resumem em sobrecarga, que acabam afastando as pessoas desses espaços coletivos e das instituições participativas.

Eu vejo que, cada vez mais, desde que eu entrei aqui, a gente se distancia, se distancia uns dos outros, porque está todo mundo muito atribulado com as suas tarefas, e aí deixa de ser uma prioridade, vamos dizer, existem outras questões que se impõem, e, por conta disso, a gente fica cada vez mais preocupados com questões individuais e menos preocupados com questões coletivas (ENTREVISTADO 5).

Interesse eu tenho, ultimamente eu não tenho tido é tempo para isso, por causa das outras coisas. Eu assumi um setor no começo do ano passado então tem muita coisa para fazer ainda. Tem muito serviço para fazer e eu estou sozinho. [...]. Sobrecarregado. E a gente tem família para cuidar, tem estudos por fora, você tem que dar conta, então a vida é muito corrida para a gente assumir muita coisa. Não dá para, por hora, por enquanto eu não pretendo assumir, mas futuro, com certeza eu devo me envolver mais na gestão, procurar saber mais (ENTREVISTADO 1).

Veja a manifestação do Entrevistado 6, ao ser perguntado sobre o que o desmotivava a participar das instituições participativas no IFSULDEMINAS.

Vários fatores, conciliar o trabalho à demanda que surgiria. Eu questionei a efetividade, o quão efetivo seria, se aquilo poderia render e se concretizar em uma ação. Eu considero um pouco frustrante você participar de algo, depositar naquilo alguma força e não vir retorno (ENTREVISTADO 6).

O que reforça nosso entendimento que o perfil dos servidores efetivos do Campus Avançado de Três Corações é pelo interesse pelo que é público e coletivo e a vontade de participar de forma direta das deliberações e influenciar as tomadas de decisões, fica claro ao responderem sobre o que entendem por democracia e o que consideravam como uma participação efetiva.

Observem que a questão da emocionalidade e do sentimento de pertencimento e de valorização, volta a aparecer nas expressões, o que acentua ainda mais essa necessidade de participar da política da instituição como forma de pertencimento do grupo, da coletividade.

Fator que coloca em cheque a homem naturalmente individualista da ideologia liberal burguesa, e nos faz refletir como as estruturas administrativas deveriam estar organizadas para facilitar esse trânsito sentimental das pessoas, a fim de que elas exerçam dentro das organizações, a sua plenitude enquanto seres humanos racionais e emocionais.

Os sentimentos de pertencimento e de necessidade de participação são reforçados nos trechos de informações a seguir quando os entrevistados expressaram o que entendiam por participação e democracia, verificamos, também, que o que se espera de democracia pelos servidores é uma aproximação da teoria habermasiana, pois está no imaginário coletivo a necessidade de pertencer, e pertencer significa participar das deliberações e exercer influência nas tomadas de decisões.

Participação. [Tem que] exercer a democracia ali, todo mundo votar e falar o que acha sobre determinado assunto. Tem que ser, consultar as pessoas, porque, igual eu falei no começo, é o dinheiro do contribuinte que está sendo aplicado ali (ENTREVISTADO 1).

Democracia é quando as vozes são ouvidas e não a maioria, mas (o que) for tomado de decisão seja para o bem comum. E não para o bem de um pequeno grupo, então que amplie cada vez mais os benefícios (em prol) outros (ENTREVISTADO 2).

Democracia eu entendo como um mecanismo que foi criado para que a gente conseguisse tomar decisões de uma forma colegiada, ou que envolvesse o maior número de pessoas possíveis. A democracia envolve participação ativa das pessoas para tomada de decisões, no meu entendimento (ENTREVISTADO 3).

Primeiro, ela é um ato de participar. Essa palavra é muito importante, participação. Você se sentir parte de algo, ser parte de algo acho que é mais do que sentir nesse momento. A democracia também é um sentimento de pertencimento, é saber que você faz parte daquilo porque o ser humano tem racionalidade, mas a gente tem um apreço grande pelo sentimento. Você tem o sentimento de que realmente interfere na realidade daquilo, e você está disposto a se sacrificar em alguns sentidos, e não só sacrificar, mas fazer o seu melhor. Eu acho que se eu fosse pensar em democracia eu pensaria nessas duas coisas, nesses instrumentos que me permitam ser ouvido e ouvir outros. A democracia não consiste só em ser ouvido, mas você ouvir os outros, e o sentimento de pertencer a algo (ENTREVISTADO 5).

Estimulados a expressarem sobre a experiência da participação no IFSULDEMINAS, principalmente, no Campus Avançado em Três Corações, o contato com a estrutura não foi percebida pelos entrevistados como um canal de participação direta nos espaços deliberativos e de influência nas tomadas de decisões, a organização está distante da democracia esperada pelos servidores. Como veremos no trecho a seguir os sentidos subjetivos demonstram que a estrutura formal do IFSULDEMINAS não favorece a participação direta dos servidores, ela cria barreiras simbólicas que afastam as pessoas dos espaços democráticos. Desta maneira as barreiras simbólicas passam a constituir a subjetividade social do IFSULDEMINAS e impacta diretamente na participação dos servidores.

Em grande medida, eu acho que a estrutura formal cria espaços de poder, e isso é simbólico, isso é altamente simbólico. A gente sabe que existe uma hierarquia, e isso cria uma relação, às vezes, de respeito e, algumas vezes, de medo também; isso cria comportamentos. A estrutura hierárquica às vezes penaliza a organização no sentido de gerar barreiras invisíveis entre os níveis, entre as pessoas que estão em níveis diferentes. Eu percebo que aqui, também, às vezes, essas barreiras invisíveis acontecem (ENTREVISTADO 3).

A entrevistada nos dá um bom resumo de como funciona as relações de poder dentro de uma estrutura autoritária, baseada na centralidade do poder hierárquico. Essa expressão nos permite compreender que as estruturas estão diretamente ligadas às dificuldades de participação, que se associadas ao histórico-social das outras experiências em organizações autoritárias, resultam em uma baixa participatividade. Além do aspecto simbólico na formação da subjetividade social da organização, outro elemento nos chama atenção, as estruturas verticalizadas acabam por favorecer a manutenção de grupos de interesses que se fortalecem na e pela própria estrutura, ao mesmo tempo que faz com que os grupos de interesse que não estão ligados a ela se enfraqueçam.

A gente cria algumas estruturas de poder. Existem grupos que se aproximam, geralmente grupos que estão no poder ou que têm contato próximo com os espaços de dominação, vamos dizer assim, e aí esses grupos se fortalecem; e, ao mesmo tempo, o grupo que não faz parte se desassocia e enfraquece (ENTREVISTADO 3).

A narrativa expressa sobre a presença de grupos de pressão, nos faz entender que geralmente o simbólico é provocado e criado pelos cargos de gestores, eles acabam por exercer uma pressão simbólica, fruto da própria estrutura administrativa autoritária, que tem efeito direta na participação. O resultado dessa personificação da estrutura, através da figura simbólica do gestor, é prejudicial à participação, as pessoas ou omitem opiniões ou não se manifestam sobre os assuntos discutidos. Desta forma, compreendemos que a subjetividade social formada através do simbólico nas organizações, tem impacto direto na apropriação dos espaços democráticos de partilha do poder pelos servidores e como o simbolismo se personifica, materializa, para os indivíduos pelos representantes dessas estruturas autoritárias.

Geralmente, eles estão sempre presentes e, de alguma forma, eu também acredito que isso influencia na postura e na perspectiva de quem está ali, de saber que existem grupos ali que estão à frente do poder, e isso, de alguma forma, pode inibir alguns comportamentos ou algumas opiniões. Mas, por outro lado, eu preciso deixar claro que essa relação de poder é mais velada do que imposta, então não existe um momento em que o grupo hegemônico, entre aspas, se impõe sobre os outros, ou ele se coloca dessa forma, isso não acontece; essas estruturas vão acontecendo de uma forma quase invisível ali, a gente sabe que existe um limiar, mas isso não é declarado (ENTREVISTADO 3).

Esse aspecto nos permite compreender que uma estrutura hierárquica resulta na dominação simbólica desses espaços democráticos, que deveriam ser de deliberação, ou seja, de livre opiniões, com ausência de coerções, para se chegar a um consenso através do diálogo (HABERMAS, 2012; BOHAMAN, 1996), conseqüentemente formas autoritárias simbólicas passam a construir a subjetividade social desses espaços e vão, aos poucos, desencorajando as expressões e desmobilizando o interesse em participar. Como os gestores personificam a coerção simbólica da estrutura autoritária, cabe aqui a reflexão do papel dos gestores dentro de uma estrutura de gestão democrática, o gestor deve assumir o papel de gestor da participação e não de gestor de recursos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

Desta forma, compreendemos que além das estruturas hierarquizadas, a apropriação por grupos de interesses cria condições somativas para uma baixa participação dos servidores. Isso somatiza na questão emocional dos sujeitos pertencentes a estes espaços, uma vez que vão se sentido menosprezados por não serem ouvidos ou sentirem que suas opiniões não são valorizadas dentro da organização.

Outro ponto estimulado nas entrevistas foi o processo eleitoral e a representatividade, que são os pilares da democracia elitista, desta forma eles funcionam como legitimador das decisões, e que em termos práticos seria o suficiente para representar a comunidade na instituição e minar toda a vontade de pertencer através da participação nas deliberações e

tomadas de decisões. O que compreendemos sobre essa concepção minimalista de democracia num ambiente de processo eleitoral sem concorrência e sem eleições, como no caso do Campus Avançado, é o sentimento de pouca representatividade e a sensação de estagnação, como expresso nesse trecho de informação.

Eu acho que enfraquece muito por não haver uma possibilidade de surgirem outros pontos de vista. Isso amarra muita coisa, a questão de um debate, qual seriam os caminhos a serem adotados e seguidos pela instituição do nosso campus. Eu acho que por não ter a possibilidade de uma exposição de ideias e de diferentes pontos de vista, muita coisa enfraquece e empobrece. [...]. As possibilidades de debate, de qual é a instituição que a gente quer criar, com qual cara, para qual rumo ela vai tocar, qual vai ser a identidade que ela quer criar. Essa identidade é uma criação coletiva e não como uma coisa monolítica (ENTREVISTADO 6).

Às vezes a gente se sente um pouco menos representado, pela questão de isso não se alternar, isso não se modificar, e a gente não enxergar uma perspectiva de alternância, até mesmo de poder. Aqui dentro do IF, isso se mantém durante muito tempo e os cargos vão sendo ocupados sempre pelas mesmas pessoas. Existem eleições para vários núcleos, mas esse é um espaço que a gente não pode muito opinar, até pelo fato de, por exemplo, “ah, vocês são campus avançado, vocês não podem votar no diretor”. Isso, de alguma forma, faz com que a gente se sinta menos representado, por não poder fazer escolha, ou pelo menos indicar uma escolha, fazer a indicação (ENTREVISTADO 3).

Apesar da participação direta nas deliberações e tomadas de decisões não estarem estabelecidas na concepção da gestão democrática do IFSULDEMINAS, e conseqüentemente, na do Campus Avançado de Três Corações, o que na nossa visão crítica de democracia e sociocrítica de gestão, deveriam nortear as instituições participativas institucionalizadas nas IFs, o processo eleitoral traz consigo esse sentimento de democratização, apesar de que se observou a necessidade de participação direta nas entrevistas e a predominância de um desejo de participar dos assuntos diversos das organizações, incluindo aí as tomadas de decisões.

Entendemos que somente o voto e a representatividade não abrange o sentimento de participar e a necessidade de pertencer à instituição, a associação dos elementos da democracia elitista e a introdução de mecanismos de participação direta, respaldariam os sentimentos de que os servidores têm por uma democracia, desta forma, uma gestão democrática escolar. Voto, representatividade e esferas públicas resumem o modelo democrático para uma gestão democrática se tornar efetiva para os sentimentos dos indivíduos que pertencem a estes espaços sociais.

Conseqüente, a falta de eleições gera um sentimento de não pertencimento, de não participação, de não representatividade. Porém, a escolha através do voto deve existir entre concorrentes para os cargos, caso isso não ocorra não haverá democratização e o sentimento de

não representatividade será o mesmo, conforme verificamos nas expressões de sentido sobre as eleições para Reitor.

Eu presenciei só uma eleição até hoje. Na verdade, a gente só teve um candidato para a reitoria, e ele veio, participou, apresentou suas ações; ele veio, ele esteve presente, mas, de uma certa forma, parecia que a eleição estava acontecendo fora, ficou muito claro que era fora daqui e que a gente pouco tinha, em relação à estrutura aqui, a decidir alguma coisa, cabia acatar ou anular o voto, seria mais ou menos essas as opções que a gente teria. Da visão que eu tive, que foi só de uma eleição, é muito pouco para construir uma opinião, mas o que eu percebi é que a gente ficou sentido falta de mais candidatos, a gente sentiu falta de um debate, a gente sentiu falta de propostas diferenciadas para a gente contrapor. Ficou uma situação em que a gente se sentiu menos participativo nesse momento. Da mesma forma, vêm em cadeia os outros cargos, que vêm junto, e que a gente em nada, também, contribui nesse processo de votação e de eleição (ENTREVISTADO 3).

[...] Eles são eleitos, mas não tem concorrência, então não tem opção de escolha. E mesmo durante as eleições ou mesmo sendo apenas um não tem essa ânsia de conversar com os outros servidores, então é muito centralizado, é muito no topo, então, e por esse motivo de não ter concorrência, eu acho que eles nem se importam mesmo em ter essa conversa justamente porque não faz diferença, eles vão ser eleitos de qualquer forma (ENTREVISTADO 2).

[...] O IF fez dez anos recentemente e o que a gente vê é uma manutenção desse grupo que é anterior à criação do IF, das escolas pré-existentes. Para mim isso é sintomático de que mesmo que não haja um acordo explícito entre esses três campi há um entendimento de que eles têm uma força e conseguem se eleger e até se revezar no cargo (ENTREVISTADO 5).

Entendida como se dá o processo eleitoral e o que isso acarreta para a comunidade no sentido de não se sentirem representados e no que isso acarreta, concluímos que apesar de não ser um fator desmotivador da participação, a falta de eleições gera um sentimento de estagnação, o que vale dizer que o que se espera em um ambiente democrático são mudanças de cargos, este elemento é considerado por Bobbio (1986); Schumpeter (1961), como condição primária de uma democracia. Se analisarmos as condições democráticas da instituição analisada veremos que mesmo nos aspectos da democracia elitista ela não cumpre todos os requisitos.

Passaremos analisar agora, trechos que remetem ao aspecto da democracia deliberativa, cuja centralidade está nos espaços deliberativos e na influência nas tomadas de decisões. Dentro da estrutura pesquisada os espaços deliberativos são as instituições participativas, como colegiados, conselhos e núcleos. A ocupação desses espaços é garantida aos servidores técnicos e docentes, que são eleitos pelos seus pares. Estruturalmente as influências nas tomadas de decisões estaria associada aos princípios da democracia representativa. Contudo o que compreendemos desses espaços é que a estrutura está dominada pelo grupo hegemônico de poder, que utilizada dessa estrutura democrática para validar as decisões tomadas unilateralmente. Os trechos a baixos reforçam a coerção velada na estrutura e nos dá uma

compreensão melhor sobre esse a participação dos servidores, tanto no processo eleitoral, como nas deliberações e nas tomadas de decisões dentro desses espaços.

A maioria das eleições... aliás, é até um problema em relação a isso, porque a gente tem um baixo número de candidatos na maioria das eleições, então muitas vezes a votação nem acontece, porque os poucos inscritos já são nomeados, isso é muito comum. Por outro lado, quando existe a votação, geralmente são pares e pessoas que são próximas, que, de uma certa forma, estão nos representando adequadamente (ENTREVISTADO 3).

O reitor é eleito e nos campi também tem as eleições, com exceção do nosso, que é campus avançado, e ele tem alguns conselhos, então algumas tomadas de decisões mais importantes ele tem que passar por algumas (ininteligível), conselhos, (ininteligível), CONSUP, de forma que dá um respaldo democrático. Só que as pessoas que participam e que fazem parte desses colegiados são apenas pessoas da gestão, então dá um ar democrático pelas vias de fato, o formal, a forma, mas o conteúdo quase sempre não é, porque não traz o anseio do geral (ENTREVISTADO 2).

Está dinâmica eleitoral dos conselhos e núcleos pode ser compreendida ao analisarmos este trecho de outro entrevistado sobre a dinâmica do CONSUP, que é a única instituição participativa dentro da estrutura do IFSULDEMINAS que é deliberativa. O entrevistado a ser provocado sobre o protagonismo de fala, elemento central da democracia deliberativa, dentro dessa estrutura, expressa.

É um pouco desigual. Eu fiquei bastante decepcionado com isso, acho que é uma grande decepção para quem espera uma efetivação dessa participação, já é o final da nossa cadeia representativa, então já passou, o assunto debatido colocado na pauta do CONSUP já passou pelas instâncias anteriores e chega lá com a ideia de que aquilo não pode mais ser reprovado, não pode mais ser revisado ainda que possa, o CONSUP é deliberativo. A gente teria o direito de não aprovar, mas o entendimento sobretudo nessa última gestão em que chegou no CONSUP e a coisa não é muito discutido. É uma fala muito comum, foi debatido no CAMEN, e em outros órgãos então já está decidido. A gente às vezes chega ao ponto de nem abrir a votação (ENTREVISTADO 5).

Estimulado a expressar sobre quem eram os propositores da pauta, extraímos os seguintes sentidos subjetivos.

É a reitoria e os pró-reitores. Na CAEX que eu tenho participado agora, que é a Câmara de Extensão e das reuniões da pró-reitoria de extensão a gente vê que há uma determinação de pauta que é colocada exclusivamente pela reitoria. É muito difícil a gente conseguir incluir alguma pauta, você pode sugerir, mas você vai ter que ter uma justificativa boa para incluir o tema. Tem que cumprir algumas regras que dificultam que a pauta seja espontânea na comunidade, há uma resistência a isso. As vezes eles jogam quando é algo que precisa, que houve uma força grande que eles não conseguiram parar aí eles jogam no expediente, mas nunca tem o mesmo peso que os itens da pauta. Os itens da pauta são exclusivamente colocados para a reitoria (ENTREVISTADO 5).

Entendemos a partir desse ponto que uma estrutura verticalizada e autoritária favorece a dominação dos espaços democráticos pelo grupo de poder dentro da estrutura e revestem as decisões autocráticas de uma legitimidade democrática. A eleição não dá conta de garantir representantes, uma vez que entramos num círculo vicioso, pois todas as estruturas, relações e produções dentro de uma organização estão ligadas a redes sistêmicas conectadas pelas pessoas que fazem parte desses espaços sociais. Desta forma, estruturas verticalizadas gera relações sem vínculo de pertencimento com a instituição, ao ponto que desconsideram as pessoas em suas aspirações humanas, como ser ouvido, escutado e valorizado, não financeiramente, mas através de suas opiniões, e, ao mesmo tempo, esse tipo de estrutura, favorece o exercício de poderes centralizadores, que refletem em elementos de coerção simbólica dentro das instituições, o que impactará diretamente na participação dos atores que não estão ligados à estrutura de poder. Esse sistema quando acionado afasta os sujeitos dos espaços democráticos, por vários motivos subjetivos como medo, frustração e até o sentimento de desprezo.

Desta forma as candidaturas para os cargos representativos não frutificam em interessados, e não só, para cargos eletivos, mas em cooperações entre outros campi e em atividades que envolvam toda a estrutura, pois as relações sociais organizacionais que produzem sentidos de desvalorização ou de desprezo, gera o mesmo resultado das relações sociais pessoais, as pessoas se afastam uma da outra. Em uma relação pessoal de grupo ou entre duas pessoas ocorre aproximação quando? E distanciamento? Esses produtos emocionais das relações pessoais serão os mesmos para as relações sociais dentro das organizações.

Os grupos de poder só conseguem exercer influência nos espaços participativos institucionalizados, através da desmobilização social. Como vimos, o fortalecimento da personalidade participativa passa pela experiência em ocasiões onde a participação foi praticada, ambientes coercitivos acarreta em afastamento, que é expresso pelo silêncio das pessoas, única forma de expressão que lhes confere segurança e estabilidade emocional, assim como nas relações pessoais. O trecho de informação a seguir legitima essa construção do silêncio como forma de adequação das subjetividades a uma estrutura autoritária, onde a coerção simbólica está presente.

[...] Eu acho que quando eu entrei no IF o debate era muito mais aberto, mais violento que hoje. Hoje tem uma aparência de tranquilidade muito grande, mas por baixo dessa tranquilidade passa um monte de coisa. Às vezes era mais caloroso, mas era um debate mesmo, as cartas eram postas na mesa. [...] E às vezes até aceitar a derrota, eu nunca vi até esse momento a reitoria aceitar uma derrota. Quando eu entrei era outro reitor, mas aceitavam momentos em que foram derrotados pela comunidade, pelos técnicos e pelos docentes (ENTREVISTADO 5).

O silêncio e o distanciamento da instituição, geralmente é fruto de ações que desmobiliza ações coletivas. A desmobilização social, compreende aquelas ações que visam a inibir ou a desestabilizar uma coletividade, sejam cerceando ou dificultando os seus espaços de manifestação, seja pela presença de representantes do grupo de poder nesses espaços, seja pela criminalização dos movimentos, seja pela desvalorização social, que passa pela questão pejorativa. Com base nos princípios da democracia crítica, podemos chamar estes espaços de mobilização social como esferas públicas informais (HABERMAS, 1995; 2002).

Sobre a desmobilização de emergentes esferas públicas informais no IFSULDEMINAS, os seguintes trechos de informações nos dão um entendimento e nos ajudam a compreender melhor como ela foi recebida pelo grupo de poder na estrutura administrativa da instituição de ensino.

Dessa reitoria acho que eles tendem a desmobilizar, eles aprovaram uma resolução que impede a gente de entrar em contato por e-mail, só individualmente, não pode mais mandar um e-mail para os docentes. Há uma grande restrição da comunicação. A gente está vendo os efeitos disso e teve uma instituição passiva em tudo (ENTREVISTADO 5).

Tinham os e-mails institucionais que eram uma forma de interação e integração entre os servidores, porque são vários campi então é muito desfragmentado e era uma forma de questionar, de entender, de se organizar em relação, porque quando eu digo questionar não é brigar, impor. É para entender mesmo o que é. Tanto é que a gestão tinha que entender essa diferença...um canal muito importante... e-mail institucional que dava voz aos servidores e que ele foi (removido) com a justificativa de que não era seguro, segurança, mas não entendo porque poderia ser inseguro, mas era ... e que depois disso houve um rompimento muito forte, uma diminuição muito grande de participação (ENTREVISTADO 5).

Estimulados a narrar o que era discutido nesses e-mails, expressa:

O panorama político, o contexto de inserção do IF Sul de Minas nas questões políticas. Nesse tempo que estou aqui eu passei por três governos diferentes e sempre a gente tinha uma discussão muito numerosa em termos de participação de pessoas com relação à adesão do IF Sul de Minas a programas de governo. A questão pedagógica é muito debatida também. A gente tinha um conhecimento maior do que estava sendo discutido, a gente sabia o que estava sendo debatido pelos docentes em um campus que não fosse nosso. Hoje a gente não tem informação nenhuma de outro lugar, a não ser que você tenha um contato individual, mas em termos coletivos de mobilização foi uma perda enorme. Isso também está se refletindo na diminuição do interesse das pessoas em participar das instâncias. A gente vai perdendo o sentimento de coletividade, não tem algo nesse sentido. Eu acho que isso é prejudicial (ENTREVISTADO 5).

Quando ocorre uma desmobilização social o reflexo é o mesmo que se tem quando da coerção simbólica nos espaços democráticos da instituição, um distanciamento entre as pessoas. Nos parece válido afirmar que o poder hierárquico assume um protagonismo de eficiência

nessas ações de desarticulação social, uma vez que o medo é a base de qualquer indivíduo que se relaciona com estruturas de poder verticalizadas, autoritárias.

Apesar de não constituir um elemento de sentido explícito produzido nas entrevistas, podemos inferir que o medo do exercício do poder autoritário está implícito nos trechos de informações. E o medo reside no sistema de punições que a autoridade do poder institucional tem sobre os servidores, como é o caso dos processos administrativos disciplinar, o deslocamento para funções vistas como inferiores, a transferência ou bloqueio de pedidos de transferência para outras unidades, o ostracismo e até mesmo o assédio moral, uma vez que o medo pode ser de bases materiais quanto subjetivas.

A desmobilização da esfera pública que emergia entre os servidores do IFSULDEMINAS, expressa pela liberdade de comunicação, princípio da teoria habermasiana, foi desarticulada, passando a funcionar sobre a tutela de um representante do grupo de poder da estrutura autoritária.

É, porque era um e-mail institucional então você tinha a opção de encaminhar e-mail para todos os servidores e hoje para você enviar um e-mail para todos os servidores são só pessoas da gestão ou autorizadas por eles. Então, eu como servidora, se eu quiser mandar um e-mail para todo mundo aqui do campus eu não consigo. Eu teria que pedir (no RH) o nome de todos os servidores para não deixar ninguém de fora e colocar (ENTREVISTADO 2).

Estimulada para evidenciar de quem partia a iniciativa dos e-mails, ela expressa:

Dos servidores. Às vezes uma decisão interna que eles traziam para debate, uma questão externa, mas que impactaria na vida dos servidores de alguma forma, profissional, pessoal, então sempre assuntos pertinentes que eles traziam. E sempre por parte dos servidores (ENTREVISTADO 2).

A emergência de uma esfera pública fica clara, o que nos dá o entendimento da ânsia de deliberarem e de participarem das decisões, e mais uma vez, fica nítido, como a coerção simbólica, dentro de uma estrutura de poder centralizado, tem poder de desestabilizar e esvaziar os espaços de discussão coletivas.

A gente tinha um âmbito de discussão que existe hoje, a gente não tem discussão coletiva, a gente perdeu o sentimento de pertencer a uma mesma classe no sentido que a gente está sujeito às mesmas variáveis políticas. Eu acho que existia uma esfera pública dentro do IF que foi esvaziada, completamente esvaziada (ENTREVISTADO 5).

Estimulado pela pergunta sobre qual motivo levou ao bloqueio dessa esfera pública, expressa:

Quando eles não conseguem argumentar eles usam uma desculpa técnica para aquilo. Eu era representante do CONSUP quando foi votada a matéria em última instância e tive uma rejeição muito grande em todos os campi, as pessoas se privaram de usar o e-mail coletivamente e o argumento era que havia o perigo de transmissão de vírus. A gente compartilhava mensagens para muitas pessoas e podia transmitir vírus e colocar em risco a integridade do sistema. [...] Hoje a gente recebe e-mails externos com anexos e ninguém tem problema com isso. A matéria foi imposta dessa forma até no CONSUP. Eu me lembro bem dessa reunião: “o setor de informática da reitoria determinou que é perigoso para a segurança do sistema do IF Sul de Minas” (ENTREVISTADO 5).

Aqui emerge outro sentido que nos dá um entendimento de como a estrutura administrativa verticalizada podem favorecer a utilização da burocracia para o exercício de um poder centralizador. Visto que as estruturas verticalizadas favorecem o uso irrestrito da máquina administrativa sob a sua subordinação, isso é de natureza mais explícita, já a dominação dos espaços democráticos de participação coletiva, são possíveis através do simbólico. A narrativa institucional, representada pelas personalidades que estão no poder, assume um fator de formalidades e cerimônias para estes espaços e quando confrontadas a burocracia ajuda a contextualizar.

Desta forma pensamos a participação direta nas instituições federais de ensino, dentro da concepção crítica de democracia, devemos a princípio, pensarmos numa concepção de gestão sociocrítica para essas organizações, pois a manutenção de estruturas verticalizadas e de concentração de poder decisório, além de afastar as pessoas da estrutura democrática, acabam por favorecer meios para redução dos espaços democráticos a ritos e cerimônias dentro desses espaços deliberativos e de influência nas tomadas de decisões. Para democratizarmos a gestão das IFs, além de garantirmos a eleição entre concorrentes, devemos institucionalizar formas mais participativas de tomadas de decisões, onde os espaços deliberativos não estejam sobre a influência de poderes coercitivos (HABERMAS, 2002), simbólicos ou materiais, mas que ele seja distribuído entre os diversos atores sociais que compartilham os espaços organizacionais, valorizando as relações sociais dentro dessas instituições, através do respeito da estrutura administrativa pelos anseios humanos de reconhecimento e utilidade, ouvindo e valorizando suas opiniões, integrando todos que relacionam com a estrutura nas decisões que serão tomadas. A expressão de um dos entrevistados, resume muito bem esses aspectos de necessidade de mudança estrutural.

Eu vejo que as instâncias estão aí, existem, mas não funcionam como deveriam, seja pelo pouco interesse das pessoas, seja pelo caráter mais centralizador nessa direção, são impostas as pautas, é imposto o que vai ser discutido, é imposta a resolução que vai ser adotada. Eu vejo que há essa limitação da participação e das instâncias. Como

eu disse, é um conflito, tem gente que está disposta a mostrar que tem que ser diferente. Como se resolve o conflito? É um jogo de forças (ENTREVISTADO 5).

Sobre a participação direta no Campus Avançado estudado, foram produzidos sentidos sobre os espaços deliberativos e sobre as influências nas tomadas de decisões. Desta forma a representação no campus, como peça principal da estrutura democrática, foi colocada no sentido de entendê-la e ver a sua efetividade de capacidade de representação na unidade local.

Não me sinto representado na estrutura formal democrática do IFSULDEMINAS. Tal percepção parte de meu ponto de vista que os canais de debate, discussão e deliberação são, no meu ponto de vista, protocolares, sem real capacidade de colher as distintas opiniões da comunidade com uma voz plural. Uma gestão de fato democrática buscaria, antes de mais nada, sempre aperfeiçoar os mecanismos participativos, o que não vejo, particularmente, acontecer (ENTREVISTADO 6).

Em parte. Precisa-se mais divulgação e abertura para a comunidade em mais aspectos, principalmente financeiros. A gestão democrática deve permitir que os membros envolvidos no resultado das decisões sejam consultados antes das tomadas de decisões (ENTREVISTADO 1).

Não. A estrutura formal é centralizada e não há participação dos demais servidores não integrantes da gestão. Existe uma cúpula, cujos escolhidos não foram selecionados necessariamente por competência, mas sim por afeição pessoal. Gestão democrática: participação de todos, real interesse em chegar em um acordo e respeito pelo servidor, mesmo com opinião diversa (ENTREVISTADO 2).

Parcialmente. Existem espaços (especialmente pedagógicos) em que eu percebo uma maior participação e representatividade. Em outros, porém, não há uma participação tão equitativa entre diversos grupos (como o de mulheres), o que diminui essa sensação de representatividade. Eu penso que a gestão democrática passa pelo engajamento e participação de toda comunidade interessada. No ambiente escolar, seriam professores, técnicos administrativos, estudantes, pais, enfim, a comunidade escolar sendo consultada e podendo expressar suas opiniões em relação as decisões que lhes afetam de alguma maneira (ENTREVISTADO 3).

A representação assume múltiplos vieses, deste a comunicação direta entre representantes e representados, a transparências dos assuntos que estão sendo discutidos até questões de gênero. Essa equação é difícil de resolver através do voto dentro de uma estrutura verticalizada, uma vez que quanto menor o grau de influência dentro da instituição, maior as chances de desmobilização social. De toda forma há um consenso sobre a baixa representatividade desses espaços, essa sensação pode estar diretamente ligada à forma como estes espaços democráticos são utilizados para formalização de procedimentos autocráticos com verniz de democracia e pelo desinteresse em participar, que como vimos, está diretamente relacionado à qualidade do ambiente democrático.

O modelo da unidade central é replicado no campus avançado. No nosso entendimento isto está ligado a dois fatores específicos, um cultural, devido cultura organizacional das escolas

agrícolas que exercem influência na atual democracia dos institutos, devido à presença marcante dos egressos dessas instituições na administração atual, e outro pela estrutura hierárquica de subordinação entre reitoria e campus avançado, que não está nesse objeto de estudo, porém essa relação de equiparação de dinâmica de exercício de poder fica claro nessa expressão.

Eu acho que aqui a gente ainda, apesar do diretor geral ter autonomia para as tomadas de decisões, eu acho que ainda depende muito da reitoria, que a gente é muito ligado a eles ainda, e a gente fica muito preso a isso. Mas eu acho que as decisões são tomadas às vezes pela gestão, pelos diretores principalmente, e alguns técnicos e é passado para todo mundo. Às vezes é feita alguma consulta, mas uma consulta só para inglês ver às vezes (ENTREVISTADO 1).

Essa replicação de estrutura reflete os mesmos problemas discutidos, temos interesses em participar por parte dos servidores, contudo se afastam devido à descrença democrática desses espaços. Podemos compreender desse sentido subjetivo que a subjetividade social do IFSULDEMINAS está viva nos indivíduos e tem impacto direto na participação das instituições participativas da organização.

Interesse, puro e simples, de participar em conselhos, núcleos e comissões, eu possuo. Todavia, sou incrédulo com relação às suas reais potencialidades de concretizar ações e projetos de viés democrático (ou que busque maior participação democrática). Dessa forma, atualmente, não participo de nenhuma comissão ou órgão ligado a participação democrática no campus. Caso eu fizesse parte de algum desses órgãos, penso que focaria no fortalecimento dos canais de informações sobre a administração do campus, no que tange à construção de sua identidade institucional (ENTREVISTADO 6).

Particpei do NAPI (Núcleo avançado de Planejamento Institucional), mas as atividades foram burocráticas. Após essa experiência, fiquei desmotivada e não me candidatei novamente, embora esteja considerando me candidatar à CIS (Comissão interna de Supervisão) pois sinto que os técnicos estão carentes de representação que não seja da gestão:(atualmente, no campus, são 3 servidores representantes da cis, sendo 1 servidor da gestão.) (ENTREVISTADO 2).

Percebe-se que há formas diferentes de atuar e os colegiados podem ser divididos em dois seguimentos, um pedagógico e outro administrativo (orçamento, pessoal, infraestrutura, desenvolvimento etc.). No seguimento pedagógico, há um certo dinamismo com relação à discussão de pautas com os pares e ele assume um caso isolado de representatividade entre os pares, contudo, como vimos nos trechos acima, quando chegam em instâncias superiores a dinâmica é a de coerção simbólica e a funcionalidade de ritos e cerimônias desses espaços. Essa dinâmica fluída do seguimento pedagógico pode ser compreendida no seguinte trecho:

Existe uma prática, que é a mais comum aqui: quando sai a pauta da reunião de representação, ela é encaminhada para todo mundo ter acesso, e aí cada um tem a liberdade de, por e-mail ou pessoalmente, conversar diretamente com o representante. Em todas as comissões, nós recebemos a pauta previamente e temos a liberdade, a oportunidade, de conversar com o representante [...] (ENTREVISTADO 3).

O seguimento administrativo, onde o poder se exerce de fato através do controle orçamentário, de nomeação de pessoal, contratação de empresas terceirizadas, destinação dos recursos, adesão aos programas do governo federal, aberturas de cursos, não há deliberação com a comunidade, apenas entre gestores e coordenadores.

Geralmente questões mais operacionais são todas consultadas, ou quase todas, pelo menos, em relação a como a gente melhorar tal coisa, como a gente pode atrair mais alunos, algumas questões nesse sentido. Questões táticas, às vezes, são repassadas. Agora eu estou começando a ter acesso a algumas informações, porque eu estou como coordenadora de curso agora, que antes eu não tinha. Vou dar um exemplo: qual curso a gente vai abrir no próximo semestre? Essa é uma decisão que, antes, eu nunca entendia como era definido o curso que ia ser aberto. A gente tem, por exemplo, Administração, Comércio e Logística. De onde vinha a definição “agora a gente vai abrir Comércio”, “agora a gente vai abrir Logística”? Agora eu vi, existe uma discussão, que fica entre gestão, coordenadores, ali, mas existe um debate entre eles (ENTREVISTADO 3).

Questão financeira, questão de vagas, por exemplo. Por exemplo, a gente faz parte da CPPD aqui. A CPPD, por força de lei federal, tem que participar da discussão sobre a distribuição de vagas de concurso. Faço parte da CPPD há quase oito anos nessas instituições que trabalhei, nunca vi a CPPD ser consultada para esse tipo de coisa, mas está lá na lei. Às vezes, como servidor, a gente fica confuso com o orçamento anual, alguns lugares são mais transparentes, ou não, ou seja, para onde vai o orçamento? A gente sabe que parte do orçamento é necessário para o consumo, mas e o de investimento? Essas tomadas de decisões são complexas. Aqui em Três Corações mesmo, eu não estava aqui na época, mas acho que ninguém foi perguntado se valia a pena reformar o Atalaia ou não, isso é (grave) no meu ponto de vista, todo mundo tinha que ter participado, não é só uma tomada de decisão de um curso, não, é de tudo (ENTREVISTADO 4).

Perguntado ao Entrevistado 4, como isso lhe afetou ele se expressa:

Como eu disse antes, eu cheguei aqui e a tomada de decisão já tinha sido feita, mas isso me afeta na questão de participação mesmo, de direitos; me afeta na falta de democracia, na falta de conversa, de decisões de todos, na falta de participação de todos. Isso, para mim, me lembra o setor privado, e a gente não está no setor privado, está no setor público, é dinheiro tributado da população inteira, e essa população inteira tem que participar democraticamente. Eu fico triste (ENTREVISTADO 4).

Veja que outro sentimento é expresso, agora o de tristeza em não participar. Esse tipo de arranjo institucional associados a exercícios autoritários do poder de decidir minam as experiências positivas das pessoas na organização, que somada ao sentido subjetivo da coerção simbólica, os sentimentos que emergem na subjetividade social são os de desamparo coletivo, de frustração e de tristeza.

Essas situações simbólicas de coerções e de sentimentos negativos frutos da estrutura autoritária afastam as pessoas dos aspectos deliberativos. A gestão democrática se silencia através do afastamento dos indivíduos da política institucional.

Sobre a participação nas decisões no Campus Avançado, podemos afirmar que ela não existe e que os canais de democracia da estrutura são tratados de forma utilitária, e o atendimento de demandas pontuais de trabalho, dependem do juízo de valor de pessoas ligadas à direção, não há o consenso coletivo.

Nunca exerci nenhuma influência em tomada de decisão. Quando há alguma demanda, contamos com a colaboração de uma servidora da gestão para tentar convencer o diretor de algum ponto específico. Mas isso só acontece quando esta servidora concorda com algum pleito ou sugestão. O campus irá inaugurar um complexo, denominado Atalaia, cuja área mede aproximadamente [...]. Toda a reforma foi conduzida pela gestão sem considerar os pedidos de participação dos servidores. A inauguração está prevista para daqui a 2 meses, porém não sabemos quais decisões foram tomadas. Decisões essas que afetam todos os servidores e alunos, pois até o local de trabalho de alguns servidores estão indeterminados (ENTREVISTADO 2).

Em partes. Em termos pedagógicos sim. Ex. votações quanto a calendário escolar, decisões sobre situação de discentes, proposição de horários. Em termos de estrutura, finanças, planos de longo prazo, não. Eu me sentiria mais confortável se pudesse entender o processo de tomada de algumas decisões e, se mesmo consultivamente, minha opinião e dos meus pares (bem como toda comunidade) pudesse ser ouvida (ENTREVISTADO 3).

Não acredito poder influenciar as decisões do Campus. Já tive oportunidade de fazer determinadas sugestões, apontamento sobre distintos aspectos que poderiam influenciar a organização de pessoal, buscar soluções para gargalos como segurança (do prédio e do pessoal), melhorias de processos etc., mas não foram levadas adiante. Acho que sequer consideradas elas foram. Isso, na minha opinião, é um impeditivo e um desestímulo [ao - palavra riscada] à participação da comunidade acadêmica nas decisões que são tomadas (ENTREVISTADO 6).

Fatos que se somam e se repetem nas expressões dos sujeitos das pesquisas e que pode ser reforçado o seu entendimento através desse trecho.

Eu acho que tem se buscado menos o entendimento, eu acho que essa gestão é mais impositiva. Não uma imposição aberta, o que eu acho ruim, mas uma imposição que se dá pelos subterfúgios. Vou dar um exemplo do que eu estou querendo dizer, basta a gente olhar as pautas para ver o tanto de resolução, ad referendum. Já está decidido, você já fez e depois só vai para referendar o que o reitor já quis. Eu vejo menos disposição dessa gestão para participar do jogo democrático, da discussão e até da negociação, às vezes ambos os lados abrem mão, faz parte. Eu vejo muito mais uma tendência para usar argumentos políticos e econômicos: “o momento não é disso”, às vezes para amedrontar os servidores: “se a gente não fizer isso a gente não sabe o que vem de verba”. Eles estão até se alimentando um pouco dessa instabilidade política que a gente está passando e usando isso no sentido de tentar se impor dentro da instituição e meio que diminuir o nosso poder da comunidade de participação, de decisão. Eu acho que quando eu entrei no IF o debate era muito mais aberto, mais

violento que hoje. Hoje tem uma aparência de tranquilidade muito grande, mas por baixo dessa tranquilidade passa um monte de coisa. Às vezes era mais caloroso, mas era um debate mesmo, as cartas eram postas na mesa (ENTREVISTADO 5).

Podemos compreender que a busca por justificativas das decisões tomadas pela hierarquia e que buscam em elementos externos à instituição, tem por função favorecer a imposição de ideias através do desconhecimento. O simbolismo do medo fica claro novamente é acaba por se transformar em ferramenta recorrente para exercício do poder de decisão nas instituições democráticas. A coerção, uma vez que utiliza de elementos valorativos para aquela comunidade mas que estão fora da sua área de atuação, fora do local, deixa as soluções distantes e inacessíveis às pessoas. Se essas questões não passam pelo campo do entendimento através das argumentações e do diálogo, acabam por gerar instabilidade e insegurança, fatores que são facilmente explorados pelos que conhecem do assunto, ou seja daquelas pessoas que estão próximas aos problemas externos, justificando as soluções propostas pelos atores empoderados pela estrutura administrativa.

É pontual, mas já aconteceram situações em reuniões em que alguém que manifeste alguma opinião mais dura, mais rígida, (contrária), tenha sido abordado de uma forma mais coercitiva, tenha recebido uma resposta mais abrupta, eu acho que isso é uma barreira. O fato, às vezes, de não ter essa aproximação também, porque é mais difícil para uma pessoa que está lá vir aqui buscar informações, ou vir aqui para conversar, ainda mais quando não parte do lado de cá, vamos dizer assim, do lado oposto, buscar essa conversa, buscar esse diálogo, então, às vezes, a gente fica no campo do discurso, de que “ah, é aberto”, “ah, a gente está aqui, está disposto a ouvir”, mas não existe uma ação efetiva no sentido de falar “e aí, vamos bater um papo? O que você acha? O que está acontecendo?”. Por essa dissonância, as pessoas, apesar de haver um discurso de que é aberto, elas não sentem que isso efetivamente aconteça (ENTREVISTADO 3).

Esta expressão nos permite compreender que a dinâmica da participação depende de fatores simbólicos, sutis, que deixem as pessoas a vontade em se expressarem, onde o medo e a coerção não façam parte dos espaços sociais de partilha do poder. Este entendimento está relacionado à teoria habermasiana, onde defende que as esferas públicas para se tornarem efetivas em questão de elevado grau de participação de todas as pessoas envolvidas com os resultados das tomadas de decisões, estes espaços devem estar livres de qualquer tipo de coerção, seja ela simbólica ou material. Desta forma, este simbolismo que no IFSULDEMINAS caracteriza uma das subjetividades sociais que afastam os sujeitos dos espaços sociais institucionalizados para participação na estrutura formal, refletindo diretamente na formação de esferas públicas informais que venham a formar uma influência positiva nas deliberações e nas tomadas de decisões. Dessa forma, podemos entender que o argumento de que as estruturas participativas estão aí, as pessoas não participam porque não querem, transferindo toda a

responsabilidade para os indivíduos não se sustentam, os olhares críticos devem ser direcionadas ao arranjo da estrutura organizacional adotado para a gestão democrática, antes de ser dirigida aos indivíduos que pertencem às organizações, resolvida e justificada de forma rasa pelo discurso de que as pessoas que não querem participar.

Outro importante espaço que poderiam frutificar em participações da comunidade e dos servidores são as reuniões de pais e alunos e as reuniões gerais, mencionadas na ambientação. Sentidos subjetivos foram produzidos sobre esses dois espaços e a lógica observada na estrutura formal se repetiu e percebe-se que quando os alunos são introduzidos é por pró-forma e a linguagem utilizada exerce outra forma de afastamento simbólico das deliberações e da influência nas decisões.

Quando chega a questão do estudante a situação é crítica e é compreensível, só colocam os estudantes nessas comissões representativas sem preparação nenhuma. Às vezes é um assunto, um linguajar, um conhecimento prévio que precisam ter que eles não têm e simplesmente não entendem nada do que está acontecendo na reunião. Acho que falta ao IF uma preparação para aqueles que foram eleitos representantes para participar efetivamente. Ele se sente inibido de participar porque já é o maior número entre servidores, já tem um jogo de hierarquia, de poder, você sabe que tem grandes poderes. Além disso, a gente usa as nossas siglas, as nossas expressões, o nosso linguajar técnico que não faz parte da realidade deles. Eu acho que isso é o que afasta um pouco a vontade de participar desses outros segmentos do campus que não sejam os técnicos e os docentes (ENTREVISTADO 5).

[...] É sempre uma opinião que às vezes é ouvida formalmente porque ele está lá ou às vezes em casos pontuais até desrespeitava mesmo: “você é aluno, você ainda não entende”, até mesmo desmerecer. Eu acho que varia muito entre esses dois polos, menos frequentemente há o desrespeito, mas eu já presenciei esse desrespeito. Na maioria das vezes é aquela escuta formal, deixa ele falar, mas sem ser levado a sério (ENTREVISTADO 5).

Desta forma, a expressão do entrevistado sobre as barreiras simbólicas e sua relação direta com a baixa participação, resume muito bem nossa construção interpretativa do nosso modelo teórico da produção de sentidos subjetivos na participação direta no Campus Avançado do município de Três Corações.

Eu acredito que, quanto mais barreiras são percebidas pelas pessoas, menos participação a gente vai ter, ou, pelo menos, os espaços democráticos vão ser reduzidos, por conta justamente dessas limitações que as pessoas vão percebendo. Então, se existe, por exemplo, um sentimento de receio em relação a uma discussão e a presença de alguém, que talvez esteja em uma outra posição e que possa utilizar essas informações, por exemplo, para outros fins, isso pode inibir a participação. Um exemplo: a gente se juntou para fazer um debate, esse debate envolve questões de carreira e questões de estrutura mesmo do nosso dia-a-dia que a gente quer reivindicar. A presença, às vezes, de uma pessoa numa situação hierárquica diferente, pode inibir comportamentos, falas e até mesmo reivindicações nesse sentido. Ao mesmo tempo também, você percebe que a presença dessas pessoas nesses espaços também é importante, porque talvez eles estejam lá para fazer parte, para conseguir participar

desse movimento e contribuir de alguma forma com esse movimento (ENTREVISTADO 3).

Desta forma, compreendemos que estes dois aspectos da participação direta no Campus Avançado de Três Corações não se concretizam, uma vez que não há deliberação e os servidores não exercem influência nas tomadas de decisões. A estrutura é totalmente hierarquizada e a democracia adotada não atinge o grau de representatividade no campus, por não ocorrer as eleições. Percebemos, também, que há um interesse dos servidores em participar de espaços deliberativos e de influenciarem nas tomadas de decisões, por outro lado, o que se efetiva no dia a dia é o afastamento dos espaços democráticos e o silêncio, decorrente da coerção simbólica que formam a subjetividade social do IFSULDEMINAS.

Os espaços democráticos, como conselhos e núcleos, por sua vez atingem os objetivos normativos para os quais foram criados, quanto aos assuntos pedagógicos, já para os assuntos administrativos, não há comunicação entre representantes e os seus representados, uma vez que a coerção simbólica é mais expressiva nesse segmento decisório da instituição.

O afastamento dos servidores ocorre de forma sintomática à medida que o controle das subjetividades é exercido dentro da estrutura formal, que somado a sobrecarga de atividades arrastam os servidores para uma quietude dentro da estrutura, que revela o controle organizacional e político da instituição.

Antes de entrarmos nas considerações finais, podemos extrair desta pesquisa um resumo sobre a participação direta no campus Avançado em 7 marcos principais, que resultam em ações para se compreender a participação no IFSULDEMINAS e que servem de parâmetro para pesquisas em outros espaços sociais sobre a participação nas tomadas de decisões e podem nos ser útil quando o interesse for o de implementar a gestão da participação nos Institutos Federais ou outras unidades educacionais. Os sete marcos foram demonstrados no Quadro 4 – Subjetividades da Participação Social no IFSULDEMINAS, campus avançado de Três Corações.

Quadro 4 – Subjetividades da Participação Social no IFSULDEMINAS, campus avançado de Três Corações.

Sentidos Subjetivos e seus resultados na participação direta	
1) As pessoas querem pertencer	Pertencer significa ser ouvido e ter suas opiniões valorizadas, ou seja, introduzido nas deliberações e tomadas de decisões institucionais, quando isso não ocorre as pessoas se afastam e se silenciam.
2) Formação da subjetividade Social.	A estrutura formal do IFSULDEMINAS não favorece a participação direta dos servidores e acaba por criar barreiras simbólicas que afastam as pessoas dos espaços democráticos.
3) Perpetuação de grupos de poder	A estrutura administrativa autoritária favorece a manutenção de grupos de poder hegemônicos, reforçando os sentimentos de frustração.
4) Ritos e Cerimônias dos espaços democráticos	Os espaços sociais de partilha do poder são transformados em protocolares e legitimadores das decisões centralizadas, o que contribui diretamente para o afastamento e o sentimento de descrença na democracia da instituição.
5) Desmobilização de esferas públicas	O cerceamento da esfera pública levou ao silenciamento dos servidores a subjetividade social formada foi reforçada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos concluir com base na construção do nosso modelo teórico que as pessoas querem pertencer e que a soma de determinados fatores como: 1) a não há garantia mínima das condições da democracia minimalista; 2) ausência de deliberações e de influências nas tomadas de decisões; 3) a dominação dos espaços democráticos pelo grupo de interesse no exercício do poder, fez emergir uma coerção simbólica, que despertou os sentimentos de medo, insegurança e frustração, formando a subjetividade social da instituição, resultando no afastamento e silenciamento dos servidores das instâncias de participação, das reivindicações e dos debates, e na descaracterização da democracia na Gestão Escolar, dando lugar a uma oligarquia. Desta forma, podemos concluir que além de não ser uma gestão democrática, dentro de uma visão crítica de democracia, a instituição contribui muito pouco para a formação de personalidades com alto grau de eficiência política (PATEMAN, 1992).

Assim, podemos concluir nosso modelo teórico sobre a produção de sentidos subjetivos na participação direta, com a apresentação de um quadro com os principais aspectos que levam a uma baixa participação (QUADRO 5).

Quadro 5 – Aspectos da baixa participação

1) Sobrecarga de atividades	A visão gerencialista de eficiência e o seu desdobramento na dimensão multitarefas acentua o individualismo em detrimento de momentos coletivos, o que acentua o caráter utilitário das relações organizacionais.
2) Barreiras Simbólicas	Subjetividade Social - formada através da coerção e dos sentimentos de medo, que levam ao silenciamento.
3) Ausência de Deliberação e de influência nas decisões.	Este aspecto das instituições participativas, revela-se como um desmotivador da participação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão dos resultados foi realizada no corpo da construção do conhecimento, através do modelo teórico escolhido pelo pesquisador, que foi o de conectar as expressões dos sujeitos com o intuito de levar uma compreensão de como a participação direta dos servidores efetivos acontece neste momento histórico no Campus Avançado estudado.

Os indicadores que foram surgindo a partir das falas isoladas, encontraram consonância na subjetividade social do IFSULDEMINAS, fato que nos leva a considerar a Epistemologia Qualitativa como metodologia aplicada aos estudos do simbolismo nas organizações.

O simbolismo que emergiu dos sentidos subjetivos que caracteriza os espaços democráticos na instituição pesquisada, está construído sobre a estrutura administrativa formal da instituição, que legitima as ações hierárquicas, e se expressam para os sujeitos através da coerção simbólica e do uso de palavras que só adquirem sentido para quem está ligado diretamente à estrutura formal. Estes dois elementos simbólicos consistiram no principal fator do afastamento da comunidade dos espaços democráticos, e podemos concluir que a estrutura administrativa autoritária (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012) favorece o exercício de poder centralizador, que culmina em ações de dominação e controle das estruturas e das subjetividades individuais.

Esse entendimento está materializado sobre a inibição de pautas reivindicatórias dos servidores, sejam controlando as instituições participativas através do manuseio da burocracia, seja pela presença de servidores ligados ao poder hierárquico nesses espaços, ou pelo cerceamento da emergência de esferas públicas. O poder autoritário revelou-se como um grande inibidor da participação dos servidores e a estrutura formal contribuiu para que as manifestações de controles objetivos e subjetivos fossem legitimadas dentro da instituição, que não encontraram resistência devido aos sentimentos de insegurança e instabilidade, cuja manifestação se deu através do silêncio e do afastamento das instituições participativas.

A centralização das decisões e a pressão nos espaços deliberativos para aprovações de pautas específicas do grupo no poder gerou um sentimento de frustração e de tristeza, que se converteram em afastamento da estrutura formal e podem ser considerados como resultado de todo o arranjo autoritário que caracteriza a Gestão Democrática da instituição de ensino estudada. Esse fator é compreensível ao ponto que entendemos que as relações dentro das organizações são genuinamente relações sociais entre pessoas, as estruturas são apenas as regras do jogo, contudo a forma como as regras serão utilizadas para se chegar a determinado fim

depende das pessoas que ocupam esses espaços, seja os de poder, seja os de trabalho. Devemos encarar as relações sociais nas organizações como relações pessoais para conseguirmos humanizar essas estruturas e retirar o peso ideológico liberal burguês que enquanto seres humanos não estamos organicamente ligados a todas as formas de instituições sociais e com a natureza. Uma estrutura organizacional não possui vida própria, ela depende das pessoas que se relacionam com ela e a coloca em movimento através das suas práticas deliberativas e de tomadas de decisões, seja aproximando pessoas através da partilha do poder, ou seja, afastando-as através da centralização do poder e das decisões, utilizando a estrutura para atingir objetivos de grupos isolados e não comunitários.

Desta forma, o modelo democrático adotado revelou-se bem frágil em garantir os aspectos básicos da democracia elitista (BOBBIO, 1986; SCHUMPETER, 1961) e as regras do jogo democrático não foram cumpridas, fator que descaracterizou a instituição de ensino como democrática aos olhos das condições mínimas para um regime ser considerado democrático, conforme trabalhado por Bobbio (1986). Compreendemos que a participação direta nas deliberações e nas tomadas de decisões não fazem parte do dia a dia da organização, apesar de ter brotado no seio da comunidade de servidores a esfera pública (HABERMAS, 2012), que podiam conduzir a instituição a adotar mecanismos de participação direta, fruto das deliberações que ocorriam nesse espaço público virtual.

Concluimos, que a estrutura democrática institucionalizada pode ser efetiva enquanto deliberação e participação nas decisões, desde que não seja exercida nenhum tipo de controle e coerção desses espaços (HABERMAS, 2012). Contudo, estruturas administrativas autoritárias favorece a apropriação e a dominação das instituições participativas, que por força da hierarquia de poder acarretam em uma coerção simbólica, que para tanto não há necessidade de expressão por palavras, apenas o fato de exercer o poder autoritário já é condição suficiente para gerar sentimentos de medo, insegurança e insatisfação, que resultam em afastamento e silenciamento das pessoas. Esse arranjo institucional autoritário nos permite caracterizar, que na atualidade, a estrutura democrática do IFSULDEMINAS tornou-se ritos e cerimônias (MEYER; ROWAN, 1977) que permitem a realização dos desejos dos grupos de poder que estão na estrutura da organização escolar.

Assim, o atual modelo democrático adotado e a atual estrutura administrativa do IFSULDEMINAS permite que a organização se aproxime mais de uma oligarquia (MANIN, 1997), do que de uma democracia e, talvez, com a introdução de mecanismos de participação direta como a *accountability social* (PINHO; SACRAMENTO, 2015), congregando transparência, prestação de contas, responsabilização, institucionalizando as esferas públicas

dialógicas (BOHMAN, 1996), e incentivando as esferas públicas informais (HABERMAS, 2012), associados aos elementos da democracia elitista, que dão estabilidade as democracias, como a concorrência, a escolha pelo voto, a alternância no poder, e o aprofundamento destes canais de transparência e diálogo com a sociedade civil, possamos reverter a oligarquia para uma democracia participativa e transformarmos as instituições federais de ensino em uma organização que favoreça a formação psicológica para a construção de uma sociedade com alto grau de eficiência política (PATEMAN, 1992).

Desta forma, podemos concluir nosso modelo teórico em três pontos: 1) O modelo de democracia elitista, associado a uma estrutura administrativa autoritária, permite que grupos de poder se aproprie das instituições participativas; 2) Esses elementos estruturantes criam estruturas simbólicas de coerção dentro dos espaços sociais, formando a subjetividade social da organização; 3) Os elementos coercitivos geram sentimentos de insegurança e não pertencimento, o que leva ao silenciamento dos servidores, que se afastam dos espaços sociais de partilha do poder.

8 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Como foi exposto no capítulo destinada aos objetivos da pesquisa, consideramos que a proposta seria fruto das manifestações dos sujeitos da pesquisa. Desta forma foi perguntado aos participantes o que seria uma democracia ideal para a instituição de ensino, tanto no momento da entrevista como no questionário aberto. Emergiram, daí, vários sentidos que associados aos outros sentidos sobre a deliberação e a participação, já expostos na construção do conhecimento, nos dão um panorama mais próximo da realidade social da instituição. Assim, foram respondidos pelos participantes da pesquisa.

Desta forma, verificamos pelos trechos de informações, mais os sentidos produzidos nas entrevistas, que o modelo proposto por Bobbio (1986) e Schumpeter (1961) devem ser mantidos, porém, aprofundados através dos mecanismos de participação direta, através dos espaços de deliberação e de influência nas tomadas de decisões, onde todos os interessados em participar possam ser ouvido e terem suas opiniões valorizadas e esses espaços sejam livres de coerções, simbólicas ou materiais, possibilitando as expressões autênticas, transparentes e racionais de todos os interessados que serão impactados pelas decisões que serão tomadas. A teoria habermasiana do Princípio D, apesar de ser chamada de utópica pelos elitistas, demonstra ser o anseio da comunidade do Campus Avançado. Desta forma os princípios democráticos de respeito são a base para qualquer espaço democrático, porém as estruturas devem ser construídas de forma a não permitir o exercício autoritário do poder. Desta forma as estruturas técnico-científicas devem ser superadas e buscadas novas concepções de gestão escolar, que favoreça a deliberação e a tomada de decisões coletivas, sem estar vinculado a um poder hierárquico. Assim, uma das primeiras mudanças que atingem os objetivos da comunidade são as estruturas sociocríticas de gestão escolar (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

Como proposta de intervenção optaremos pela realização de um seminário para retomarmos a discussão proposta no Seminário sobre Gestão Democrática, organizado como criação do cenário de pesquisa, demonstrando, agora, os resultados sobre a participação desse trabalho e apresentando as bases teóricas que dão suporte aos sentidos de participação e democracia que os servidores almejam para o IFSULDEMINAS, contribuindo para o conhecimento da participação na gestão democrática do Campus Avançado em Três Corações, promovendo com a disseminação do conhecimento a possibilidade de mudanças na organização da gestão da participação do IFSULDEMINAS.

Para dinamizarmos as informações obtidas como resultados da pesquisa e os sentimentos de democracia que os servidores imaginam e consideram como uma democracia para a gestão do IFSULDEMINAS, elaboramos o Quadro 6 com os principais sentidos subjetivos e as respectivas propostas de intervenção na estrutura organizacional que podem ser implementadas, o que servirá de quia para a organização do seminário da proposta de intervenção.

Quadro 6 – Propostas de Intervenção com base nos sentidos subjetivos

Sentidos Subjetivos	Meios	Proposta de Intervenção
Necessidade de Pertencimento.	Valorização dos Servidores dentro da estrutura decisória,	Abertura de canais de diálogo para construção da identidade organizacional e de deliberação para motivar as decisões coletivas: emergência de esferas
Frustração com a democracia representativa.	Eleições para Diretores dos Campus Avançados.	Introdução do mecanismo da democracia elitista como o voto e a representatividade para os Diretores Gerais, Administrativos e de Ensino dos Campus Avançados.
Mais transparência.	Processos de <i>accountability</i> social.	Implementação dos processos de <i>accountability</i> social com base nos princípios propostos por Bohman (1996).
Necessidade e vontade de participar.	Maior participação direta nas deliberações e influência nas decisões	Células horizontalizadas e decisões consultivas: adoção de organograma com base na concepção sociocrítica (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012) para a estrutura organizacional, criando espaços democráticos para deliberação e influências nas tomadas de decisões, Princípio D (HABERMAS, 2002).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa proposta, pode ser motivada dentro da estrutura formal da instituição através dos representantes dos núcleos e conselhos, como o NAPI (Núcleo Avançado de Planejamento Estratégico) que tem a prerrogativa de sugerir alterações no organograma da instituição e normatizar os procedimentos administrativos, como por exemplo a emergência de processos de *accountability* social, contribuindo para a transparências dos resultados para fomentar os diálogos dentro das esferas públicas (BOHMAN, 1996), desta forma, acreditamos que com a apresentação do seminário conseguiremos provocar a reflexão dos membros, gestores e comunidade escolar para os sentidos subjetivos que espelham a democracia ideal para o Campus Avançado, provocando a reflexão sobre a participação social no IFSULDEMINAS e apresentado alternativas de mudanças na estrutura que consigam formar a subjetividade social da instituição para um alto grau de eficiência política (PATEMAN, 1992).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo A. de. Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul. *In*: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.
- ALMOND, G. A., e Verba, S., **The Civic Culture**, Boston, Little Brown & Co., 1965.
- AMATUZZI, Mauro Martins. A subjetividade e sua pesquisa. **Memorandum**, Belo Horizonte, v.10, p. 93-97, 2006.
- ARRUDA, I. M.; TEIXEIRA, M. G. C. Participação social e teoria democrática: confrontação ou interatividade nos conselhos gestores de políticas públicas? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: [s.n.], 2016. p. 244-252.
- AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. *In*: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento, v. 7).
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil Democrático. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Stuart Mill: liberdade e representação. *In*: Weffort, Francisco (org.). **Os clássicos da política**: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001. v. 2, p. 189-199.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOHMAN, James. **Public deliberation**: pluralism, complexity, and democracy. Cambridge: Mit Press, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. *In*: OLIVEIRA, D. A. (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 15-44.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

COLE, G. D. H. **Guüd socialism restated**. Londres: Leonard Parsons, 1920.

CROMARTIE, Alan. Legitimacy. *In*: BELLAMY, R.; MASON, A. **Political concepts**. New York: Manchester University Press, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O conselho nacional de educação e a gestão democrática. *In*: OLIVEIRA, D. A. (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 47-68, 2000.

FONSENCA, Marília. O banco mundial e a gestão da educação brasileira. *In*: OLIVEIRA, D. A. (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 46-62.

FREIRE, Juciley Silva Evangelista. **Participação e educação: concepções presentes nos estudos da revista Educação & Sociedade (1978-2010)**. 2011. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GHANEM, Elie. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.161-188, jan./abr. 2004.

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GUTIERREZ, G. L.; CATANI, A. M. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova** [online], n. 36, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a03n36.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (ed.). **Informal institutions & democracy**. lessons from latin america. Baltimore: John Hopkins Up, 2006.

HORKHEIMER, Max. Meios e fins. In: HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002. p. 9-62.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**. 2010. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Institucional/Regimento_Geral.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Regimento Interno do IFSULDEMINAS**: Campus Avançado Três Corações. 2019a. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/organogramas/campi2019/Regimento_Interno_TC_2019-CONSUP.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução nº 027/2019**, de 27 de março de 2019. Dispõe sobre a aprovação do regimento geral do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2019b. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/027.2019.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). Resolução nº 1, de 31 de ago. 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 169, 3 set. 2009. Disponível em:

<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Institucional/estatutoif.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

LEONTIEV, A. A. *Ecce Homo. Methodological Problems*. Multidisciplinary newsletter for Activity Theory, n.11-12, pp. 41-44, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: política, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I. O processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro II. O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEDEIROS, Nayara Fátima Macedo de. Democracia clássica e moderna: discussões sobre o conceito na teoria democrática. **Revista Eletrônica de Ciências Políticas**, v. 6, n.2, p. 258-279, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/download/42359/26894>. Acesso em: 23 mar. 2019.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **The American Journal Of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, set. 1977.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University Of Chicago Press, 1991.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILL, John Stuart. Governo Representativo. *In*: WEFFORT, F. (org.). **Os Clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001. v. 2, p. 216-223.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Administração e participação: reflexões para a educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2., jul./dez. 2003. p. 369-373.

NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom: 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4147299/mod_resource/content/1/O%20Manifesto%20da%20Transdisciplinaridade.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

OLIVEIRA, Danila Andrade. Educação e planejamento: a escola como núcleo da gestão. *In*: OLIVEIRA, D. A. (ord.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 45. n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.

PAULA, Ana Paula Paes de; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. *In*: CARRIERI, A. de P.; SARAIVA, A. S. (org.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability social e lei da ficha limpa no Brasil: um estudo sobre as eleições 2014. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPAD, 2015. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?od_evento=1&cod_edicao_subsecao=1198&cod_evento_edicao=78&cod_edicao_trabalho=19301.-Acesso em: 15 de abr. 2019.

RIBEIRO, Antônio Carlos. O dilema em torno da esfera pública: a centralidade do conceito dentro da teoria deliberativa da democracia elitista e suas reformulações a partir da proposta habermasiana. **Revista Habitus**. v. 5, n. 1, 2007. p. 37-46.

RIBEIRO, Antônio Carlos. Teoria democrática entre a perspectiva elitista e a teoria crítica. **Itseções**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2., p. 408-425, dez. 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**: princípios do direito político. São Paulo: Pillares, 2013.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003. p. 39-82.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. [S. l.]: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Clara Luisa Oliveira. Simbolismos e subjetividades em uma instituição total: (re)significações sobre controle, (a)normalidade e resistência. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 34., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPAD, 2015. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=1198&cod_evento_edicao=78&cod_edicao_trabalho=19650. Acesso em: 17 abr 2019.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira. **A luz “vermelha” no fim do túnel**: sentidos subjetivos do trabalho na prostituição. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Organizações, Gestão e Sociedade) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

SOUZA, M. S. V. B. de; GUEDES, G. G. A fenomenologia como método de pesquisa em administração. **Universitas Gestão e Ti**, v. 2, n. 1, p. 47, jan./jun. 2012.

SILVA, Luiz Gustavo Alexandre da. **Educação e participação**. Goiânia: UFG, 2006.

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. Teoria da democracia: contribuições de Sartori, Dahll e Schumpeter. **Urutágua: Revista Acadêmica Multidisciplinar**, Maringá, n. 15, p. 159-165, abr./jul. 2008. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/015/15silva_pedro.pdf. Acesso em: 16 abr. 2019.

SILVA, Ricardo: Duas tensões na teoria democrática. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. esp., p. 41-59, 1999.

STEVANIM, Luiz Felipe. Da utopia à distopia. **RADIS**, Rio de Janeiro, n. 205, p. 16-17, out. 2019.

STEVANIM, Luiz Felipe. Democracia inacabada. **RADIS**, Rio de Janeiro, n. 205, p. 10-17, out. 2019.

APÊNDICE A - Pontos que orientaram o momento da conversação

1 Perfil

Nome:

Idade:

Estado Civi:

Filhos (quantos idade):

Naturalidade e cidade onde mora:

Com quem Mora:

Escolaridade:

Instituição onde trabalha:

Servidor efetivo?

Cargo que ocupa:

Renda mensal aproximada:

2 Trajetória

Quais instituições trabalhou antes?

Quais cargos ocupou nestas instituições?

Como eram as estruturas administrativas?

Como você se sentia ao se relacionar com essa estrutura, normas e procedimentos?

Existiam canais de participação? Quais eram e como funcionavam?

Existiam espaços de deliberação sobre algum assunto de trabalho, divisão de tarefas, nas decisões? Como eram? Você participava?

Como era sua atuação na instituição e nesses espaços?

Como era sua atuação política nessas instituições? (Reivindicações, expressões de pensamentos, etc.). Algum fato constrangedor que poderia nos contar?

3 Participação direta no Campus Avançado de Três Corações

Você conhece a estrutura democrática do IFSULDEMINAS?

Descreva com suas palavras a sua impressão sobre essa estrutura?

Você se candidata ou já se candidatou para algum cargo eletivo de representação?

Você vota nos candidatos para representantes?

Você se sente representado quanto às decisões tomadas?

O que você entende por participação direta?

Você tem interesse em participar de alguma forma da estrutura democrática do Ifsuldeminas, nos conte onde e como?

Para você como seria participar na gestão democrática do IFSULDEMINAS?

O que você entende por democracia?

Para você, o que seria uma democracia legítima?

Você conhece as instâncias de participação dos servidores? Quais?

Você participa ou já participou de alguma? Quais? Nos conte como foi a sua experiência.

Como você descreveria esses espaços?

Como é sua atuação nesses espaços?

Você se sente preparado para atuar nesses espaços? Como se sente em relação a isso?

Como ocorre as proposições de pautas a serem deliberadas nas instâncias participativas que participa ou já participou?

Para você, quem assume o protagonismo de centro de fala nestes espaços?

O que você entende por deliberação?

Para você, ocorrem nestes espaços a deliberação?

Podia nos contar, com suas palavras, como funciona a dinâmica das reuniões dos conselhos, núcleos e comissões que participa ou já participou?

Se sente ou se sentiu à vontade para expressar suas opiniões e interesses de forma livre e espontânea?

Você considera que suas opiniões são acatadas, respeitadas e consegue exercer influência nesses espaços?

De um modo geral, como ocorre a tomada de decisões no campus?

O que entende por tomadas de decisões?

Para você como seria participar das decisões no Campus?

Teria alguma experiência para nos contar sobre sua participação nas decisões, pode ser positiva quanto negativa.

Você consegue de alguma maneira influenciar nas decisões que são tomadas? De qual forma?

Existe algum procedimento que lhe permite controlar as decisões que são tomadas?

Já chegou observar a existência de canais de transparência e ou prestação de contas sobre as decisões tomadas no campus?

Você considera que está representado nas decisões que são tomadas? Para você, elas são legítimas?

Para você, como seria uma gestão democrática ideal no Campus Avançado de Três Corações?

APÊNDICE B – Formulário Questionário Aberto

1. Você se sente representado na estrutura formal democrática do IFSULDEMINAS? Nos conte qual a sua impressão sobre ela e o que significa ter uma gestão democrática para você.
2. Você tem interesse em participar ou participa dos conselhos, núcleos e comissões? Quais seriam os espaços que teria interesse ou já participa? Como você atua neles e como você descreveria a dinâmica das reuniões.
3. Você exerce alguma influência ou controle sobre as decisões que são tomadas no Campus Avançado de Três Corações? Nos relate alguma experiência, positiva ou negativa, que vivenciou com relação a isso e nos conte como seria, para você, participar das decisões.
4. Para você o que seria uma gestão democrática ideal para o IFSULDEMINAS ou o Campus Avançado de Três Corações?

APÊNDICE C - Esclarecimento sobre a Pesquisa

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa sobre a participação direta na gestão democrática do Campus Avançado de Três Corações. Está livre para decidir em participar ou não. Leia sobre o objeto da pesquisa e pergunte ao responsável pelo estudo, Bruno Weber Ribeiro, qualquer dúvida que tiver. Após esclarecida as informações, caso aceite fazer participar como sujeito da pesquisa, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra ficará com o pesquisador.

Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha/MG

Título do projeto: Democracia e Participação na Gestão das Instituições Federais de Ensino: sentidos subjetivos na participação direta no Campus Avançado de Três Corações – Ifsuldeminas

Orientador: Cláudio Rodrigues Vilela

Pesquisador: Bruno Weber Ribeiro

E-mail: bruweber.ribeiro@gmail.com

Telefone: (37) 99118-7080

O estudo tem como objetivo principal estimular os sentidos produzidos pelos servidores efetivos do Campus Avançado de Três Corações/MG sobre a participação nos espaços deliberativos e nas tomadas de decisões na gestão democrática da instituição, a partir do pressuposto de que a estrutura organizacional não viabiliza a participação direta dos alunos e servidores na gestão da unidade de ensino.

As informações geradas sobre o contexto da pesquisa, através de uma entrevista individual, no formato conversacional, e da resposta a um questionário aberto, serão utilizadas para a construção interpretativa de um modelo teórico sobre a participação na unidade pesquisada. Como se trata de uma pesquisa da subjetividade, podem ocorrer desconfortos durante as entrevistas, ficando livre o entrevistado em desistir a qualquer momento da pesquisa, sem maiores transtornos. Os trechos das entrevistas e das respostas serão publicados para fins acadêmicos da dissertação e em artigos científicos, sendo resguardado o anonimato e a não vinculação das respostas à sua identidade.

Você poderá tirar suas dúvidas a qualquer momento da pesquisa, procurando o pesquisador responsável pessoalmente ou pelos contatos de telefone ou e-mail.

Bruno Weber Ribeiro

APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da pesquisa “Democracia e Participação nas Instituições Federais de Ensino: sentidos subjetivos na participação direta no Campus Avançado de Três Corações/IFSULDEMINAS. Foram esclarecidos de forma suficiente os objetivos da pesquisa, que li ou que foram lidas para mim. Ficaram esclarecidos os propósitos do estudo e os instrumentos a serem utilizados na pesquisa, deixando claro os seus desconfortos e riscos, bem como as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Desta forma, concordo em participar voluntariamente deste estudo assinando este documento e declaro que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.